

Rosiane dos Santos Ferreira

**ESTUDO HISTÓRICO-ENUNCIATIVO
DOS PRONOMES “EU” E “VOCÊ” EM CHARGES**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Rosiane dos Santos Ferreira

**ESTUDO HISTÓRICO-ENUNCIATIVO
DOS PRONOMES “EU” E “VOCÊ” EM CHARGES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística
Linha de Pesquisa: A – Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Apoio financeiro: CNPq

BELO HORIZONTE

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Dissertação intitulada “Estudo histórico-enunciativo dos pronomes ‘eu’ e ‘você’ em charges”, defendida por Rosiane dos Santos Ferreira, em 26 de junho de 2008, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maralice de Souza Neves (UFMG)

Prof^a. Dr^a. Tattiana Gonçalves Teixeira (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Júnia Diniz Focas (UFMG)
(Suplente)

Belo Horizonte, 26 de junho de 2008

DEDICATÓRIAS

Mais um “divisor de águas” acontece em minha vida.
Por isso, tenho motivos suficientes para glorificar ao
Senhor Jesus, cujo Poder não conseguimos mensurar,
mas perceber através de momentos alegres e tristes da vida.
Sou testemunha desse Poder,
que sustentou todo o meu percurso de mestranda.

Ao **Professor Luiz Francisco**, valioso orientador de meu mestrado,
muito obrigada e, verdadeiramente, parabéns por me ensinar (quase sem
palavras) que só aprendemos a fazer um trabalho, fazendo.
Hoje eu entendo, com clareza, que o ofício de pesquisador só se constitui
no dia-a-dia da investigação.
É baseado na postura e exemplo desse estimado orientador,
que este trabalho resulta em um legítimo recorte de estudos,
“encerrado” com nossas palavras,
porém aberto a outras possíveis reformulações e desdobramentos.

A minha **família** que, cada um a sua maneira, contribuiu para a concretização
do trabalho: minha mãe com seu zelo, carinho e dedicação;
meu pai - ferrenho defensor do exercício da leitura – e honrado pai de família;
meu querido irmão Bubu, com quem posso brincar e descontraír sempre...

Dedico esse trabalho, também, aos **familiares** mais próximos:
vovó Josefina, tia Ângela, Vilmar e o sempre bebê Iasmim, cujo crescimento
teve que dividir espaço com oito anos de UFMG.

AGRADECIMENTOS

Dois valiosos grupos de pesquisa da FALE / UFMG merecem seu devido reconhecimento:

o *Grupo de Estudos da Enunciação*, ao qual se filia diretamente o meu trabalho e que nos leva à contínua (re)construção dos saberes.

o *Redigir*, que muito antes de eu me tornar mestranda, mostrou-me a graça do exercício de ler e produzir textos, sobretudo quando esse exercício é praticado na *web*.

E por falar em *Redigir*, é difícil não registrar o nome da querida e competente Professora Carla Viana Coscarelli (UFMG), que sabe lidar graciosamente com as palavras. Também agradeço aos colegas da equipe *Redigir* 2003 / 2004, com quem muito aprendi.

Há outros Professores da FALE / UFMG presentes no meu percurso de mestranda, aos quais devo o meu profundo agradecimento, devido aos profissionais e seres humanos valiosos que são: Professora Beatriz Decat; Professora Regina Perét; Professor Edson Campos Nascimento. Obrigada, também, ao Professor Rachid Mohalem da Física UFMG, pelos incentivos.

Devo meus agradecimentos também aos professores da banca examinadora, que contribuíram com as minhas reflexões.

Um lugar diferenciado, merecem os incondicionais amigos Fernanda Peçanha e Luiz Henrique da Silva. Brilhantemente, vocês fazem parte da minha vida pessoal e acadêmica há oito anos.

Aos queridos amigos Aciomar Fernandes, Ana Virgínia, Clemerson Campos, Clóvis Rodrigues, Cristiane Rocha, Edson Wander (Física UFMG), Emiliana Ladeira, Elizete Souza, Fernanda Moreira, Pedro Peixoto (EBA UFMG), Priscila Brasil, Priscila Viana, Saulo Sales, Thatiane Ribas e todos os especiais que eu não tenha mencionado aqui.

Obrigada a você, Cláudia Lemos, que tanto questionou meus escritos no primeiro ano de mestrado, desafiando-me a avançar nas reflexões.

Obrigada a Biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG, que me concedeu exemplares antigos de jornais, para a constituição do material de análise.

Ofereço semelhante agradecimento ao Olavo, hoje, ex-funcionário do D.A. Letras, que me concedeu versões digitais de jornais; agradeço também ao Roberto e a Diná, funcionários da informática FALE / UFMG.

Ao CNPq pelo integral apoio financeiro.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a especificidade que os usos dos pronomes “eu” e “você” adquirem na textualidade de diferentes charges jornalísticas, tendo em vista o conceito intermediário de modos de enunciação. A partir da análise de nove charges publicadas na revista *Istoé* e nos jornais *Estado de Minas* e *Folha de São Paulo*, desenvolvemos a hipótese de que o modo de enunciar multireferencial peculiariza, de maneira regular e predominante, o uso daqueles pronomes na textualidade de exemplares do referido gênero. No decorrer dessas análises, também apontamos os modos de enunciar genérico e específico como responsáveis, em menor medida, por orientar a relação entre “eu”, “você” e a textualidade de charges jornalísticas. Fundamentamos essas análises em duas principais perspectivas teóricas. Através da primeira, a Semântica Histórica da Enunciação, procuramos mostrar que os múltiplos escopos de referência estabelecidos com o uso dos pronomes não mantêm relação com a identificação de aspectos diferentes de um objeto no mundo, mas com o que a linguagem já houvera simbolizado sobre esses objetos e historicizado em um confronto de dizeres e sentidos diversos, arregimentados na interdiscursividade, e simbolizado, ainda, nas atualidades de cada charge. Através da segunda, a Semântica de Normas, procuramos mostrar que cada uso dos referidos pronomes, observados em cada ocorrência chargística, só ganha pertinência na medida em que é pensado na relação de uma charge com tantas outras charges que formam o que Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999) chamam de corpus (gênero de texto). Em nossas análises, destacamos seis aspectos: a questão da temática, a do gesto de autoria, a questão da co-ocorrência da multireferencialidade enunciativa com outros modos de enunciar, a questão das esferas sociais e a questão dos papéis enunciativos que cada sujeito-chargista costuma teatralizar para tornar aquilo que diz um texto efetivo na prática do Jornalismo de Opinião.

Palavras-chave: acontecimento enunciativo, cena enunciativa, interdiscurso, referência, charge jornalística.

ABSTRACT

This study analyzes how the personal pronouns “I” and “you” are specifically employed in newspaper cartoon textuality, considering the intermediate concept of enunciation modes. Upon the analysis of nine cartoons published in *Istoé* magazine and the *Estado de Minas* and *Folha de S. Paulo* newspapers, it was concluded that the multi-referential enunciation mode attributes the peculiar use of these pronouns in a regular and predominant manner. Additionally, throughout the analysis, the specific and generic enunciation modes were noted as responsible, on a lesser scale, for orientating the relation between “I” and “you” and journalistic textuality. These analyses were based on two theoretical perspectives. First, an attempt was made to show through Enunciation Historic Semantics that established multiple scopes of references in the use of pronouns are not related to identified different aspects of an object in the world, excluding what was symbolized by the language concerning those historicized subjects in conflict to a diversity of sayings and meanings, regimented into inter-discourse, and also symbolized in the cartoon’s present time. Through the second theoretical perspective, the Semantic of Norms, an attempt was made to demonstrate that each employment of the referred pronouns, observed in each cartoon’s context, only gains pertinence when they were considered in their relation to other cartoons which is what Rastier (1998, 2000) and Rastier; Pincemin (1999) call *corpus* (text genre). In this present study, six aspects are highlighted: theme, authorship, co-occurrence of multi-referentiality and other enunciation modes, social spheres, and the enunciative role that each cartoonist-subject customarily portrays in order to turn the cartoon into an effective text in the realm of Opinion Journalism.

Key words: enunciative event, enunciative scene, interdiscourse, reference, newspaper cartoons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
CAPÍTULO 1	
Acontecimento lingüístico e cena enunciativa: para um estudo sobre modo de enunciação em gêneros de texto	28
1.0 Primeiras palavras sobre a noção de acontecimento	29
1.1 Por uma abordagem mais ampla da noção de acontecimento	30
1.2 Entendendo um pouco mais a hermenêutica de um acontecimento, segundo Quéré (2005).	33
1.3 A hermenêutica de um acontecimento segundo uma Semântica de caráter histórico-social	35
1.4 Primeiros pilares do conceito de cena enunciativa	37
1.4.1 Cena enunciativa	44
1.4.2 “Cena enunciativa” e “texto”: por uma proposta de uma compatibilização	50
1.4.3 Da unidade de cena enunciativa ao corpus de cenas	52
1.5 A Semântica de corpus	52
1.5.1 Enfim, corpus de cenas chargísticas	60
1.6 Modo de enunciação e gênero textual	60
1.7 A referência	61
1.8. Por um esboço da relação modo de enunciação X gênero textual	68
1.9 _ Perspectivas para o andamento da pesquisa	73

CAPÍTULO 2

Modo de enunciação e charge jornalística	74
2.0 Pontos de partida	75
2.1. A Atualidade e a caricatura das charges jornalísticas em pauta	75
2.2. O acontecimento jornalístico para além dos limites de uma circunstância atual	83
2.2.1. O papel da Atualidade nas práticas jornalísticas	84
2.2.2. A Atualidade das charges em confronto com o interdiscurso	87
2.2.3. Multireferencialidade enunciativa e outros modos de enunciação na charge	91
2.4. Outros aspectos relevantes da Multireferencialidade enunciativa	96
2.5. Multireferencialidade enunciativa X Ambigüidade, Homonímia, Polissemia	100

CAPÍTULO 3

Diferenças e semelhanças na referência pronominal em nove charges jornalísticas	105
3.0 Diretrizes para as análises	106
3.1 Para além da morfossintaxe pronominal no estudo das charges	106
3.2 A manifestação ou as manifestações de Multireferencialidade enunciativa na constituição de textualidades com pronomes?	109
3.3 As análises	110
3.3.1 O papel da autoria na Multireferencialidade manifestada em cenas “de” uma mesma esfera social.	110
3.3.2 Os direcionamentos em cenas chargísticas “de” uma mesma esfera social	115

3.3.3 O papel da autoria na Multireferencialidade manifestada em cenas “de” diferentes esferas sociais.	117
3.3.4 O papel do chargista na representação de enunciador individual e coletivo por meio da Multireferencialidade	125
3.3.5 Multireferencialidade enunciativa de caráter genérico	126
3.3.6 Multireferencialidade enunciativa de caráter especificador ...	139
3.4 A predominância da Multireferencialidade enunciativa na constituição da normatividade de cenas chargísticas	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

*“(...) por mais que se diga
o que se vê,
o que se vê não se aloja jamais
no que se diz,
e por mais que se faça ver
o que se está dizendo
por imagens, metáforas, comparações,
o lugar onde estas resplandecem
não é aquele que os olhos descortinam (...)”*

FOUCAULT (2002, p.12)

INTRODUÇÃO

“Enquanto unidade mínima de análise,
o texto age como instância global
em relação aos seus elementos,
mas também como instância local
em relação ao seu corpus.
Pelo viés especialmente do seu gênero,
o texto aponta [para] seu corpus e seleciona,
por assim dizer, os outros textos
que permitem interpretá-lo”.
(RASTIER, 2005, p.5)

“O texto atesta o modo pelo qual,
pela sua função de autor,
o sujeito administra a dispersão
e a pressão da multiplicidade
das possíveis formulações (outras)
no mesmo sítio de significação.
Jogo intrincado de diferentes
formulações discursivas”.

(ORLANDI, 2005b, p.97)

Estudar a constituição de referência na língua sempre me despertou particular fascínio durante meus estudos de graduação, por dois principais motivos.

Em primeiro lugar, somos tomados pela impressão de que a língua é transparente o suficiente para referir às coisas em sua suposta essência¹. Com efeito, essa impressão incide em uma das funções básicas que o Jornalismo de Opinião delegou às charges, qual seja, a função de formar a opinião pública. Nessa função, inclui-se a tentativa de induzir o leitor a considerar aquilo que se vê nas caricaturas e aquilo que se lê nas falas “procedentes” das caricaturas, como se isso fosse a mais pura verdade sobre os acontecimentos cotidianos, ou ainda, como se isso fosse a expressão de um legítimo ponto de vista que

¹ Segundo Foucault (2002, p.428), essa é a impressão que nos acompanha desde a idade clássica, quando se considerava que a linguagem tinha a capacidade de fazer as coisas serem “visíveis na transparência das palavras”. Nessa época, entendia-se que as palavras eram soberanas o bastante para oferecer ao homem um suposto valor universal e inquestionável sobre a identidade das coisas. Sobre isso, discutiremos no primeiro capítulo da dissertação, quando a questão da referência for contemplada com mais demora.

não deva ser desconsiderado por parte dos leitores. Em outros termos, a referida impressão confere um poder significativo às mídias jornalísticas e dá fôlego ao Jornalismo de Opinião, para que essa prática consiga, muitas das vezes, influenciar grupos e comunidades de leitores a apostar numa “verdade” ou numa hipótese bastante plausível sobre o aspecto das coisas, sugerida pelos dizeres de uma charge.

Em segundo lugar, estudar referência fascina-me pela simples observação de que um objeto, situação ou pessoa, aos quais tentamos nos referir, dificilmente (para não dizer nunca) serão entendidos de modo unânime por outras pessoas com quem convivemos. Essa observação se assenta no fato de que o dissenso marca, necessariamente, as relações sociais, seja no âmbito familiar, seja, no âmbito das práticas religiosas, profissionais, acadêmicas, e assim por diante.

Sendo a referência uma questão que passa necessariamente pelo dizer, os dois motivos mencionados levaram-nos a formular um trabalho filiado a um recorte de estudos que se ocupa da relação entre a gramática e a textualidade, particularmente no que diz respeito à constituição de referência. Entender relações desse tipo tem sido uma das preocupações relevantes no campo da Linguística contemporânea, principalmente no domínio da semântica e o que pretendemos é contribuir de alguma forma com tais preocupações.

Estando a nossa curiosidade inicial em consonância com o referido recorte de estudos do campo da Linguística, partimos para a delimitação do objetivo principal desta dissertação, qual seja, o de refletir sobre o papel histórico-social que os pronomes “eu” e “você” adquirem na textualidade de diferentes charges jornalísticas, ao constituírem referência neste e por este gênero textual.

Vale salientar que, em nosso trabalho, o objetivo citado inclui, decisivamente, a noção de modo de enunciação, vista, aqui, como intermediária para se pensar a relação entre gramática e textualidade, (DIAS, 2005, p.30).

Por essa noção de modo de enunciação, podemos caracterizar a(s) maneira(s) como se estabelecem as possibilidades histórico-enunciativas de constituição de referência e de sentidos, propiciadas pela materialidade dos

pronomes, particularmente uma materialidade considerada na textualidade do gênero escolhido.

No desenvolvimento do trabalho, veremos que falar de modo de enunciação envolve, decisivamente, algumas questões importantes sobre a perspectiva de enunciação com a qual trabalharemos. Dentre essas questões, temos, por exemplo, a rede histórico-social de dizeres que envolvem a referência estabelecida pelo uso dos pronomes nas charges; os recortes históricos de referentes e de sentido que se estabelecem nessa rede; o lugar social do qual atua o sujeito requerido nessa dinâmica de recortes; a questão da temporalidade do dizer, que passa pela relação entre as atualidades relativas aos textos chargísticos e um conjunto de enunciações passadas e futuras que lhes são subjacentes, dentre outras questões. Dito de outra forma, é a noção de modo de enunciação que nos possibilita refletir sobre as injunções histórico-sociais que determinam a abrangência dos escopos de referência recortados na materialidade dos pronomes “eu” e “você” em textualidades chargísticas.

No que diz respeito ao gênero escolhido – as charges jornalísticas – preocupar-nos-emos em caracterizar o modo de enunciação multireferencial que, em linhas gerais, nos servirá de base para entendermos a multiplicidade (para não falar duplicidade) de referentes e de sentidos que os pronomes podem recortar em textualidades chargísticas.

Em outros termos, é a noção de modo de enunciação multireferencial que protagoniza a discussão sobre o objetivo central delineado mais acima, o que leva em conta o âmbito da interdiscursividade e, ainda, o âmbito da atualidade relativa a cada charge. Esse parece ser o caso do texto (12), por exemplo – (seção 3.4; p. 142) – em que o pronome “você” refere, ao mesmo tempo, tanto o “objeto carteira” quanto o “objeto aluno”, sendo que a significação de cada um desses objetos torna-se múltipla na medida em que envolve outros dizeres nos quais esses mesmos objetos haviam adquirido significado. Entendemos que tudo isso se estabelece no âmbito da Atualidade

de cada charge e, também, no âmbito dos domínios da rede histórica de discursos que aí intervêm constitutivamente².

Outros objetivos secundários também foram surgindo à medida que a multireferencialidade enunciativa em charges se tornava foco principal de nossas discussões. Considerando-se que mais recentemente a Lingüística reconhece e dá lugar aos estudos sobre a gama de gêneros textuais existentes, cada um com suas finalidades sociais e características lingüísticas, foi natural que nos perguntássemos se a multireferencialidade enunciativa era o único modo de enunciar a ser considerado no presente estudo para entendermos a multiplicidade de escopos referenciais dos pronomes “eu” e “você” em relação às caricaturas, às falas, aos textos de jornais e revistas, com os quais os pronomes contraem relação temática e, por fim, em relação a filiações de sentidos oriundos da interdiscursividade.

Essa pergunta ganhou maior pertinência quando nos pautamos na idéia de que a textualidade das charges costuma congrega fotos, caricaturas, animais personificados, ditados populares e outros elementos oriundos de outros gêneros textuais das mais diversas áreas do conhecimento.

Sentimos, com isso, um incômodo pela extrema pontualidade do primeiro objetivo traçado; assim julgamos pertinente se pensar, além do modo de enunciar multirreferencial, a incidência dos modos de enunciar específico e genérico, que parecem orientar, juntamente com a multireferencialidade enunciativa, o uso dos pronomes nos textos chargísticos.

Foi em função desse incômodo que nos propusemos a dedicar o trabalho a um segundo objetivo, ainda que de forma tangencial e periférica: o estudo sobre outros modos de enunciar que parecem co-orientar, juntamente com a multireferencialidade enunciativa, o uso de pronomes em charges. Isso é o que parece ocorrer na charge na charge (2) – seção (2.2.3, p.91), em que temos o enunciado de caráter proverbial “Quem quiser me cassar que atire (...)”, que, como outros provérbios, constituem-se de palavras afetadas com regularidade e predominância pela genericidade enunciativa, conforme aponta Dias (2005, p.40).

² Sem dúvida, a noção de multireferencialidade enunciativa será melhor desenvolvida em momentos oportunos do trabalho, como é o caso de algumas seções que elaboramos no capítulo 2 da dissertação.

Relativamente à escolha dos pronomes para desenvolvermos um trabalho que refletisse sobre a relação entre gramática e as textualidades chargísticas, costumamos ter, na condição de leitores, a impressão de que essa classe gramatical mobiliza, para o interior de um texto, as pessoas propriamente ditas, conforme aponta a tradição gramatical.

Para os gramáticos Cunha; Cintra (2001, p.276), por exemplo, os pronomes são categorias empregadas na língua,

(...) por terem a capacidade de indicar no colóquio: a) *quem fala* = 1ª pessoa – eu (singular), nós (plural); b) *com quem se fala* = 2ª pessoa – tu (singular), vós (plural); c) *de quem se fala* = 3ª pessoa – ele, ela (singular), eles, elas (plural).

A questão que muito nos interessa abordar na dissertação é que uma análise puramente gramatical, que discutisse apenas a morfossintaxe pronominal em uma textualidade, seria uma análise pouco proveitosa em termos enunciativos-discursivos. Dito de outra maneira, se os estudos lingüísticos mantiverem abordagens sobre a relação entre gramática e textualidades sob perspectivas tradicionalistas como a de Cunha; Cintra, limitar-nos-emos a dizer que o “eu” e o “você”, empregados em diferentes textos chargísticos, cumprem funções morfossintáticas semelhantes, como a de substituir os “objetos” das falas organicamente associadas às caricaturas. Tal perspectiva tradicionalista não é satisfatória para uma concepção de linguagem em uso, exposta à ideologia, exposta às filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes que, juntamente, dividem o direito de dizer e a autorização para dizer, caracterizando, dessa maneira, as diferenças que marcam a nossa sociedade. É, pois, em função da necessidade de se elaborar uma reflexão histórico-enunciativa do uso de pronomes em textos que a escolha dessa categoria gramatical se tornou plausível em nosso estudo.

A primeira base teórica em que nos ancoramos para sustentar essa afirmação é a Semântica Histórica da Enunciação, considerada prioritariamente a partir dos trabalhos de Guimarães (1996; 2005 a;b), centro teórico que nos permitirá defender a idéia de que a ilusão provocada quando do uso de

pronomes na língua é uma mera ilusão viabilizada pelo poder simbólico da linguagem.

Em linhas gerais, este aparato teórico considera que a língua funciona em prol de atribuir significado a “objetos” já definidos em um exterior ideologicamente conflitante. Essa exterioridade da linguagem é conflitante, para a Semântica da Enunciação, porque se constitui através de outros dizeres e em outros dizeres oriundos de posições sociais diversas, em confronto no interdiscurso. Essa noção é mobilizada dos trabalhos de Orlandi (1984; 2005 a;b), aliada à análise do discurso de filiação pechetiana. Nesse sentido, a linguagem fala sempre de “objetos” que já adquiriram sentidos em falas passadas e que ressoam a cada “novo” gesto de referência, estabelecido ou a estabelecer em falas inscritas nas mais variadas práticas sociais.

Portanto, a Semântica da Enunciação lida com uma exterioridade simbólica, o que nos permite sustentar a idéia de que os pronomes referem-se não a seres considerados enquanto tal, mas ao que a linguagem já houvera produzido de simbólico sobre esses “seres”, em discursividades anteriores. Se, por exemplo, nos referimos a uma coisa pela palavra “colher” e não pela palavra “comedor”, é porque essa referência parte das recorrências e da pertinência da palavra colher em discursos de várias esferas sociais. Assim, nos referimos pelas discursividades históricas, arregimentadas na interdiscursividade e recortadas em um acontecimento enunciativo: “(...) o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem (...). Ou seja, a questão não é ontológica mas simbólica”, (GUIMARÃES, 2005a, p. 7 e 9).

Em outras palavras, não faria sentido a Semântica da Enunciação conceber que os pronomes, situados na tessitura de um texto ‘x’, referenciam seres de uma exterioridade física, considerada como uma situação que apenas reveste o texto e que lhe seja anterior e independente.

O referido objetivo pode parecer uma proposta simples para os estudos lingüísticos, sobretudo porque, abordar a linguagem em uso considerando-se um gênero de texto e considerando-se a ideologia, já não é mais novidade nesse campo do saber. Todavia, valemo-nos daquilo que Orlandi (1996, p.27) havia afirmado, em reflexão sobre o vínculo entre língua e exterioridade: “Se esta é uma questão comum, é também nos meios teóricos e metodológicos de respondê-la que está a franca diferença entre elas”.

Uma vez abordada a relação entre os pronomes e a textualidade das charges jornalísticas a partir da Semântica Histórica da Enunciação, também nos valem da Semântica do Texto (RASTIER, 1998, 2000, 2005) e (RASTIER; PINCEMIN, 1999), que nos oferece a valiosa noção de corpus.

Em linhas gerais, esses trabalhos sustentam que um texto só é caracterizado com propriedade se considerado segundo o gênero de texto com o qual contrai relação. Esses autores acreditam que um gênero de texto, por sua vez, se estabelece a partir de um corpus – conjunto de textos reunidos de acordo com as práticas sociais em que os mesmos se efetivam e, ainda, de acordo com características lingüísticas relativamente regulares, que neles se presentificam: “Chaque genre a son vocabulaire de construction, ses formes d’organisation, ses contenus attendus, ses modes rédactionnels. La portée sémantique d’un mot (...) varient selon le genre”, (RASTIER; PINCEMIN 1999, p.87)³.

Nesse sentido, refletir sobre o papel dos pronomes na constituição de referência, “demarcada” na textualidade de charges jornalísticas, é um objetivo que envolve um corpus, mas esse corpus é, a nosso ver, um conjunto de textos marcados não apenas por regularidades, mas também, e sobretudo, pela heterogeneidade. A heterogeneidade tem a ver com os domínios de interdiscursividade que ocorrem na forma de recortes em um uso da língua. É, pois, a heterogeneidade que faz com que uma ocorrência chargística seja densamente povoada por outros discursos. A heterogeneidade tem a ver, ainda, com o modo de enunciação multireferencial que se manifesta em cada charge analisada e que peculiariza essa relação da alteridade discursiva com cada ocorrência chargística, mais particularmente, com cada uso dos pronomes. As regularidades, por sua vez, dizem respeito à homogeneidade que podemos encontrar quanto à morfossintaxe⁴ dos pronomes recorrentemente encontrados nas textualidades de charges jornalísticas estudadas segundo a noção de corpus.

³ Cada gênero tem seu vocabulário de construção, suas formas de organização, seus conteúdos esperados, seus modos redacionais. O conteúdo semântico que uma palavra carrega varia segundo o gênero”. (Tradução nossa).

⁴ Nessa passagem, utilizamos esse termo do ponto de vista das gramáticas tradicionais para trazer a idéia de classe morfológica e a idéia de posição dos pronomes em uma sentença.

Em resumo, tudo isso que levantamos encontra justificativa em cinco principais razões.

Em primeiro lugar, acreditamos ser relevante o nosso intuito de contribuir com os estudos pautados na Semântica dos Textos, pois, conforme aponta Rastier (2005, p.17), essa Semântica ainda tem muito a compreender sobre as relações entre o global e o local, isto é sobre o entendimento das relações entre um exemplar textual isolado e o agrupamento de textos que formam o gênero de texto no qual aquele exemplar ganha pertinência. Em nosso caso, teremos, pois, a possibilidade de, no 3º capítulo, sobretudo, refletir sobre a homogeneidade e sobre a heterogeneidade que constituem, igualmente, as charges, consideradas nessa globalidade e localidade que Rastier aponta.

Em segundo lugar, teremos a possibilidade de refletir sobre a predominância da multireferencialidade enunciativa na constituição de uma normatividade, ou seja, de parâmetros históricos relativos à escrita de cenas chargísticas na prática do Jornalismo de Opinião.

Em terceiro lugar, refletir sobre relações entre gramática e textualidade é, como havíamos apontado, uma das propostas na Lingüística contemporânea. Desenvolver essa proposta com base na Semântica Histórica da Enunciação seria uma forma de avançar em reflexões próximas à de Costa Val (2002, p.127-130), para quem é preciso olhar “(...) a gramática do texto, a gramática que ‘acontece’ no texto”, com a preocupação de se entender os elementos lingüísticos interligados entre si e remetidos a um contexto”. A proposta de Costa Val (2002, p.127) é, de fato, uma tentativa de viabilizar “(...) a reflexão gramatical a serviço do uso textual e discursivo da língua”, o que descarta, nas palavras da autora, a possibilidade de se “(...) ficar à mercê das eventuais características lingüísticas dos textos com que se trabalha”. Embora interessante, a proposta da autora prevê uma exterioridade física e não histórica, diferentemente do que propõe a Semântica da Enunciação, que leva em conta uma exterioridade histórica “traduzida” no conceito de interdiscurso. Daí a pertinência do nosso trabalho.

Em quarto lugar, a escolha das charges para o desenvolvimento dos objetivos propostos possibilita-nos oferecer duas contribuições para os estudos lingüísticos sobre gêneros e tipos de texto. Uma dessas contribuições reside na

pertinência de um estudo que não aborda apenas o gênero em si, mas as especificidades histórico-enunciativas com que a categoria pronominal é usada nas charges. A outra contribuição reside na possibilidade de contemplarmos algo da gramática de um gênero tão envolvente, uma vez que as charges estão inscritas na prática de opinar, prática que, segundo Da Silva (2003, p.101), usa de argumentos que vão “(...) ao encontro da lógica de raciocínio comum dos leitores”. Nesse sentido, o título da dissertação tenta sintetizar o estudo sobre o uso de pronomes num gênero em que a constituição de referência leva em conta algo dessa dinâmica apontada por Da Silva, estabelecida entre o locutor e aqueles para os quais fala e, ainda, entre o locutor e os elementos textuais.

Em quinto e último lugar, gostaríamos de salientar a importância de um estudo como esse, que propõe uma reflexão sobre a referência, questão que, há muito, tem sido objeto da lógica, da lingüística e da filosofia, cada uma com suas especificidades e propósitos. Ocupar-se da questão da referência relativamente aos gêneros de texto, outro objeto dos estudos lingüísticos recentes, é, então, uma proposta de estudo pertinente, ainda mais se levando em conta a noção de modos de enunciação.

Nosso trabalho se apresenta dividido em três partes. Na primeira delas, intitulada “Acontecimento lingüístico e cena enunciativa: para um estudo sobre modo de enunciação em gêneros de texto”, procuramos explorar as noções-chave que sustentam a elaboração de nosso trabalho. Em um primeiro momento, tratamos da noção de acontecimento enunciativo, já que é essa a noção-base para discutirmos outras noções como a de enunciação, cena enunciativa, interdiscurso, referência, locutor, lugar social, espaço da enunciação, temporalidade, gênero de texto, modo de enunciação e efeitos de sentido. Já que são muitas as noções, procuramos entrelaçá-las minuciosamente, para delinear, então, o quadro teórico deste estudo, disponível no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, “Modo de enunciação e charge jornalística”, tivemos o cuidado de mesclar elementos de teoria, desenvolvidos no primeiro capítulo, com elementos de análise, desenvolvidos, posteriormente, no terceiro capítulo. Relativamente aos elementos de ordem teórica, retomamos as noções abordadas, desta vez, porém, com um direcionamento das mesmas para uma caracterização da multireferencialidade enunciativa em charges. Visando

amenizar possíveis dúvidas do leitor quanto ao foco do segundo capítulo, iniciamos essa parte já com a análise de uma cena chargística. Essa análise nos apontou a necessidade de incluir, no trabalho, a abordagem de questões relativas à gênese da charge, quais sejam, a noção de acontecimento jornalístico, concebida segundo Mouillaud (2002), a noção de atualidade, concebida principalmente com base nesse teórico e, por fim, a noção de caricatura, segundo as reflexões de Lima (1963) e as de Melo (2003). Antes de finalizarmos o segundo capítulo, procuramos entender um pouco da(s) diferença(s) entre multireferencialidade enunciativa e as noções de polissemia, ambigüidade e homonímia, já que estas também costumam ser tomadas em estudos sobre múltiplas direções de sentido para as palavras.

É no terceiro capítulo, “Diferenças e semelhanças na referência pronominal em nove charges jornalísticas”, que procuramos analisar como as duas principais bases teóricas – a Semântica da Enunciação e a Semântica de Textos – embasam uma reflexão como a nossa, que se preocupa com a homogeneidade e com a heterogeneidade que marcam a presença dos pronomes “eu” e “você” na textualidade de cada um dos exemplares chargísticos escolhidos. Em outras palavras, demonstrar a recorrência e a predominância do modo de enunciar multireferencial na presença de pronomes em charges é uma possibilidade que ganha profundidade nesse terceiro e último capítulo da dissertação.

Por fim, partimos para as considerações finais do nosso trabalho, reiterando as principais questões sustentadas e apontando outras de igual relevância, que possam vir a aprofundar nossa pesquisa futuramente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos de pesquisa que orientaram o desenvolvimento de nosso trabalho consistiram, em linhas gerais, no levantamento de referências bibliográficas e, na seqüência, em uma seleção e organização de 12 textos chargísticos (3 no 2º capítulo; 9 no 3º capítulo), bem como na descrição e análise dos mesmos.

O levantamento de referências bibliográficas consistiu, primeiramente, na resenha de vários estudos que nos auxiliassem a refletir, em alguma medida, sobre o objetivo central e o objetivo secundário assinalados na introdução. Dentre esses estudos, contrapomos, principalmente, as reflexões oriundas de três perspectivas decisivas para a execução do estudo, a saber: a) perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação, (GUIMARÃES, 2005, a;b); a perspectiva da Análise do Discurso de base pechetiana, (ORLANDI, 2005 a,b; PÊCHEUX, 1975), com a qual dialogam os trabalhos pautados na Semântica da Enunciação; por fim, a perspectiva da Semântica do Texto, abordada segundo Rastier (1998, 2000, 2005) e Rastier; Pincemin (1999).

Isso resultou na elaboração do quadro teórico oferecido como primeiro capítulo e como base para a elaboração de outras discussões teóricas mais específicas no segundo capítulo.

Além do levantamento de estudos das referidas perspectivas, também procedemos à leitura de referências de caráter mais “periférico”, ou seja, recorreremos a noções de dicionários e a algumas reflexões comuns no campo do Jornalismo. Assim procedendo, contribuiríamos para o aprofundamento das noções-chave, emolduradas a partir daquelas três bases teóricas.

Relativamente à análise de textos, não os tratamos como dados empiricamente observáveis, tendo em vista que o nosso trabalho compatibiliza a noção de texto com a noção de cena enunciativa (seção 1.4.2, p.50), e esta noção, por sua vez, já havia sido entendida (seção 1.4.1, p.44) como um ambiente simbólico e não empírico. Além disso, os textos, concebidos no trabalho como cenas enunciativas, envolvem a relação de um locutor com domínios de memória da interdiscursividade, o que significa que “(...) não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção,

de um gesto teórico”, conforme defende Orlandi (1996a, p.38). Nesse sentido, tratar os textos chargísticos como cenas enunciativas é um gesto teórico-metodológico que elimina qualquer possibilidade de se entender os textos como dados empíricos, pelos quais se pudesse recuperar toda a dinâmica que lhe constituiu. Elimina, ainda, qualquer possibilidade de se entender que as charges são textos do Jornalismo Opinativo, com o propósito de enfatizar supostas evidências que tenham sido colocadas com mais sutileza em notícias, reportagens e/ou editoriais.

Essa última idéia ganha sustentáculo na afirmação de Orlandi (1996a, p.44), segundo a qual “(...) em análise do discurso não se trabalha com as evidências, mas com o processo de produção das evidências”. Em suma, os exemplares de charges não são considerados dados, porque tudo o que diz respeito ao dizer permite ao pesquisador inferir indícios e não provas concretas de que um texto ‘x’ diz “isso” e não “aquilo”.

Ainda com relação à análise de textos, escolhemos trabalhar com um corpus de 12 charges publicadas em duas categorias de mídia jornalística impressa, a saber, a revista *Istoé*, de circulação semanal e de alcance nacional; os jornais *Estado de Minas* e a *Folha de S. Paulo*, ambos de publicação diária e, também, de alcance nacional. A escolha desses veículos jornalísticos tentam, de um lado, satisfazer a diversidade de textos do gênero charge, diversidade esta condizente com o conceito de corpus mobilizado dos trabalhos de Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999) – (seção 1.5, p.52) – para a elaboração da presente pesquisa. De outro lado, a escolha dos jornais e da revista mencionados ocorreu, sem dúvida, em função da amplitude, vale dizer, da aceitabilidade social que esses veículos têm adquirido ao longo de sua circulação entre os leitores brasileiros.

As charges escolhidas compreendem um período de tempo que vai de setembro de 2005 (cena 2) até maio de 2008 (cena 11), organizadas não necessariamente na cronologia do tempo em que foram publicadas. Essa organização não-linear não é desproposita haja visto que a própria categoria de tempo, em nosso trabalho, assume um caráter de mescla entre passado, presente e futuro que não são separados um do outro, mas intersectados. A organização das cenas, tanto no capítulo 2, como, sobretudo, no capítulo 3, se deu também em função das possibilidades que tínhamos de relacionar as

subpartes da análise, que compõem o todo do 3º capítulo. Também observamos o componente temático para se proceder ao estudo sobre os objetivos central e secundário, mencionados na introdução.

A especificidade da escolha de charges tornou-se maior ainda quando selecionamos aquelas charges cuja textualidade apresentasse pronomes “eu” e/ou “você”, em enunciados que lhe são constitutivos, como os exemplificados abaixo:

(Cena 4) “AQUECIMENTO GLOBAL _ - **Eu** não estou nem aí! Até essa coisa chegar na gente, vai levar uns 50 anos!” (grifo nosso).

(Cena 5) “SORRIA: **Você** está sendo enquadrado.” (grifo nosso).

Escolhas como essas nos permitiriam apontar e caracterizar a multireferencialidade enunciativa como o modo de enunciação recorrente e predominante no uso desses pronomes, na textualidade das respectivas cenas chargísticas. Essa multireferencialidade já pôde ser percebida com certo proveito na seção 2.2.2 do segundo capítulo, quando tentamos mostrar que o uso do substantivo “Alckmin”, na primeira cena analisada, apontava para múltiplas direções de sentidos disponíveis para esse “ser”, sendo esses sentidos concernentes à atualidade da cena e, ao mesmo tempo, disponíveis no interdiscurso. Estamos falando de um Alckmin jogador da Seleção Brasileira de Futebol masculino, caricaturado na textualidade desta cena, com a função de ilustrar um jogador reserva do time; estamos falando, ainda, dos sentidos históricos sobre um Alckmin governante que, na ocasião das vésperas das eleições 2006, cumpria a função de principal oponente político de Lula-presidente. Como veremos, essa multiplicidade se justifica porque essas duas direções mencionadas abrangem outros escopos de referência recortados na/pela materialidade da caricatura de Alckmin, das falas atribuídas a essa caricatura, na materialidade dos textos de jornal e revista com os quais a cena chargística (1) assume relação temática e, por fim, dos domínios do interdiscurso que aí intervêm constitutivamente, sob a forma de recortes de memória. Na seqüência do trabalho, já no terceiro capítulo, a caracterização da multireferencialidade ganhou mais profundidade, principalmente, a partir da seção 3.3 em que iniciamos as análises propriamente ditas.

Vale salientar que tal caracterização começou a ganhar mais profundidade no segundo capítulo (seção 2.2.3, p.91), quando observamos que a multireferencialidade determinante do uso do pronome “Quem” em (2) e do uso de “Vossa Excelência” em (3) era afetada, também, pelo modo de enunciar genérico e específico, respectivamente.

Foi no decorrer das análises oferecidas no capítulo 3 que procuramos apontar, com mais demora, indícios dos modos de enunciação genérico e específico como algo concomitante, porém, secundário em relação àquele modo multireferencial que consideramos predominante.

Voltando a falar sobre a escolha dos exemplares, reconhecemos que ela não nos permite produzir conhecimento totalizante sobre o gênero charge jornalística, haja visto que os procedimentos eleitos para a escolha de um grupo de charges – aquelas com pronomes “eu” e “você” – é, no entender de Rastier (2000, p.11), um esforço sempre parcial, que focaliza um determinado aspecto no gênero, em detrimento de outros aspectos igualmente interessantes e pertinentes para uma pesquisa. Rastier (2000, p.11) explica-nos que uma escolha nos leva, portanto, à constituição de um subcorpus. É o que sugere a passagem a seguir:

Dans un corpus homogène, on peut poser la question de la structure du genre. En premier lieu, on peut étudier la structure syntagmatique. Certaines parties des textes peuvent en effet être systématiquement éliminées, pour constituer des sous-corpus pertinents⁵.

Entretanto, diferentemente do que acredita esse autor, trabalhamos com a hipótese de que a constituição de um corpus e, por conseguinte, de um subcorpus – o das charges jornalísticas, especificamente aquelas com os pronomes mencionados – não é uma constituição absolutamente homogênea, mas incontornavelmente marcada pelo heterogêneo, tendo em vista cinco principais razões.

Uma das razões que sustenta essa tese são as injunções sócio-históricas que, a nosso ver, determinam significativamente a produção de um texto. Desse modo, os pronomes, na necessária condição de formas da língua,

⁵ Num corpus homogêneo, pode-se levantar a questão da estrutura do gênero. Em primeiro lugar, pode-se estudar a estrutura sintagmática. Algumas partes dos textos podem, de fato, ser sistematicamente eliminadas, para constituir subcorpus pertinentes. (Tradução nossa).

têm sua identidade definida por sua morfossintaxe, mas essa morfossintaxe só é o que é, porque “(...) carrega em si as marcas de seu passado (...), (GUIMARÃES, 1996, p.27)”. Nesse caso, trata-se de um passado de enunciações produzidas a partir de posições sociais diversas, sempre sujeitas a heterogeneidade de filiações sociais de sentidos, confrontadas no interdiscurso.

Uma outra razão que sustenta a tese de que o heterogêneo habita a suposta homogeneidade de um corpus é a ocorrência de uma multireferencialidade mesclada com a especificidade referencial nos pronomes de uma charge, ao passo que em outras charges, a multireferencialidade vem acompanhada de uma genericidade referencial.

Uma terceira, quarta e quinta razões plausíveis para acreditarmos na heterogeneidade que afeta a materialidade dos pronomes são, respectivamente, o enfoque temático de cada cena analisada, a atualidade de cada uma das cenas e a filiação de cada locutor-chargista com determinados domínios da interdiscursividade.

É em função dessas razões que, mesmo diante de um grupo de charges reunidas sob a regularidade morfossintática dos pronomes, caminhamos na direção de analisar as sensíveis variações com que os pronomes participam da textualização de cada charge, o que faz com que “(...) um mesmo sítio de significação (...)”, nos termos de Orlandi (2005b, p.96), possa estar aberto a “(...) inúmeras textualizações possíveis (...)”, (idem).

Foi por causa dessa hipótese de heterogeneidade e homogeneidade na constituição de um corpus, que tivemos o cuidado de selecionar charges de temáticas variadas, como são os exemplos das cenas (2) – corrupção na política – em relação à cena (6) – aquecimento global – que, por sua vez, se difere tematicamente da cena (7) – violência urbana; atentados de um grupo de crime organizado contra entidades jurídicas, policiais e civis.

Como dissemos, a organização das cenas no capítulo de análise não obedeceu a uma ordem rigorosa, quanto à temática das mesmas, porque acreditávamos também, além do exposto mais acima, na necessidade de transitar entre diferentes textualizações, diferentes gestos de autoria, como uma estratégia para se entender como a diferença habita o morfossintaticamente semelhante.

Esses são, portanto, os principais passos metodológicos que seguimos para elaborar o presente trabalho. Estabelecemos esses passos a fim de sugerir, posteriormente ao desenvolvimento de todo o trabalho, que as charges analisadas servem de exemplos para a produção de outras cenas chargísticas.

Nessa direção, tomamos as charges analisadas como exemplos de textualidades produtivas da língua na prática do Jornalismo de Opinião contemporâneo. De um lado, essa produtividade diz respeito à idéia de que os textos chargísticos são sempre sujeitos à retomada e à reformulação em outros textos. De outro lado, essa produtividade diz respeito à idéia de que os textos são afetados pela tentativa de individualização daquele que escreve, ainda que este responda, em boa medida, pela normatividade histórica do gênero que mobiliza.

CAPÍTULO 1

Acontecimento lingüístico e cena enunciativa:

para um estudo sobre
modo de enunciação em gêneros de texto

*“O acontecimento da enunciação
não é só um fato vivido, é um fato simbólico.
Este acontecimento faz sentido
porque expõe a língua em funcionamento
à sua exterioridade enquanto exterioridade
significante, histórica, e não física”*

(GUIMARÃES, 2006, p.126)

1.0 Primeiras palavras sobre a noção de acontecimento

Em uma abordagem como a nossa, que se dedica a entender como se dá a constituição de referência no uso de pronomes pessoais em charges jornalísticas, a noção de acontecimento acaba assumindo estreita relação com a língua em uso, mais especificamente os usos de pronomes, observados no gênero de texto citado.

Ao ser considerada em relação à língua em uso, a noção de acontecimento adquire duplo envolvimento nessa proposta. Em primeiro lugar, esse duplo envolvimento se explica porque a charge jornalística é um gênero de texto cuja conceituação passa pela noção de acontecimento de linguagem. Em segundo lugar, porque as charges costumam ser praticadas nas mídias jornalísticas para, principalmente, fazer referência crítica a acontecimentos do mundo em que vivemos. Daí a necessidade de se abordar a noção de acontecimento também no âmbito das práticas jornalísticas, o que faremos no segundo capítulo da dissertação.

Por agora, deter-nos-emos na caracterização de acontecimento de linguagem, o que nos possibilita elaborar as bases para se compreender as noções de cena enunciativa, seus elementos constitutivos (seção 1.4, p.37), e, depois, passar para as discussões sobre gênero de texto e modos de enunciação (seção 1.6, p.60).

A noção de acontecimento lingüístico será abordada a partir de estudos desenvolvidos com base na Semântica Histórica da Enunciação, (GUIMARÃES, 2005 a,b)⁶, para a qual o acontecimento é um uso de linguagem que, ao se constituir e se difundir na sociedade, apresenta uma relativa diferença em relação a outros acontecimentos que lhe precedem, ou ainda, a outros acontecimentos futuros, que sequer tenham sido efetivados⁷.

Antes de avançarmos nessa abordagem, temos de refletir sobre um importante detalhe: trata-se de verificar qual(is) seria(m) a(s) familiaridade(s) da

⁶ Também chamada pelo teórico de “Semântica do Acontecimento”.

⁷ Ainda nesse capítulo, exploraremos, com mais demora, a abordagem que Guimarães (2005 a,b) dispensa à noção de acontecimento enunciativo, bem como à noção de temporalidade que a caracteriza.

noção de acontecimento lingüístico, segundo Guimarães (2005 a,b), com outras noções, emolduradas por teóricos inscritos nas ciências humanas.

1.1 Por uma abordagem mais ampla da noção de acontecimento

No campo de estudos da Lingüística, podemos observar que a noção de acontecimento tem adquirido abordagens variadas. Acrescente-se a isso que, além de ser definida com certo dissenso na Lingüística, a noção torna-se, ainda, multidisciplinar, haja vista a “*epistème* moderna” (FOUCAULT, 2002), segundo a qual os conhecimentos tendem a ser analisados não mais separadamente, mas como que entrecruzados, resultando em uma rede de concepções para as quais não podemos determinar uma verdade, nem uma origem absoluta.

É com base nessa consideração que, assinalamos, no tópico anterior, a necessidade de se pensar um pouco sobre a relação entre acontecimento, definido no âmbito da Lingüística, e outras abordagens sobre essa noção.

Valemo-nos, para isso, da contribuição de Quéré (2005), que tenta vincular a noção à hermenêutica, entendida esta como uma dinâmica de sentidos, vale dizer, uma dinâmica de interpretações sociais que conferem uma identidade ao que o teórico chama de acontecimento. Como veremos, essa proposta de Quéré (2005) muito tem a questionar aquelas perspectivas teóricas que tratam o acontecimento numa lógica de causa e consequência.

Quéré (2005, p.1) inicia seu artigo fazendo menção às diferenciações que a noção de acontecimento costuma adquirir quando tomadas no percurso das experiências individuais e coletivas dos sujeitos que vivem em sociedade.

Como exemplificação disso, o autor cita:

<p>a) aqueles acontecimentos que ocorrem independentemente do nosso desejo individual ou coletivo, bem como de nossas expectativas. Nesse caso, Quéré (2005) refere-se àqueles acontecimentos de caráter inesperado, cuja ocorrência foge ao nosso controle e que, por essa e outras razões, tendem a repercutir amplamente na sociedade;</p>
<p>b) aqueles acontecimentos cuja ocorrência tem a ver com alguma ação de nossa parte, ou seja, acontecimentos cuja ocorrência está fortemente ligada a nossas atitudes, pelas quais podemos direcionar a ocorrência em maior ou menor grau;</p>
<p>c) aqueles acontecimentos aos quais podemos ou não “(...) atribuir um valor particular e [também] aqueles que se revestem de especial importância”, podendo se tornar “(...) referências numa trajetória de vida, individual ou coletiva, na medida em que correspondam a experiências memoráveis e, até mesmo, a rupturas ou a inícios de uma nova etapa na vida social”, (QUÉRÉ, 2005, p.1).</p>

Quadro 1: exemplos de categorias de acontecimento, segundo Quéré (2005, p.1)

Em todas essas formulações sobre a noção de acontecimento, Quéré (2005, p.1) se interessa, sobretudo, pela importância que um indivíduo – tomado isolada ou coletivamente – atribui a determinados acontecimentos como o de 11 de setembro de 2001. Apesar da ocorrência anterior de ataques terroristas em várias partes do mundo, o “11 de setembro” parece ter marcado a vida de cidadãos de todo mundo, sobretudo a de norte-americanos, já que esse ato configurou, pela primeira vez na História, um ataque contra os Estados Unidos no próprio território norte-americano, vitimando numerosos cidadãos, e destruindo bruscamente um dos principais símbolos do capitalismo, as torres gêmeas, situadas em Nova York.

O “11 de setembro” é, pois, um exemplo que ilustra como a noção de acontecimento é inseparável da amplitude social que a noção adquire ao longo de sua constituição social. Algo repercute na sociedade, de forma ampla e/ou restritamente, brusca e/ou amenizadamente, lenta e/ou rapidamente, séria e/ou humoristicamente, o que torna a noção um objeto de estudos desenvolvidos em diversas áreas do saber.

Quéré (2005) salienta que, para as Ciências Sociais, ao ganhar visibilidade, ou seja, ao repercutir socialmente, o acontecimento é imediatamente pensado em relação às suas causas, vale dizer, às motivações e interesses de indivíduos. Em outras palavras, lembra-nos Quéré (2005, p.1) de que as Ciências Sociais, via de regra, costumam centrar suas análises

numa suposta causa que preceda o acontecimento. Resultado disso é que o presente de um acontecimento e suas conseqüências presentes e futuras, laboradas na experiência social ou coletiva de um indivíduo, deixam de ser objeto de reflexão das Ciências Sociais, visto que o fator causal é, para esse campo, componente majoritário.

Voltando ao “11 de setembro”, as ciências sociais procurariam saber das razões que teriam levado os terroristas a atacar o *World Trade Center*. Ficariam em segundo plano as conseqüências que esse ataque provocou na vivência dos cidadãos, bem como nas repercussões futuras do ocorrido nos Estados Unidos e no mundo.

Com isso, Quéré (2005, p.2) conclui que pensar a noção de acontecimento para as Ciências Sociais é relacioná-lo “(...) ao esquema da causalidade, hesitando em tratá-lo com um fenômeno de ordem hermenêutica”. Essa afirmação de Quéré demonstra sua insatisfação com a proposta de olhar para o passado primeiramente, ou seja, para um exterior do acontecimento, ao invés de se considerar o acontecimento como ponto de partida para uma reflexão sobre um passado e sobre um futuro que lhe sejam relativos.

Esse presente do acontecimento, fulcro de outros acontecimentos que lhe precedem e que lhe sucederão, só pode ser pensado, afirma Quéré (2005, p.2), através de uma “(...) dinâmica em que a possibilidade do acontecimento e seu poder hermenêutico desempenhem um papel mais importante que a motivação dos sujeitos”.

Diante do exposto, consideramos oportuno o momento para tecer um adendo, a fim de sublinharmos que a Semântica Histórica da Enunciação, (GUIMARÃES, 2005 a,b) – perspectiva teórica que norteia o presente trabalho, a qual apresentaremos logo em breve – também não tem a pretensão de apontar a causa de um acontecimento, daí a razão de recorrermos a Quéré (2005), que, por sua vez, também não acredita ser possível pontuar a(s) causa(s) de um determinado acontecimento ou definir o que motivou um indivíduo ‘x’ a praticá-lo.

1.2 Entendendo um pouco mais a hermenêutica de um acontecimento, segundo Quéré (2005).

Conforme já vínhamos sinalizando, interessa para Quéré (2005) entender o poder hermenêutico que um acontecimento adquire ao longo de sua repercussão no mundo.

Amparado em Arendt, Quéré (2005, p.3) entende que o acontecimento adquire um “poder de abertura e de fecho”, o que significa que, em nossa sociedade, o acontecimento soergue-se dentre outros, vale dizer é percebido por alguma diferença que nele se instala ou melhor, que a ele se atribui, quando pensado em relação a outros acontecimentos, o que o chama a uma freqüente interpretação na sociedade que o suporta, que o vivencia e que o significa, pois. Vale destacar daí o caráter dual que o autor sublinha ao acontecimento: a) de um lado, peça de interpretação, devido à repercussão social multifacetada que ele pode adquirir dentre aqueles indivíduos que pelo acontecimento se encontram atingidos; b) de outro lado, por apresentar destaque / diferença em relação a peças eventuais já repercutidas socialmente. Ou seja, o acontecimento, para Quéré, é uma via de mão-dupla. Nas palavras do autor:

(...) o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que ele é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afeta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. (QUÉRÉ, 2005, p.3).

Do empreendimento de Quéré, que procura vincular acontecimento aos valores e significações que os sujeitos lhe atribuem, isolada ou coletivamente, em um presente, o que fica marcado para nossa reflexão é o propósito do autor, de caracterizar o acontecimento pela sua diferença; uma diferença que lhe é atribuída em relação ao “antes” que lhe subjaz ou, ainda, em relação às interpretações que ele adquire ao longo de seu percurso constitutivo na sociedade, sejam essas interpretações adquiridas num presente ou ainda por se instalarem (futuro).

(...) Ele [o acontecimento] introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou de inédito. Quando um acontecimento se produziu,

qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é mais o mesmo, as coisas mudaram. O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade. No entanto, apesar [da sua ocorrência] mudar qualquer coisa ao estado anterior do mundo, nem tudo o que acontece é descontínuo. Certos acontecimentos são esperados, ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. A sua ocorrência faz, apesar disso, emergir algo de novo (QUÉRÉ, 2005, p.4).

Interessa-nos ressaltar que a asserção “(...) uma descontinuidade, só perceptível no fundo de uma continuidade”, reforça aquilo que havíamos apontado sobre a reflexão do autor: não é pertinente inserir a noção de acontecimento em uma linearidade – o antes, absolutamente separado do atual, absolutamente separado de um futuro – mas como um elemento que ganha perceptibilidade social “(...) de acordo com certa descrição e em função de um contexto de sentido (...)”, (QUÉRÉ, 2005, p.5)⁸. Em outros termos, para Quéré, é só se falando em um contexto de sentido que se torna justificável falar em um antes: “(...) antes de ele [o acontecimento] se verificar não há passado. É preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento”. O autor salienta, inclusive, que o “delineamento” do passado de um acontecimento vai depender da maneira pela qual o acontecimento “(...) é percebido, identificado e descrito”, (QUÉRÉ, 2005, p.5). O mesmo raciocínio é dispensado ao futuro relativo ao acontecimento: “(...) o acontecimento esclarece o seu futuro (...)”, (QUÉRÉ, 2005, p.5).

É com toda essa reflexão que Quéré supõe a tríade acontecimento / sujeitos em suas experiências individuais e coletivas / interpretações atribuídas ao acontecimento (poder hermenêutico). Essa tríade é pertinente para o autor destacar as “diferentes potencialidades”, (QUÉRÉ, 2005, p.5) que um acontecimento pode assumir quando impacta as experiências individuais e coletivas de um sujeito.

Chegamos aqui ao ponto que interessa para associar a noção de acontecimento, desenvolvida por Quéré (2005) à de Guimarães (2005 a,b), que teoriza no âmago da Semântica do Acontecimento.

⁸ Na medida em que o acontecimento ganha condições de perceptibilidade, “de acordo com uma certa descrição”, ele está assentado naquilo que Quéré (2005, p.5) denomina “contexto de sentido”. Dessa maneira, constitui-se a base para a associação de um passado e de um futuro que lhe tornam subjacentes.

1.3 A hermenêutica de um acontecimento segundo uma Semântica de caráter histórico-social.

Quéré (2005) oferece uma valiosa contribuição à noção de acontecimento, tal como tratada por Guimarães (2005 a,b), porque esta perspectiva teórica também concebe a noção de acontecimento para além de um presente. Caminharemos, pois, do poder hermenêutico de um acontecimento, pensado de acordo com um filósofo, às redes sócio-históricas de interpretações que, no entender de Guimarães, o constituem.

Aquilo que Quéré considera “descontinuidade só perceptível no fundo de uma continuidade”, ou seja, aquilo que esse autor trata por diferença de um acontecimento só perceptível na sua dinâmica hermenêutica, Guimarães (op. cit.) considera como a diferença de acontecimento dentre tantos outros acontecimentos passados ou futuros, aos quais não temos acesso na íntegra.

Essa diferença poderá, daqui em diante, será melhor entendida se pensarmos na singularidade com que o acontecimento produz recortes na grande rede sócio-histórica dos acontecimentos que vão se legitimando, se historicizando e, ao mesmo tempo, se constituindo enquanto índices de agitação dos sentidos históricos, dispersos nessa mesma rede. Essa rede histórica de acontecimentos simboliza um múltiplo entrecruzar de saberes, o que recebe a denominação de interdiscurso, segundo a óptica da Análise do Discurso pechetiana, praticada no Brasil, principalmente, pelos trabalhos de Orlandi (1984, 2005a).

O interdiscurso, nas palavras de Orlandi (2005a, p.31) “(...) é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, ou seja, pode ser entendido como um cruzamento de dizeres, de falas investidas de valores, isto é de ideologias diversas que, como diz Orlandi (idem), “(...) está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

No próximo tópico, dedicar-nos-emos um pouco mais à noção de interdiscurso, já que, nesse momento, temos em vista a finalidade de vincular as contribuições de Quéré (2005) à noção de acontecimento, tal como elaborada por Guimarães (2005 a,b).

Baseados neste autor, entendemos que um acontecimento de linguagem é todo e qualquer uso da língua, e por dizer respeito a um uso da

língua, o acontecimento recebe a adjetivação de acontecimento enunciativo, acontecimento do dizer, isto é, enunciação.

Um acontecimento enunciativo segue, irremediavelmente, direções ideologicamente⁹ afins e/ou contrárias às enunciações arregimentadas no interdiscurso. Ou seja, uma enunciação traz circunscritos em si, alguns vestígios de tantos outros acontecimentos enunciativos, arregimentados na dimensão do interdiscurso. Este, nas palavras de Guimarães (2005b, p.70), “(...) se dá como espaço de memória no acontecimento”, ou seja, manifesta-se aí como recortes: vestígios, vale dizer, espaços de interdiscurso, deslocados, logicamente, pelas circunstâncias do presente de um acontecimento.

Nesse sentido, o acontecimento enunciativo para Guimarães (2005 a,b), tal como para Quéré (2005), se faz de uma intersecção entre presente, passado e o que está por ser acontecimento (futuro). O passado do acontecimento tem a ver com o que o interdiscurso lhe dispõe de acontecimentos já efetivados em nossa sociedade. O presente do acontecimento é a congregação desse passado de já ditos com o porvir, vale dizer, com os acontecimentos de linguagem que ainda estão por se efetivar. O futuro do acontecimento far-se-á nessa mesma dinâmica¹⁰. É como dizia o teórico Guimarães na ocasião de um simpósio das Ciências Linguísticas¹¹: “O acontecimento mobiliza o interdiscurso, mantém algo do que lá estava efetivado, ao mesmo tempo em que marca diferença com relação a ele. Em seguida lhe devolve a(s) diferença(s) produzida(s)”.

Toda essa constitutibilidade de um acontecimento enunciativo será melhor entendida em nosso trabalho a partir da noção de cena enunciativa, que nos permite tratar a noção de acontecimento enunciativo a partir de elementos que são essenciais para sua especificação: a língua, a história (entendida mais adiante como passado de enunciações que se presentificam no uso da língua),

⁹ A ideologia é tomada aqui nas palavras de Orlandi (1996b, p.28), para quem o termo “(...) aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique”. Sem dúvida, poderíamos, aqui, tecer muitos aprofundamentos sobre ideologia, mas não o faremos, visto que, mais adiante, nas análises, trataremos da noção de direção enunciativa, similar à de ideologia.

¹⁰ A relação entre passado, presente e futuro, constitutiva de um acontecimento, diz respeito à noção de temporalidade, abordada na seção 1.4.1, quando refletimos sobre cena enunciativa.

¹¹ Palavras do Professor Eduardo Guimarães, quando de uma palestra proferida no GEL 2007 – Grupo de Estudos Linguísticos, realizado em Franca – São Paulo, na UNIFRAN, Universidade de Franca, julho de 2007.

o sujeito, a temporalidade, o espaço da enunciação e a disputa pela tomada da palavra. É a partir da noção de cena, ainda, que o gênero charge poderá ser entendido como um corpus¹² que reúne cenas enunciativas.

1.4 Primeiros pilares do conceito de cena enunciativa

O conceito de cena enunciativa, segundo Guimarães (2005a, p.23) “(...) aparece pela primeira vez em *Texto e Argumentação* (Guimarães, 1987)” e, certamente, tende a sofrer desdobramentos no campo de estudos da lingüística, haja visto o fato de que o conceito pode ser associado a estudos voltados tanto para a sintaxe quanto para os voltados para a textualidade.

Neste estudo, propusemo-nos a tal desdobramento articulando o conceito de cena enunciativa aos estudos voltados para a referenciação na textualidade de um gênero em especial, as charges jornalísticas.

Para falar, pois, de cena enunciativa, primeiro é necessário buscar os fundamentos da Semântica Histórica da Enunciação, cuja instituição se dá, primordialmente, pelo diálogo com conceitos emoldurados na Análise do Discurso de vertente francesa e, também, por diálogos com os estudos enunciativos abordados, principalmente, segundo Guimarães (2005 a,b), segundo Ducrot (1984) e segundo Benveniste (1989).

A enunciação, para Guimarães (2005 a,b), é todo e qualquer uso da língua envolvido, irremediavelmente, pelo interdiscurso, tendo em vista a constituição de um acontecimento de linguagem.

A noção de interdiscurso, mobilizada em primeira mão, dos trabalhos de Orlandi, contempla uma rede de domínios de memória, que oferecem conhecimentos, saberes, imaginários, “traduzidos”_em palavras e sentidos que subsistem há tempos. Há, pois, um passado de enunciações que se presentifica nos diversos usos da língua. Orlandi (2005a, p.32), pautada em Pêcheux (1975), considera que a elaboração de um dizer envolve recortes de outros dizeres, ou seja, envolve

¹² Nos termos de Rastier (1998, 2000, 2005) e Rastier; Pincemin (1999).

(...) alguma coisa mais forte - que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali. (...) O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras (...) há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer.

Concebido como exterioridade de um texto¹³, o interdiscurso difere-se da exterioridade imediata (contexto situacional). Vejamos o porquê: a exterioridade imediata tem sido contemplada em muitos estudos de cunho pragmático, como contexto, cujo papel máximo seria o contorno (revestimento externo) da elaboração e da recepção de um texto. O interdiscurso, entretanto, se coloca como uma exterioridade imersa no texto; não há, nesse sentido, intervalo que se coloque entre texto e interdiscurso. Este se coloca imbricado na genética de um texto, sendo-lhe, pois, constitutivo. É como afirma Orlandi (2005b, p.87):

O texto não pode assim ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso.

É essa a linha de raciocínio em que nos basearemos para entender que a constituição de referência pronominal na textualidade das charges jornalísticas ganha ancoradouro na atualidade do gênero, mas, sobretudo, no interdiscurso.

Nesse sentido, o que, classicamente, é designado de contexto situacional e que nós entendemos como atualidade de um texto não pode ser considerado a base majoritária de uma produção textual¹⁴. O presente de um texto passa a conviver e se confrontar com o passado interdiscursivo, imerso

¹³ A perspectiva da qual consideramos “texto” será apontada ainda nesse capítulo.

¹⁴ Segundo Guimarães (2006, p.126), “A situação é o conjunto dos indivíduos e das coisas relacionadas com o dizer: a pessoa, enquanto indivíduo, que fala; a pessoa, enquanto indivíduo, a quem se fala; o ambiente físico específico no qual se está quando se fala; os objetos deste ambiente referidos pelas palavras, etc. Uma posição pragmática lida com a relação da língua com a situação assim considerada”, o que o autor refuta em suas reflexões.

nas malhas daquele texto¹⁵. Daí Guimarães afirmar que “(...) não há presente sem memória. A memória é o ancoradouro do presente”.

Ainda com relação a esse embate do presente com o passado, subjacentes à configuração de um texto, esse mesmo autor, em um outro trabalho intitulado “Textualidade e enunciação”, havia pontuado que

Analisar um texto enunciativamente não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação (...). Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos na língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no [presente do] acontecimento (...), (GUIMARÃES, 1999, p.144).

Conforme essa ótica, o que eu digo é, em boa medida, relacionado ao que o outro diz antes, de outra forma e em outra situação. Vale salientar que essa relação entre o “meu” dizer e o dizer “do outro” não significa igualdade ou compatibilidade absoluta. Muito pelo contrário, trata-se de pensar que o fato de um enunciado ser relacional instaura, por si, a diferenciação e essa diferenciação se dá porque um enunciado se relaciona com os outros “alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”, (GUIMARÃES, 2005b, p.65).

No entender de Orlandi (2005b, p.95), com quem Guimarães (idem) dialoga, “Ao longo de toda uma vida não é talvez senão o mesmo texto que trabalhamos incessantemente, acrescentando, transformando, repetindo, à busca de sua forma mais acabada”. Ou seja, é essa dinâmica que faz um texto se diferenciar em relação a outros textos.

Com efeito, tal diferenciação deve incluir um outro elemento decisivo do conceito de enunciação. Trata-se do sujeito que enuncia e da perspectiva social que lhe subjaz de maneira mais efetiva (mais direta) nas relações sociais.

Do ponto de vista da Análise do Discurso praticada por Orlandi, a perspectiva da qual enuncia o sujeito circunscreve-se em domínios do

¹⁵ Assim será considerada a atualidade relativa a uma charge jornalística, inclusive se essa atualidade for tomada como que representada em gêneros da esfera jornalística (notícias, editoriais e reportagens, sobretudo), bases às quais se procura fazer remissão pelos dizeres situados na charge.

interdiscurso, o que já pode ser vislumbrado em Pêcheux (1975, p.160), um dos proponentes da noção de interdiscurso com a qual estamos operando:

(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em 'si mesmo', mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Isso nos servirá para defender a idéia de que aquele que enuncia por meio do gênero charge, na prática do jornalismo de opinião, o faz de modo relativamente diferente daquele que enuncia por meio do gênero propaganda, ou bula de remédio e assim por diante. Estudar a constituição de referência na charge, em que está envolvido o sujeito chargista, inclui a observância desses apontamentos de Pêcheux (1975).

Enunciar, pois, segundo esses apontamentos, não é um gesto individual, muito menos solitário. É um gesto de se colocar perante o (diferenciar do) outro, conforme “as posições ideológicas”, congregadas e confrontadas no âmago do interdiscurso. Relativamente ao conceito de enunciação que abarcamos neste trabalho, enunciar é estar na memória (interdiscurso) e é este o primeiro requisito¹⁶ para se constituir sujeito da enunciação; “(...) o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso (...)”, (GUIMARÃES, 2005b, p.14).

Ao falar do interior do interdiscurso, o sujeito é levado a marcar “seu” ponto de vista na enunciação, ou seja, no uso da língua, o que lhe rende a possibilidade de exercer seu gesto de autoria no acontecimento enunciativo; o ser individual perante o outro. Esvai-se, com isso, a vontade soberana do sujeito, bem com a responsabilidade absoluta que ele teria pelo funcionamento da língua:

Não é o locutor que coloca a língua em funcionamento. A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos. (GUIMARÃES, 2005b, p.69).

¹⁶ O segundo requisito será colocado em breve: ocupar um lugar social .

Temos, com isso, um locutor que se aproxima e, ao mesmo tempo, se destoa daquele definido segundo a percepção benvenistiana.

A proximidade diz respeito ao fato de que, tanto para Guimarães (2005 a,b), quanto para Benveniste (1989), a subjetividade é elemento integrante da noção de enunciação. Dito em outras palavras, falar de subjetividade é falar da interdependência do sujeito que diz com a língua. Para ambos, a constituição do sujeito é marcada na enunciação e propiciada pelo funcionamento da língua; o sujeito se constitui no e pelo uso da língua, enunciação. Com isso, Guimarães traz a contribuição de Benveniste, segundo o qual o locutor não é uma pessoa fisicamente pensada.

A discrepância, entretanto, se coloca entre esses dois teóricos na medida em que para Benveniste, enunciar é colocar a língua em funcionamento por um ato individual de apropriação do aparelho formal da enunciação. Em contraponto a Benveniste, Guimarães procura retirar a participação do sujeito de um plano individualista. Ao fazer isso, Guimarães propõe que a subjetividade não é particular, única e centrada no “eu”. Antes, se o sujeito se relaciona com o uso da língua (enunciação), o faz por possibilidades historicamente estabelecidas de se posicionar no acontecimento enunciativo, quando fala de uma região do interdiscurso. Dito de outra maneira, se a enunciação é atrelada à memória, os posicionamentos do sujeito no dizer também o serão; a subjetividade será, de alguma forma, norteadas pelas subjetividades constituídas historicamente, na memória interdiscursiva.

Retirada a qualidade de centramento do sujeito da enunciação, e atribuída a sua caracterização à posição que ocupa no interdiscurso, podemos perceber como Guimarães opera, de forma proveitosa, com o conceito de sujeito, construído no seio da análise do discurso pecheutiana, praticada por Orlandi, atualmente, no Brasil. Conforme atesta essa autora, o sujeito que diz jamais se encontra, efetivamente, na origem do que diz; ele não consegue cumprir o “(...) sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras, que significariam apenas e exatamente o que queremos”.

Se ele não inaugura um dizer e se ele não enuncia ao seu *bel prazer*, presume-se, com isso, que o sujeito da enunciação não tem o controle absoluto de tudo o que diz. Antes, ele é tomado pelo “já-dito” e levado a interpretar esse “já-dito”. Para isso, aquele que diz assume, inapelavelmente, um lugar de enunciação, que atende a demandas históricas que estipulam, até certa medida, o quê, como, quando e para quem algo será dito.

O conceito de lugar de enunciação que, por hora, convocamos é, principalmente, aquele definido nas palavras de Guimarães (2005a, p.24). Segundo o autor nos descreve, o lugar de enunciação é um papel simbólico que o Locutor assume e que lhe delineia como fonte do “seu” dizer, o que, conseqüentemente, lhe confere direitos e autorização socialmente reconhecidos para enunciar¹⁷. Para que isso aconteça, é indispensável que o Locutor esteja afetado por um lugar social:

(...) o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social. A este lugar social do locutor chamaremos de locutor-x, onde o locutor sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, professor, vendedor, etc.).

No entender de Guimarães, “aquele que fala” só se constitui como fonte do “seu” dizer quando ocupa um lugar social: “(...) e é só enquanto ele se dá como lugar social (locutor-x) que ele se dá como Locutor”, (idem).

O Locutor se filia a uma posição para falar, daí ele se vê como fonte de “seu” dizer e acaba por se eximir do lugar social que o predica. No quadro a seguir, listamos as quatro categorias que Guimarães (2005a, p.25) propõe para tratar dessa teatralização.

1ª) Enunciador – individual: aquele que simula uma voz acima de todos e, desse modo, parece retirar o “seu” dizer de qualquer circunstância comunicativa. Explicando de outra maneira, o ser indivíduo e o falar enquanto indivíduo seguem essa orientação, o que tem a ver com a ilusão de que o indivíduo é indivíduo desde sempre, sem ter ainda passado por um dizer.

2ª) Enunciador – genérico: aquele que simula estar difuso num *todos*, isto é falando para

¹⁷ Conforme veremos adiante, isso se constitui um fator para que o sujeito da enunciação faça o papel de sujeito de direito, (HARROCHE, 1992). O próprio Guimarães tece alguma consideração a respeito da relação de propriedade individual que o sujeito mantém, imaginariamente, como o dizer, na medida em que simula serem suas “as palavras que de direito são do interdiscurso”, GUIMARÃES, (2005b, p.65).

uma maioria e falando como a maioria fala: “O que se diz é dito como aquilo que todos dizem”, (idem), sem relativizações, daí o próprio Guimarães sugerir que esse enunciador representa a voz do senso-comum. Exemplo: “O brasileiro gosta de samba, futebol e mulher”.

3ª) Enunciador – universal: aquele que simula dizer uma “verdade”. Santos (2007), baseada em Guimarães, entende que o enunciador – universal “(...) é a voz que se apresenta como se os fatos falassem por si e que, portanto, podem ser enunciados por todos e por cada um”. Dito em outros termos, é a voz que institui “verdades” que deverão ser endossadas por todos. Exemplo disso seria pensar nos discursos científico e filosófico.

4ª) Enunciador – coletivo: aquele que parece mesclar os rumores (boatos) em seu próprio dizer: “(...) se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz”, (GUIMARÃES). Santos (op. cit) propõe que esse enunciador é um dos que caracterizam a enunciação proverbial, pelo fato de se “remeter a coletividades distintas, não podendo, portanto, atender a um uso totalmente genérico, embora, muitas vezes, se preste a simular isto em função do efeito de autoridade e universalidade que pretende (...)”.

Quadro 2: categorias de enunciadores, propostas em (GUIMARÃES, 2005a, p.25).

Para conceber esses quatro tipos de representação / teatralização de um Locutor em relação ao “seu” dizer, Guimarães dialoga com a Teoria Polifônica da Enunciação, (DUCROT, 1984). De uma forma resumida, apresentaremos os principais pontos desse diálogo.

Ducrot (idem) propõe que um enunciado pode abrigar uma superposição de vozes. Essa superposição de vozes comporta, de um lado, a idéia de que vários sujeitos são responsáveis pela emergência de um enunciado. De outro lado, a superposição de vozes serve para Ducrot propor uma distinção entre locutor e enunciador: o primeiro (o locutor) é aquele que se coloca como um dos sujeitos responsáveis pelo proferimento de um enunciado. É a ele, portanto, que o *eu* de “Eu sou brasileiro” se refere. O segundo (enunciador) seria um dos personagens (uma encenação teatral) que esse *eu* possibilita. Por exemplo, um locutor fazendo o papel de anfitrião do único país que tem uma seleção de futebol pentacampeã, ou ainda, um locutor fazendo o papel de admirador do samba e das mulheres bonitas.

Guimarães (2005 a,b) retoma essas categorias de locutor e enunciador emolduradas no quadro da Teoria polifônica ducrotiana, entretanto atribui um caráter histórico às mesmas, tendo em vista o diálogo que ele estabelece com o conceito de sujeito da enunciação da Análise do discurso. Trata-se de verificar que, para Ducrot, o envolvimento de um locutor e de suas representações com a enunciação é um envolvimento que fica restrito a um momento (agora), a um espaço (aqui) e, além disso, é um envolvimento que

não se repete, o que se explica pelo fato de que a enunciação, para Ducrot, é um acontecimento de linguagem relativo a um uso momentâneo da língua, portanto, um uso que não vai além de si mesmo; um uso que não abrange o interdiscurso e que não projeta outros usos.

Para contornar essa relação locutor/uso momentâneo e irrepetível da língua, Guimarães (idem) prevê que um locutor fala de um certo interior do já-dito interdiscursivo. Portanto, um locutor que é tomado por enunciações que vão além de um momento, além de um espaço. Um locutor que é envolvido pela rede de enunciações que está aí e que, portanto, se perpetua como história. Temos, assim, um locutor envolvido na história, mas que, conforme bem lembra Guimarães, teatraliza um “estar fora da história”, independente de qualquer circunstância histórica (enunciador individual), acima de todos (enunciador universal), ou ainda, um locutor que se apresenta como se estivesse fora da história e que falasse como todos falam e para todos (enunciador coletivo).

Em resumo, semelhantemente a Ducrot, Guimarães (2005 a,b) prevê uma divisão daquele que diz em Locutor e enunciador(es), entretanto, para Guimarães, essa divisão só acontece porque Locutor e enunciador estão superpostos em uma enunciação, cuja procedência não é momentânea e pontual num tempo, mas difusa em domínios da rede histórica que nela se presentificam.

1.4.1 Cena enunciativa

Neste estudo, a noção de cena enunciativa engloba todos os elementos relativos à enunciação que abordamos até o momento, mas engloba também os que ainda serão contemplados: temporalidade, espaço da enunciação e as disputas pela assunção da palavra.

Como dissemos, cena enunciativa é uma noção que começa a ganhar contornos mais precisos na Semântica da Enunciação, quando Guimarães (2005a, p.23) a apresentou como um espaço simbólico onde se daria o jogo/a conjugação dos lugares sociais assumidos pelo Locutor (p.ex. locutor-chargista, locutor-jornalista, etc.) com as representações que um lugar social

implica. Segundo o autor, “Uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas”. Ainda segundo o autor, “A cena enunciativa é um espaço particularizado por uma deontologia (Ducrot, 1972) específica de agenciamento e de distribuição dos lugares de enunciação” em um dizer.

Ao falar em deontologia, Guimarães sugere que a cena enunciativa é um lugar simbólico implicado por obrigações e regulamentações. Um lugar simbólico por meio do qual passam a valer direitos e deveres que, em boa medida, visam a orientar a relação daquele que fala com aqueles para quem se fala, relação que implica teatralizações do locutor e repercussão de efeitos de sentido. Daí é possível dizer que a cena enunciativa agencia locutores e enunciadorees. A deontologia diz respeito, ainda, aos princípios histórico-sociais que orientam o(s) investimento(s) de um Locutor com a construção de um arranjo de palavras, expressões, sentenças constitutivas de uma cena. Entendemos que a deontologia não é um princípio único, universalizante, mas peculiar a certos grupos de cenas, oriundas de certas esferas sociais.

Essa questão dos locutores e de seus investimentos com o arranjo lingüístico torna a cena enunciativa, uma noção estreita e reconhecidamente oriunda do conceito de enunciação, daí a determinação “enunciativa”, vinculada ao termo “cena”. Esse estreitamento se acentua mais ainda, quando buscamos dois outros elementos integrantes do conceito, quais sejam, a noção de temporalidade e a noção de espaço da enunciação.

Detenhamo-nos, em um primeiro momento, nesse segundo fator. Para Guimarães, vivemos em um espaço político, marcado pelo embate de uma diversidade de campos do saber (jurídico, político, educacional, desportivo, trabalhista, doméstico, etc.), cada qual apresentando finalidades, necessidades, normas que ora são comuns às de um outro campo, ora são singulares. Nesse sentido, entendemos que o espaço da enunciação não é um espaço homogêneo, mas heterogêneo, porque dividido em “especificações locais” que podemos chamar de cenas enunciativas.

Tais especificações do espaço enunciativo encontram explicação nas dissensões (conflitos) que se colocam entre uma e outra cena enunciativa do espaço do dizer, pois, para Guimarães, a assunção da palavra é algo

marcadamente conflituoso. O dissenso é o que ele chama de político, ao seu ver, fundamento das relações sociais:

(...) o político não é o que se fala sobre a igualdade, sobre direitos, etc. (...) o político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2005a, p.16).

Assim, Guimarães entende que o espaço da enunciação é um espaço em que se dá a tomada conflituosa da palavra. “São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”, (ibidem). São espaços em que, ao se integrar em uma cena, o sujeito é tomado pelo que distingue essa cena de outras às quais ele não se vincula. Uma vez existindo essa divisão no espaço da enunciação, dividem-se, naturalmente, o ‘poder dizer’ e o ‘dever dizer’:

E estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global [do espaço da enunciação], a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros, (GUIMARÃES, 2005a, p.21).

Em resumo, a cena enunciativa é um campo simbólico que torna visível, para fins de análise, os Locutores sendo tomados por incessantes disputas pela tomada da palavra. Falar é ser tomado por esse espaço político de disputa, portanto falar não é um gesto individual, que escapa do embate com o outro. Muitas são as especificações locais do espaço de enunciação em Língua Portuguesa no Brasil, assim torna-se possível muitas pesquisas que, pela via da Semântica da Enunciação, tentem “hachurar” determinados gêneros de cenas¹⁸, a fim de se caracterizá-los. O espaço da enunciação é,

¹⁸ Adiante, na seção 1.4.3., propusemos a idéia de *corpus* de cenas enunciativas, a partir dos trabalhos de Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999).

pois, o terceiro elemento integrante do conceito de enunciação, a partir do qual se faz pertinente tal entendimento de cena enunciativa.

O quarto elemento a partir do qual desdobraremos a noção de cena é o fator tempo; temporalidade, nos termos de Guimarães, dado o cunho lingüístico de seus estudos. Para Guimarães, o tempo não é o *cronos*, tempo objetivamente mensurável em ano, mês, dia, hora, minutos, segundos, etc.

Pensado assim, o tempo não se constitui escopo específico dos estudos da linguagem. Para contornar isso, Guimarães concebe que cada enunciação configura/instala o seu próprio tempo, na medida em que cada enunciação se faz de um presente que é, por sua vez, intersectado, de um lado, por um passado de enunciações diversas e, por outro lado, estabelece deixas para a emergência de futuras enunciações: “Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro”; “Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar”, (p.12). Daí Guimarães dizer que “o acontecimento [enunciação] é diferença na sua própria ordem”, porque cada acontecimento enunciativo é um “novo espaço de conviviabilidade de tempos”, já configurados e/ou a serem configurados em outras enunciações que, em sua totalidade, sequer tivemos ou teremos acesso. Coloca-se-nos, então, a pergunta: o que a temporalidade tem a ver com a noção de cena enunciativa?

Quem responde é o próprio Guimarães. Para ele, “a temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa”, (idem). Ou seja, retomando a idéia de que temos em nossa sociedade uma variedade de cenas enunciativas, torna-se admissível pensar que há uma profusão de temporalidades. Nesse quadro, uma cena enunciativa é o espaço simbólico onde vislumbramos o encontro de uma temporalidade com diversas outras temporalidades. Noutras palavras, uma cena enunciativa se forma, justamente, dos nós ou dos encontros de enunciações diversas, cada qual sendo formada por uma gama de outras enunciações: rede de enunciações não linear, mas potencialmente ramificada e entrecruzada.

Antes de encerrar a questão da temporalidade, uma das características fundadoras da noção de cena enunciativa, é pertinente assinalarmos, aqui, que, ao falar de temporalidade, Guimarães firmou mais

uma distinção com os estudos enunciativos de Ducrot e, também, com os de Benveniste.

Para Ducrot, a enunciação é “o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado”, (DUCROT, 1989, p.13), sugerindo, com isso, que cada enunciação é única, irrepetível, dado que a combinação de tempo e lugar em que cada uma se efetiva é, a seu ver, jamais a mesma. “Se digo duas vezes seguidas uma coisa (...), produzo dois enunciados diferentes, e isto somente porque o momento de sua enunciação é diferente”. Podemos inferir, com isso, que Ducrot faz menção ao tempo pragmaticamente objetivado (o aqui e agora), estabelecido à parte de outros tempos, constitutivos de outras enunciações. Com isso, marcamos, aqui, que Guimarães herda de Ducrot a idéia de enunciação enquanto “acontecimento histórico do aparecimento do enunciado”, mas, ao mesmo tempo, avança com relação a Ducrot, explicando que o histórico vai além de um marco local, porque abrange tempos discursivamente fundados, nos dizeres que se congregam na memória discursiva.

Benveniste, por sua vez, concebe um tempo presente que é organicamente ligado ao exercício da fala:

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do ‘presente’, ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona, (BENVENISTE, 1989, p.74).

Esse presente é axial na medida em que é pensado por Benveniste como eixo central no qual se origina o tempo de uma enunciação; é gerador, porque dá seqüência a um tempo passado, que se coloca, separadamente, como um antes, e precede um futuro, que se coloca, separadamente, como um depois.

O presente lingüístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção, (ibidem).

Para a teoria enunciativa de bases históricas, tais considerações de Benveniste contribuíram, de um lado, para a conceituação do tempo da enunciação, na medida em que o teórico previu o encontro de tempos. De outro lado, esse encontro é problematizado por Guimarães, na medida em que não pode ser pensado como seqüencial, linear. Invés de uma escala temporal – passado, antes do presente, antes do futuro – Guimarães propõe a concomitância de tempos em uma só enunciação, ou seja, a “convivibilidade de tempos”.

Em síntese, Guimarães tenta ir na contra-mão de Benveniste: para este, o presente é “uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo”, (BENVENISTE, 1989, p.76), ao passo que, para Guimarães, o presente é configurado de um passado, que não se coloca, separadamente, como um antes, e, também, de um futuro, que não se coloca, separadamente, como um depois. Passamos, assim, da linearidade temporal para a concomitância temporal.

Quanto à relação do tempo com o sujeito que enuncia, Guimarães explica que tal relação vai ser marcada por um desencontro:

(...) a temporalidade do acontecimento não coincide, portanto, com o tempo do ego que diz eu, que chamo aqui Locutor. A configuração do Locutor no acontecimento é a de que ele é a origem do dizer e assim da temporalidade. Diria que Benveniste limitou-se a tratar desta representação. Deste modo a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia. O Locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor), (GUIMARÃES, 2005a, p.14).

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos. (...) Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica), (idem).

Diante do exposto, esperamos ter recuperado e desdobrado a noção de cena enunciativa, como um espaço simbolicamente constituído. Simbólico, porque aquele que diz aí se simboliza, pela(s) figura(s) do(s) enunciador(es) que ele representa, o tempo e o espaço aí se simbolizam, isto é passam,

respectivamente, de *cronos* e de lugar *in situ* à condição de temporalidade e de espaço enunciativo. Adiante, tentaremos verificar como a noção de cena pode ser proveitosa para a noção de ‘texto’, objeto primário de nosso estudo.

1.4.2_ “Cena enunciativa” e “texto”: por uma proposta de uma compatibilização

Tomadas no seio da Semântica Histórica da Enunciação, as noções de “cena enunciativa” e de “texto”¹⁹ parecem guardar estreita relação, no que diz respeito a alguns de seus constituintes básicos²⁰. Com o intuito de verificar essa “intimidade”, façamos uma breve retomada de cada noção, de acordo com perspectiva histórica de enunciação.

Para Guimarães (2006, p.142), “texto” é uma “unidade de sentido constituída por seqüências lingüísticas remetidas a um lugar de sujeito no acontecimento enunciativo (podemos chamar este lugar de locutor-autor)”.

Esse vínculo das seqüências lingüísticas com um lugar de sujeito também pode ser percebido na conceituação de cena enunciativa, pois, conforme Guimarães afirmara, uma cena enunciativa também se caracteriza por “(...) relações entre as figuras da enunciação” – aquele(s) que fala(m) e aquele(s) para quem se fala – “e as formas lingüísticas”, (GUIMARÃES, 2005a, p.23), tal como a apresentamos na seção anterior. Além disso, vimos que a cena enunciativa tem, como alicerce básico, uma temporalidade. Sua efetivação requer um espaço da enunciação, em que se dá a disputa pela palavra, o que, de alguma forma, subjaz a configuração de um texto que, ao nosso ver, se dá no uso efetivo da língua – na enunciação, o que implica o

¹⁹ ‘Texto’ é uma noção reconhecidamente vaga e/ou dissensual para se definir, seja em nossas rotinas, seja no âmbito dos estudos da linguagem. Especificamente no que tange ao nosso dia-a-dia, nem sempre temos a certeza de estar lidando com uma peça do dizer que, funcionalmente, valha como texto, seja por falta de conhecimento da área do saber em que esse texto se configura, seja pelo imaginário simplista de que um texto só é texto se apresenta uma extensão relativamente grande, com princípio, meio e fim bem demarcados entre si. No âmbito dos estudos da linguagem, por sua vez, a falta de consenso a respeito do objeto ‘texto’ deve-se, sobretudo, à existência de muitas perspectivas teóricas que se propõem a conceituá-lo. Neste trabalho, o tomamos a partir da perspectiva enunciativa.

²⁰ No interior da Semântica Histórica da Enunciação, existe também a possibilidade de se realizar um estudo aproximativo entre a noção de cena enunciativa e as sentenças da língua – nesse caso, os estudos voltados para as reflexões sobre a sintaxe. A proposta de compatibilizar ‘texto’ e ‘cena’ não é, portanto, possibilidade única.

envolvimento de um sujeito da enunciação orientado por uma deontologia específica.

Ainda com relação a uma cena enunciativa, parece-nos certo dizer que, quando a tomamos como objeto de análise, a cena apresenta-se-nos como uma textualidade que parece nascer e findar em si mesma. Nesse sentido, uma cena enunciativa adquire, ao longo de sua receptibilidade social, uma aparência de quadro empírico, isto é unidade fisicamente delimitada (começo, meio, progressão, não-contradição e fim). Parece que os sentidos que nela se repercutem são imanentes à sua materialidade, ou seja, temos a impressão de que os sentidos já estão sempre lá, sem terem sido mobilizados por um trabalho de recorte do interdiscurso e confrontados com a atualidade da cena. Entretanto, trata-se de uma mera ilusão que a acompanha, pois entendemos que cena enunciativa é um quadro simbólico, não estático, não pronto, mas constituído e ainda por se constituir, já que sua formação passa pelo dizer, pela dinâmica da enunciação.

A ilusão de evidência também acompanha a categoria 'texto', o que se explica, no entender de Guimarães (1996, p.64), pelo "(...) fato de que em dadas circunstâncias, começa-se a falar e termina-se, começa-se a escrever e termina-se. Mais que isso, o que se escreve [pode receber] uma encadernação chamada livro (...) que hoje tem um valor comercial".

Diante do exposto, trabalharemos com a proposta de considerar que um texto é uma cena enunciativa. Essa proposta insere-se nos vários esforços teóricos de não tomar o objeto 'texto' como algo evidente por si (algo empiricamente pensado). Antes, 'texto' – pensado enquanto cena – amalgama os mesmos elementos da enunciação: Locutor, lugar social, suas relações com o arranjo lingüístico, temporalidade, espaço da enunciação.

Com isso, 'texto' não é uma categoria precedente a uma perspectiva teórica de reflexão sobre a linguagem. É só no interior de uma perspectiva teórica que essa categoria ganha definição. Fora disso, o texto seria uma ficção.

Em suma, dado que o nosso estudo filia-se em uma lingüística focada em questões relativas aos Gêneros e Tipos textuais que, por sua vez, são vistos em relação à categoria representativa de 'texto' e, ainda, dado que nos guiamos pelos preceitos da teoria enunciativa de bases históricas, não há

razões para desvencilharmos a noção de texto da noção de cena enunciativa. Numa relação sinonímica, o texto é, a nosso ver, cena enunciativa, pelo menos para fins teórico-metodológicos de nossa pesquisa.

1.4.3 Da unidade de cena enunciativa ao corpus de cenas

Retomando a noção de espaço de enunciação enquanto um espaço marcadamente dividido por uma variedade de “especificações locais”, que são as variadas cenas enunciativas, parece-nos pertinente dizer que, nesse espaço, há grupos de cenas enunciativas, pois mesmo sendo várias, as cenas apresentam traços em comum, que vão desde as práticas sociais em que uma e outra se vincula, até certos traços lingüísticos relativamente regulares entre uma e outra cena.

Essa possibilidade de se agrupar as cenas enunciativas aponta para um conceito de gênero textual proposto de acordo com a Semântica de normas textuais, também denominada Semântica de corpus, (RASTIER, 1998; 2000) e (RASTIER, PINCEMIN 1999).

1.5 A Semântica de corpus

Se a categoria ‘texto’ é, em nosso estudo, compatível com a noção de cena enunciativa, e se o presente capítulo abordou, até aqui, a noção de cena para aproveitá-la em uma discussão sobre gênero de texto, temos, adiante, de determinar e especificar qual é a noção de gênero textual que endossamos em nosso trabalho.

Trabalharemos com a noção de gênero textual enquanto corpus – um complexo de textos que se configuram sob características lingüísticas significativamente regulares e, além disso, sob uma determinada prática social. Noutros termos, falar de gênero textual para Rastier é falar de corpus, cuja identidade se constitui, em primeira instância, de textos que são congregados, tendo em vista certos traços lingüísticos consideravelmente regulares e, também, certas práticas sociais.

Nesses moldes, a categoria de texto deixa de ser considerada unidade máxima para se proceder à análise de unidades lexicais, sentenciais, icônicas e assim por diante. Para Rastier, estudar um texto isoladamente é se restringir a uma “globalidade transitória”; é estudá-lo como se este fosse constituído em si mesmo, ou seja é considerar um texto como unidade sem memória, gerenciada unicamente por uma prática social pontual, por um contexto situacional, bem como pela materialidade lingüística e/ou icônica que o integra. Assim procedendo, ficaria em segundo plano o complexo de textos, isto é o corpus que abriga, normatiza e orienta a elaboração de um dado texto²¹. É em torno disso que Rastier (1998, p.107) tece suas considerações sobre a categoria ‘texto’ e sua relação com um corpus:

Tout texte est en effect interprété au sein d’un corpus, et ce corpus est formé en premier lieu des textes qui relèvent du même genre (et, au-delà, de la même pratique): une conversation se comprend au sein d’une histoire conversationnelle, un roman parmi les autres déjà lus, etc²².

Ainda com relação à noção de corpus, Rastier acrescenta:

(...) Le texte semble certes en linguistique une unité maximale. Mais un point de vue plus philologique engage à considérer que l’ensemble des textes relevant d’un même genre (et d’une même langue) constitue un ‘bon’ corpus au sein duquel il est possible de caractériser et d’analyser un texte.
En somme, l’unité linguistique fondamentale (tant empirique que théorique) n’est pas le signe, ni même la phrase, mais le texte (oral fixé ou écrit), dont l’analyse commande l’accès aux unités de rang inférieur. Cependant, l’unité supérieure est le corpus²³.

Evidentemente, tomar um corpus como objeto de análise não significa abarcar a totalidade de textos (o intertexto) disponíveis em nossa sociedade.

²¹ Discorreremos em breve sobre a normatividade específica de certos gêneros textuais.

²² Todo texto é, com efeito, interpretado no âmbito de um corpus, e esse corpus é formado antes de tudo pelos textos que se situam no mesmo gênero [e, além disso, na mesma prática]: uma conversação é compreendida no âmbito de uma história conversacional, um romance é compreendido dentre os outros já lidos, etc. (Tradução nossa).

²³ O texto, nos estudos lingüísticos, tem sido considerado uma unidade terminal. Mas, no interior de uma perspectiva mais filológica, pode-se considerar que o conjunto dos textos constituídos sob um mesmo gênero (e de uma mesma língua) constitui um legítimo corpus, no interior do qual é possível caracterizar e analisar um texto. Em suma, a unidade lingüística fundamental (tanto empírica quanto teórica) não é o signo, nem mesmo a frase, mas o texto (oral estável ou escrito), a partir do qual a análise determina o acesso às unidades de nível inferior. No entanto, a unidade superior é o corpus. (Tradução nossa).

Considerar um corpus será sempre um recorte do intertexto, que é efetivado com base em certos objetivos de ordem teórica e prática. Daí Rastier (1998) dizer que “Le corpus est la seule objectivation possible (philologique) de l’intertexte, qui sinon demeure une notion des plus vagues”²⁴.

Ao mobilizarmos a noção de gênero textual pensada como corpus, precisamos, ainda, recuperar o tratamento que Rastier dispensa à noção de ‘contexto’, notoriamente presente e multifacetada em reflexões sobre gênero textual vigentes no campo da Lingüística contemporânea.

Segundo Rastier (1998), um texto se define na interface entre o ‘contexto’ e o corpus. Como se pode perceber, ‘contexto’, para o teórico, não remete unicamente a uma situação comunicativa em que um texto efetiva-se. Ou seja, ‘contexto’ não remete unicamente aos condicionantes extralingüísticos locais, temporais, autorais, da produção e da recepção de um texto. Antes, falar nas determinações de um texto, como a charge jornalística, por exemplo, significa, sobretudo, lançar mão do intertexto. Mais especificamente, de um corpus de numerosas charges ao qual aquela se filia. Nesse sentido, qualquer que seja o texto que observamos – e, por conseguinte, o gênero ao qual se vincula – estaremos lidando com uma entidade do dizer, cuja natureza procede, na ótica de Rastier, de dois âmbitos: carrega traços característicos do *corpus* ao qual se filia e, ao mesmo tempo, expõe-se a um contexto situacional, isto é, à atualidade que o circunda. É na atualidade que um texto tem a possibilidade de resistir ao corpus em que deverá se vincular.

É nesses moldes que Rastier (1998, p.107) aprimora a noção de gênero textual, afirmando ser este é um artefato lingüístico que nos “permite ligar o contexto [corpus] à situação”. Em outras palavras, o gênero é o mediador entre situação e uma gama de textos com afinidades relativas tanto à língua quanto à prática social em que se inscreve. É devido à mediação dessa natureza, que o gênero textual é designado como “princípio organizador” de textos, arremata Rastier.

²⁴ Não obstante a parcialidade do corpus em relação ao intertexto, há, de acordo com Rastier (2000), alguns subcorpus situados dentro de um corpus, ou seja, há subgrupos integrantes de um corpus, o que torna mais complexo o acesso à totalidade de características de um gênero, bem como dificulta a definição totalizante da identidade do mesmo. Isso é o que havíamos apontado, de início, nos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, em que descrevemos o subcorpus de charges com o qual trabalhamos.

No raciocínio desse teórico, tal “organização” de textos vindo a constituir um gênero, vale dizer, um mesmo corpus, tem como fundamento as características comuns aos textos que o integram. Se as características são comuns, significa dizer que as mesmas são significativamente estáveis, ou seja, se repetem, razoavelmente, entre um e outro texto que integra um dado corpus.

Para sistematizar isso, Rastier elege a noção de normas (normatividade). Na visão de Rastier, a normatividade funciona como bússola, pela qual nos orientamos quando da produção de um texto ‘x’. Explicando de outra maneira, a noção de normatividade permite-nos tratar dos traços lingüísticos recorrentes em um conjunto de textos, os quais evocamos quando da produção de um “novo” texto ‘x’, para que o mesmo funcione como o gênero carta, ou como o gênero bilhete, ou como o gênero notícia jornalística, e assim por diante. Nesse sentido, se necessitamos que um texto ‘x’, um texto ‘y’ e um texto ‘z’ funcionem, juntamente, como carta, por exemplo, temos de ser condizentes, em boa medida, com a normatividade do corpus deste gênero. Por conseqüência, contribuimos para que este gênero se consolide, se firme, não apenas no que diz respeito aos seus aspectos composicionais / formais e temáticos, mas também enunciativos. Daí procede o nome ‘Semântica de normas’: normas cujos fundamentos são os elementos lingüísticos que, razoavelmente, se repetem. Ou seja, normas diz respeito à estabilidade dos elementos léxicos, morfossintáticos e semânticos de determinado gênero e, ainda, normas pelas quais diferenciamos um e outro gênero textual:

Les variations morphosyntaxiques selon les genres sont notables. Par exemple, les textes littéraires contiennent trois fois moins de passifs que les autres; la position de l’adjectif, la nature des déterminants, des pronoms et des temps, l’usage du nombre varient aussi notablement. Ou encore, dans le domaine technique même, les variations sont importantes entre un manuel et une brochure commerciale : au premier les acronymes, les impératifs, les ellipses de déterminants ; au second les phrases longues, les pronoms nombreux, etc²⁵. (cf. Slocum, 1986), (RASTIER, 2000, p.4)²⁶.

²⁵ As variações morfossintáticas em relação aos gêneros são notáveis. Por exemplo, os textos literários contêm três vezes menos passivas que os outros textos; a posição do adjetivo, a natureza de determinantes, pronomes e tempos, o uso do número variam também notavelmente. Ou ainda, no domínio técnico, as variações são importantes entre um manual e uma brochura comercial: no primeiro, predominam os acrônimos, os imperativos, as elipses de determinantes, no segundo, predominam as frases longas, os numerosos pronomes, etc. (Tradução nossa).

Além de se pensar em normas (normatividade) como algo da ordem das regularidades e especificidades lingüísticas de um e de outro gênero textual, falta, ainda, uma explicação que Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999) não ofereceram em suas reflexões, no que diz respeito aos condicionantes sociais que fundamentam o estabelecimento de uma normatividade, já que o lingüístico, a nosso ver, não se agrupa e não é recorrente por inércia própria.

Acreditamos que, quando “enquadramos” nossos textos em determinado gênero de texto, não somos guiados unicamente por elementos lingüísticos. Além disso, não configuramos a organização lingüística de um texto apenas tendo por base uma prática social pontual, conforme propusera Rastier. Muito menos, o fazemos com base em intenções particulares a cada indivíduo.

Antes de tudo, somos tomados por uma ordem que já funciona há tempos, vale dizer, guiamo-nos por aquilo que traduzimos como um conjunto de requisitos historicamente fundados, que se fazem essenciais para o reconhecimento e para a projeção social dos “nossos” textos que formulamos dia após dia. Se os “nossos” textos não condizem com a ordem relativa ao gênero textual evocado, corremos o risco de que tais textos não tenham credibilidade social.

É, portanto, pela entrada no que Foucault (1996) entende por “ordem do discurso” que nos fazemos indivíduos em relação a textos que produzimos. Em decorrência disso, não inauguramos, efetivamente, um dizer, embora tenhamos a ilusão de fazê-lo ou o receio em fazê-lo, como bem aponta Foucault (1996, p.7):

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso (...). A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico (...) ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição;

²⁶ É por esta possibilidade de se mapear as especificidades lingüísticas de certos gêneros textuais que a Semântica de normas tem sido, cada vez mais, requisitada para proceder a categorizações do amplo repertório de textos e de gêneros textuais, sobretudo aqueles que, para fins de pesquisa – por exemplo – são disponibilizados em bancos de dados da Web.

Quando começamos a palestrar e/ou a redigir um texto, qualquer que seja o gênero ao qual nos recorreremos, somos instados a condizer com “leis do dizer” desse gênero, instituídas há tempos. Ou seja, há uma ordem de dimensão anterior e maior, que interfere na configuração formal dos textos orais e escritos que elaboramos, bem como na inscrição de tais textos em uma prática social ‘x’ ou em uma prática ‘y’. Foucault (1996) sugere que a ‘ordem do discurso’ consiste numa série de procedimentos institucionais que orientam a produção dos discursos nas sociedades, tendo em vista fins de controle, fins de seleção/exclusão, fins de organização e, também, de veiculação dos mesmos. Todos esses procedimentos, segundo Foucault (1996), têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à aceitabilidade social dos “nossos” textos. Um dos procedimentos que Foucault especifica, bastante pertinente ao presente estudo²⁷, é o procedimento da exclusão²⁸, que abrange, basicamente, três questões. A primeira questão diz respeito ao fato de que há, nas rotinas sociais, censuras e interdições quanto a certos tipos de assuntos. Além disso, há temas que são apropriados para se tratar em determinadas circunstâncias e em certas práticas sociais, ao passo que em outras práticas, não. Além dessas duas questões, o poder (direito de) proferir algo não é conferido a qualquer indivíduo: “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”, (FOUCAULT, 1996, p.8).

Para exemplificar isso, pensemos que, pela ordem do discurso relativa ao gênero ‘bula de remédio’, não é comum encontrarmos emoticons, ícones e outros recursos apropriados às felicitações de aniversário que dispensamos, por exemplo, a um amigo. Antes, esperamos encontrar, em uma bula, notificações que orientem a manipulação de um medicamento, sejam essas notificações marcadas pelo predomínio da tipologia descritiva, sejam elas marcadas pela co-existência de descrição e explicação ou, ainda, topicalização. Sem esses elementos, uma bula dificilmente teria repercussão e credibilidade entre médicos e pacientes. Tampouco as notificações sobre medicamentos, sem esses últimos elementos, se fariam efetivas na prática de

²⁷ Acreditamos que a charge jornalística é um gênero que oferece direções enunciativas a certos domínios de sentidos censurados pelas leis do dizer de outros gêneros sociais como o inquérito policial, certas reportagens de cunho mais tradicional, dentre outros.

²⁸ Foucault (1996, p.10) em diante menciona os princípios da separação, da rejeição e da disciplina os quais não contemplaremos.

aviar / comprar / manipular medicamentos. Um outro exemplo seria uma reportagem de cunho predominantemente informativo-descritivo, em que o repórter costuma não proceder à abordagem humorística e interventiva do político ao qual se reporta; há gêneros textuais cuja ordem do discurso permite essa última forma de abordagem, como parece ser o caso das piadas, das tiras de humor e, inclusive, de muitas charges jornalísticas, objeto de nossa presente pesquisa.

Em síntese, falar da normatividade específica de determinado gênero textual é o que viabiliza, de um lado, o trato das convenções lingüísticas relativas a um gênero textual. É, ainda, o que diz respeito à inserção de um gênero em uma prática social. De outro lado, pela via de Foucault, pensar em normatividade enquanto 'ordem do discurso' é o que viabiliza uma discussão sobre as razões sociais que estão por detrás da instituição das normas (normatividade) tais como concebidas por Rastier. Ainda com base em Foucault, falar de normatividade como ordem do discurso é o que faz, também, com que os textos adquiram alcance social, tão caro a sua permanência e à inserção em práticas sociais.

Naturalmente, temos de considerar, também, que a normatividade de um gênero – pensada de acordo com os dois autores – é uma normatividade sujeita ao desvio. Isso sugere que o vínculo entre uma peça textual e um gênero de texto não se dá de maneira pacífica: acreditamos que falhas são constitutivas nesse vínculo, de modo que a relação texto/corpus será sempre uma relação marcada pelo reforço, mas também, e inclusive, pela resistência, entendido este último como deslocamento, variação. “Isso explica porque os gêneros se modificam e se renovam com o tempo”, (DIAS, 2007, p.322), podendo, inclusive, vir cada um a se tornar outro, ou mesmo sofrerem hibridização, transgressão, fenômenos estes que Marcuschi (2005, p.22; p.25) já havia apontado

Em geral, os gêneros desenvolvem-se de maneira dinâmica e novos gêneros surgem como desmembramento de outros, de acordo com as necessidades ou as novas tecnologias como o telefone, o rádio, a televisão e a internet. Um gênero dá origem a outro e assim se consolidam novas formas com novas funções de acordo com as atividades que vão surgindo.

(...) a hibridização é a confluência de dois gêneros e este é o fato mais corriqueiro no dia-a-dia em que passamos de um gênero a outro ou até mesmo inserimos um no outro (...).

Considerando-se essa dupla dinâmica de correspondência/resistência que um texto pode apresentar em relação a um corpus e considerando-se, ainda, os trajetos de renovação / hibridização pelos quais um gênero de texto pode passar, acreditamos na necessidade de se desenvolver o presente estudo focando nossa atenção nos aspectos da charge jornalística que tendem a ser mais regulares e nos aspectos que tendem mais à variação.

Para isso, ancoramo-nos tanto na Semântica de normas como também na Semântica da enunciação, que nos oferecem, respectivamente, a noção de corpus e a noção de cena enunciativa.

A Semântica de Normas, como vimos, prima pela normatividade de um determinado *corpus*. É pela normatividade que vislumbramos a estabilidade de caracteres lingüísticos de um gênero. É, ainda, por essa Semântica que partimos da unidade de ‘cena enunciativa’ (neste trabalho equivalente a noção de ‘texto’) à noção de corpus (agrupamento de cenas enunciativas reunidas com base em traços lingüísticos familiares e, ainda, com base na prática social a que tais cenas se vinculam). Noutros termos, mobilizamos a Semântica de Corpus para se definir, justamente, que a análise das regularidades e, por conseqüência, da normatividade de uma charge só procede, com mais propriedade, se se pensar em um corpus de cenas chargísticas.

A Semântica da Enunciação, por sua vez, prima tanto pela homogeneidade quanto pela heterogeneidade de uma cena enunciativa. Especificamente no que diz respeito à homogeneidade, todas elas emergem de uma base comum, que consiste de características como temporalidade, subjetividade – pela presença de Locutores, remetidos a um agenciamento específico (lugares sociais e suas representações), a exterioridade interdiscursiva, uma relação dos Locutores com o entrelace das formas lingüísticas na constituição de referência e, enfim, a repercussão de certos efeitos de sentido. Quanto à heterogeneidade, acreditamos que, enquanto indivíduos integrantes de um determinado campo do saber (o jornalismo de opinião, p.ex. no qual as charges se vinculam em primeira instância), não somos unânimes quando falamos e, logicamente, quando nos posicionamos

diante do que se nos apresenta enquanto “fatos”. Há determinadas formas históricas de se posicionar em um dizer e estas formas históricas implicam a “(...) maneira como nos inscrevemos na língua e na história”, (ORLANDI, 2005a, p.35), ou seja, implicam a maneira como corroboramos, discordamos, deslocamos, acrescentamos “nosso” parecer diante dos dizeres e dos sentidos que já ressoam há tempos e que afetam as nossas práticas e nossos dizeres.

1.5.1_ Enfim, corpus de cenas chargísticas

Conforme colocamos, a homogeneidade e a heterogeneidade constituem todo e qualquer texto, assim consideramos que um determinado grupo (corpus) de charges jornalísticas deve ser estudado a partir desses apontamentos.

A nossa proposta é entender como a constituição de referência através dos pronomes ‘eu’, ‘você’ passa pelos apontamentos feitos no tópico anterior, tendo em vista a noção de modo de enunciação. Trata-se de pensar que o ‘eu’ presente em três charges, embora seja três manifestações de uma mesma categoria gramatical, não aciona memórias discursivas idênticas, além de que a memória que intervém no ‘eu’ de cada uma das charges, contrasta-se com atualidades distintas de cada uma das charges.

Isso requer a definição e a caracterização da noção de modo de enunciar e, na seqüência, a definição e caracterização do modo de enunciação que acreditamos ser predominante nas charges jornalísticas.

1.6_ Modo de enunciação e gênero textual

Tendo em vista as colocações feitas, trabalhamos com a hipótese de que um gênero de texto ‘x’ e, por conseguinte, os textos (cenas) que o representam, tem sua identidade emoldurada, de um lado, por regularidades de ordem lingüística e, por outro lado, por regularidades com que uma prática social o abriga, instituindo-o como formulação textual reconhecidamente válida.

Especificamente no que diz respeito à dimensão lingüística subjacente às cenas que integram um gênero textual, consideraremos que entre elas, há uma importante regularidade a ser discutida no que diz respeito ao modo de se

falar sobre, isto é ao modo de se constituir referência nos/através dos elementos lingüísticos que se assentam na textualidade de um gênero.

É inegável que na e através da língua, falamos sobre algo, conforme aponta Guimarães (2005a, p.7), em introdução de sua obra intitulada “Semântica do Acontecimento”, constatação que há muito foi levantada e vem sendo reiterada em estudos variados nos campos da semântica, da pragmática, da filosofia da linguagem e da análise do discurso, cada qual com suas especificidades, evidentemente.

Entendemos ser necessária a abordagem de algumas noções de referência mais recorrentes nos estudos relacionados à linguagem, pois a noção de referência é, em nossa pesquisa, pilar central para se esboçar uma definição de modo de enunciação em relação à noção de gênero textual. Assim, por dizer respeito à noção de referência, algo que requer a linguagem, modo de enunciação envolve, antes de tudo, a linguagem e suas regularidades. Envolve, também, as práticas sociais relativas a um gênero, mas esse aspecto não se constitui assunto inicial para o esboço da definição de modo de enunciação e sim, um assunto que virá com o decorrer da discussão (grifo nosso).

Já que a noção de referência é, destacadamente, constitutiva da questão, teremos de revisar o que se tem entendido por referência, com base em reflexões mais visadas nos estudos sobre a linguagem até os dias de hoje.

Primeiramente, recuperaremos, de forma breve, a filosofia que configurou a constituição do saber antes do século XIX e que parece afetar a época moderna. Depois dessa breve retomada, passaremos pela perspectiva de Frege (1892), posteriormente entenderemos um pouco da abordagem de Ducrot (1984). Finalmente, veremos como a noção de referência é tratada no escopo da Semântica Histórica da Enunciação, perspectiva teórica central na fundamentação teórica de nossa pesquisa.

1.7 A referência

A *epistème* clássica, assim chamada por Foucault (2002, p.428), entendia a linguagem como um poderoso instrumento para se “quadricular

espontaneamente o conhecimento das coisas”; a linguagem era considerada transparente o suficiente para representar, com fidedignidade, o objeto de referência. Supunha-se que as entidades da realidade “existiam por si mesmas” e estavam à espera de uma linguagem que as captasse, as combinasse, as articulasse e desarticulasse, tornando-as “visíveis nas transparências das palavras”, Foucault (2002, p.428):

A vocação profunda da linguagem clássica foi sempre a de constituir ‘quadro’: quer fosse como discurso natural, recolhimento da verdade, descrição das coisas, *corpus* e conhecimentos exatos, ou dicionário enciclopédico. Ela só existe, portanto, para ser transparente [...] na idade clássica, o discurso [materializado por linguagem] é essa necessidade translúcida através da qual passam a representação e os seres [...] a possibilidade de conhecer as coisas e sua ordem passa, na experiência clássica, pela soberania das palavras [...]. (idem).

Paulatinamente, a perspectiva clássica de representação entra em crise quando se passa a reconhecer que a linguagem padece das “imperfeições” próprias do humano. Através dos séculos XIX e XX, aos poucos, foram-se emoldurando perspectivas de linguagem e de referência que se afastam da idéia de transparência, principalmente através do reconhecimento de que a linguagem é afetada pelas dissensões sociais.

No final do século XIX, filósofos adeptos do logicismo – Russel e Frege, principalmente – trabalhando em prol do progresso nas ciências matemáticas, propunham uma relação efetiva entre lógica e linguagem, com repercussões na relação entre a linguagem e a referência. A proposta básica estava na crença de que um objeto do mundo poderia ser alcançado caso se dispusesse de uma linguagem não exatamente transparente, mas estruturalmente lógica, exata, capaz de captar o mundo nessa suposta lógica do dizer.

Frege (1978) conceitua referência como um objeto que pode ser delimitável e que se localize em um mundo cuja existência anteceda a linguagem e seja independente dela. Tal delimitação se dá, na ótica do lógico, por possibilidades de sentido que viabilizem a apreensão de um objeto no mundo. Essas possibilidades de sentido são os “modos de apresentação do objeto”, modos estes que, voltados a uma referência, fundam um nome próprio. Assim, para Frege, cada nome próprio poderia disponibilizar de um ou mais

modos de ser apresentado, mas sob a exigência de que esse modo contivesse uma estrutura gramatical logicamente depreensível e passível de ser estudada, (FREGE, 1978, p.76).

Como exemplo, consideremos a cidade de Belo Horizonte (BH). Agregados, os sentidos de “capital dos mineiros”, “capital dos botecos” e “terceira maior cidade do Brasil”, promovem a intermediação entre o nome ‘Belo Horizonte’ e o lugar físico que se candidata a estar vinculado a este nome (lugar, cuja significação, de acordo com Frege, seria autônoma em relação a esses sentidos). Na perspectiva de Frege, quanto mais sentidos, mais caminhos teríamos para se falar de BH. Entretanto, o lugar estaria longe de ser abarcado em sua completude: o “sentido de um nome próprio [...] elucida a referência [...] mas de maneira sempre parcial”, (FREGE, 1978, p.63). Assim, “capital dos botecos” é apenas um dos aspectos de uma referência pontual, “discretizável” em um mundo concreto, apesar dessa parcialidade.

Contemporaneamente, na Semântica Formal, Oliveira (2001a, p.100) explica que o sentido de um nome próprio só é válido, e só consegue garantir a delimitação de uma referência concreta, se, p.ex., “capital dos botecos” contiver um valor de verdade (referir-se ao verdadeiro e ao falso). Um valor de verdade, explica Oliveira (idem), “depende das circunstâncias e do mundo em que [uma expressão] é proferida”. Portanto, se em um mundo “real” for possível a constatação de que BH é uma capital e de que lá existem de fato muitos botecos, “capital dos botecos” é um modo legítimo, viável e, portanto, contém um valor de verdade sobre a cidade. Falar em valor de verdade para Frege implica também o contrário, isto é o desvio, a ilogicidade, o que, para ele, impediria a delimitação de uma referência. Em outras palavras, para Frege, é provável que uma expressão tenha sentido sem, contudo, delimitar necessariamente uma referência. Para contornar esse problema, as reflexões fregeanas focalizavam nomes próprios em expressões cuja estrutura lingüística fosse “logicamente perfeita”, (FREGE, 1978, p.76), que implica um valor de verdade e, de fato, pontue efetivamente uma referência em um mundo concreto:

É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência. (...) Vimos que a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade.

Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência. (FREGE, 1978, p.69).

Tentando problematizar a questão da ilogicidade, ou seja, do que representava erro de linguagem, para Frege, Oliveira (2001b, p.152) chama-nos atenção para o fato de que “nem sempre falamos sobre indivíduos [ou objetos que realmente] existem no mundo” que entendemos por concreto. Em relação a Frege, Oliveira (idem) já admite a constituição de uma referência em um mundo “irreal”, que escape à delimitação. Isso se dá pela pressuposição de mundos de caráter onírico, lendário; mas, como Frege determinara, um mundo sempre prévia e independentemente fundado em relação a uma linguagem (sentidos) que venha significá-lo.

Em seqüência, veremos que essa diferenciação absoluta entre mundo e linguagem foi progressivamente suprida por perspectivas teóricas que, cada uma ao seu modo, propuseram que o mundo é aquilo que os discursos validam enquanto realidade. O mundo enquanto dimensão física e real cede lugar para a noção de exterioridade constitutiva da enunciação, passível de sofrer recortes variáveis entre uma e outra perspectiva do dizer.

É com base em Ducrot, Foucault e Guimarães que veremos como a exterioridade lingüística vai deixando de ser entendida, ao longo do século XX, como uma dimensão mensurável, de propriedades ajustáveis umas às outras.

Além disso, é com base nesses teóricos que veremos como a subjetividade, a disputa pela palavra, o acontecimento do dizer, enfim, fazem parte da constituição de sentidos e da referência. Contemplaremos, com isso, os elementos necessários para o esboço da noção de modo de enunciação e sua relação com gênero charge – objetivo central do nosso trabalho.

Ducrot (1984) conceitua a referência como um objeto que é instituído por um dizer. Diferentemente do que Frege havia postulado, uma referência não existe de maneira prévia e autônoma em relação a um dizer, defende Ducrot. Além disso, Ducrot participou de um momento teórico em que começavam a se solidificar os estudos da enunciação. Pela perspectiva colocada em debate, apontar para um referente não é apontar para um objeto da “realidade”, tal qual esta se propõe a ser evidente aos nossos olhos: “O referente de um discurso não é (...) como por vezes se diz, a realidade mas sim

a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade”, (DUCROT, 1984, p.419).

Mesmo não sendo uma realidade *in situ* mas aquilo que um dizer delinea enquanto realidade, Ducrot sugere que, na configuração de um referente, “Não escapamos (...) a exigência, segundo a qual a palavra tem de conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade”, (idem). Dessa maneira, prossegue afirmando que “desde que haja (...) um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é dizer”, (idem). Isso resulta em um “estatuto ambíguo do referente”, conforme formulação de Ducrot: de um lado, o referente se coloca como alvo externo de um dizer e, portanto, “deve ser exterior ao discurso”. De outro lado, o apontamento de um referente passa, necessariamente, por um dizer, “e portanto fica inscrito nele”. Instala-se aí o dilema: por que externalizar o referente em relação a um dizer se este o institui? Como conhecer um referente senão através de um discurso que o configura?

De acordo com o que o próprio Ducrot (1984, p.420) sugere, resolver o dilema da dupla face do referente requer o reconhecimento de que, mesmo oriundo de um discurso X, um referente é externo a esse discurso, porque não lhe é propriedade exclusiva, estando, pois, sujeito a outros dizeres: “A exterioridade do referente é garantida pela possibilidade de existência de grande número de outros discursos que, também, o visam”, (idem).

Nessa perspectiva, não cabe sustentar o raciocínio de que um referente é algo simples de se entender, ou mesmo, de se delinear. Assim, retomamos o exemplo mencionado na seção anterior: O que é “Belo Horizonte” se, para conhecer este objeto, não basta mensurá-lo por dimensão, tamanho, localidade etc? Pela perspectiva ducrotiana, Belo Horizonte é o que as falas existentes sobre Belo Horizonte propõem que ela seja. Noutras palavras, Belo Horizonte, na óptica ducrotiana, “tem sua objetividade constituída pelo fato de várias falas falarem deste objeto”, (Guimarães 2005b, p.73, em revisão a Ducrot, 1984). Esquematizando, perceberíamos uma seqüência de dizeres que se convergem:

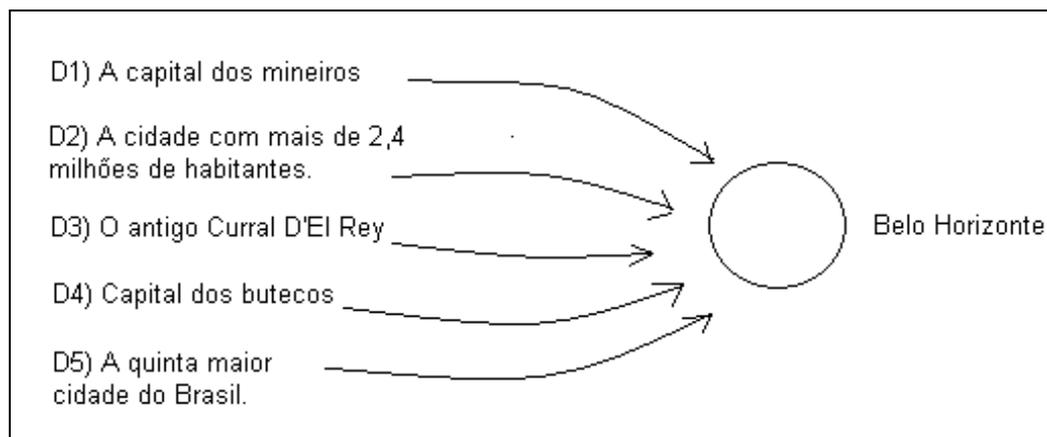


Figura 1: A constituição da referência de Belo Horizonte, de acordo com a perspectiva de Ducrot.

Em suma, por sua teoria enunciativa, Ducrot (1984) contribuiu com a tese de que o mundo não se resolve antes e independentemente das nossas descrições e das nossas narrativas, tese que tem servido de base para desdobramentos atuais sobre referência no campo de estudos da enunciação, notadamente, na perspectiva de Guimarães (2005 a,b).

Na perspectiva de Guimarães, a referência é uma entidade de natureza necessariamente simbólica, porque sua configuração se dá no interior de um acontecimento lingüístico. Essa natureza simbólica da referência ultrapassa os limites materiais do acontecimento em que se instala, na medida em que a língua, na óptica de Guimarães, não funciona autonomamente, mas afetada por domínios históricos de enunciação, recortados em um acontecimento do dizer. Nessa perspectiva, palavras, sintagmas, sentenças, reportam a objetos que não são conhecidos meramente pela observação das estruturas da língua, tampouco delimitáveis em um mundo. Antes, é na intersecção dessas estruturas com um confronto de enunciações históricas – portanto, de saberes e de imaginários que já ressoam socialmente – que um referente se define.

Nessa perspectiva de referência, os domínios históricos de enunciação remetem a domínios de memória, e às discursividades que sustentam as instituições sociais. Os lugares sociais de enunciação são sustentados pelas instituições. Depreende-se daí que os referentes são entidades de natureza histórica, devido ao fato de procederem de enunciações históricas, que formam a base de cada acontecimento enunciativo.

Nesse viés, trabalhamos com a tese segundo a qual os domínios históricos de referência são evocados no acontecimento enunciativo em diferentes graus, sob diferentes circunstâncias languageiras, a partir de diferentes lugares sociais ocupados pelos Locutores.

Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A materialidade é este confronto. (GUIMARÃES, 2005b, p.74).

Logo, pensar na constituição de uma referência como uma entidade que é recortada do confronto de discursos (o interdiscurso), e que vem a figurar na materialidade de um acontecimento, leva-nos a supor que a referência adquire, no percurso das enunciações em que figurou, um carácter marcadamente dissensual, conflituoso, movediço e instável. O que fundamenta essa afirmação é a colocação de Pêcheux (1988) para quem a memória não é “uma esfera plana (...) de conteúdo homogêneo”, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos (...) um espaço de réplicas, polémicas (...)”. Entretanto, esse confronto requer, da parte daquele que “o diz”, um “jogo de esquecimento”, que implica, basicamente, no que Orlandi (2005a, p.34-5), em revisão a Pêcheux (1975), entende por esquecimento²⁹. Na atualidade do acontecimento enunciativo, por sua vez, o campo de referência agrega novas especificidades de significação, provocando deslocamento no percurso desse campo nas enunciações passadas.

Um breve balanço sobre a noção de referência nos indica que, quando enunciamos, reporta-mo-nos a objetos que parecem estar situados em um mundo semanticamente neutro. Essa concepção guiou o modo de se conceber a relação entre as palavras e as coisas no decorrer da idade clássica, conforme

²⁹ Duas são as concepções de “esquecimento” estabelecidas por Orlandi (2005, p.35). Uma delas diz respeito à ilusão de que “o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim”, ou seja, muitas vezes somos conduzidos pela ilusória impressão de que a relação entre uma palavra e uma coisa é natural. Esquecemo-nos, nesse caso, de que os nomes são atribuídos às coisas por percursos históricos de enunciações, e é a esse esquecimento que fizemos menção quando tratamos do carácter dissensual, movediço e heterogêneo da referência. A outra concepção de “esquecimento”, também pertinente para tal abordagem de referência, diz respeito à ilusão de que afeta a assunção de toda palavra. Quando dizemos, esquecemo-nos de que as palavras não são originalmente nossas. Retomamos, desdobramos, aprimoramos, contradizemos o que já ressoa em nossa sociedade e esse esquecimento, sem dúvida, tem a ver com a questão da referência que levantamos nesse ponto do trabalho.

salientamos acima. Foucault (2002, p.456) leva-nos a entender que o “pensamento moderno” produziu significativos avanços no modo de se entender a relação entre a linguagem e as coisas após o período clássico. A “verdade” ou a “origem” das coisas passou a ser questionada, quando passou a vigorar, com predominância, uma concepção de “linguagem já desdobrada”, ou seja, uma linguagem que não é neutra, mas já “afetada”, já “marcada ideologicamente” por uma pluralidade de esferas sociais. Dessa maneira, dispomos de uma linguagem que referencia um objeto socialmente multifacetado, porque disponível em uma “rede já entabulada da compreensão” (ibidem), ou seja, uma rede de saberes, de conhecimentos e/ou de referentes que não figuram em um único nó dessa rede e que, podemos assim dizer, não têm começo, tampouco fim. Uma rede que disponibiliza ao homem “conteúdos e formas mais antigas do que ele e que ele não domina” (FOUCAULT, 2002, p.455). Na seqüência, Foucault postula que, quando o homem “tenta definir-se como ser vivo, só descobre seu próprio começo sobre o fundo de uma vida que por sua vez começara bem antes dele”. Nesses moldes, temos um sujeito que está inserido em uma “rede de poder” (Foucault, 2002, p.456), constituída em um “tempo e [em] um espaço humano já institucionalizados, já dominados pela sociedade”. Trata-se de uma rede de saberes que nos permite falar sobre um objeto a partir das possibilidades históricas de constituição de referência.

1.8. Por um esboço da relação modo de enunciação X gênero textual

Tendo-se em conta as diretrizes conceituais traçadas, principalmente, nos trabalhos de Guimarães e nos de Foucault, tangenciamos os elementos necessários para o esboço da noção de modo de enunciação, tão cara à discussão que nos propusemos a empreender ao introduzirmos a seção 1.6. Além das diretrizes mencionadas, incluiremos no esboço da noção, alguns pontos conceituais sinalizados nos trabalhos de Orlandi.

De início, arriscamo-nos a dizer que modo de enunciar diz respeito a um mecanismo de linguagem particularmente pensado como um modo de constituição de referência, que acreditamos ser peculiar em uma e em outra

cena enunciativa, o que vale inclusive para um gênero de texto em relação a outro gênero de texto.

Ao propor isso, corroboramos a tese de Dias (2005, 2007), para quem certos gêneros textuais determinam modos de enunciar específicos. Essa especificidade diz respeito, justamente, ao fato de que certos gêneros textuais – dadas as condições, as práticas em que emergem, os propósitos com que são mobilizados, os locutores que mobilizam, os efeitos de sentido que se pretende repercutir – favorecem diferentes modos de constituição de referência que se mostram relativamente regulares.

A seguir, procederemos à abordagem de (3) três modos de enunciar que Dias (2005, 2007) tem sustentado nessas e em outras reflexões voltadas para o estudo de alguns gêneros textuais.

Para isso, tomemos os exemplos a seguir, que trazem enunciados constitutivos de duas cenas publicitárias e de duas cenas de conversa espontânea.

(exemplo 1) *O tempo passa. A essência fica.*

The image shows a screenshot of the Água de Cheiro website. At the top, there is a banner with a woman in a white dress sitting on a black surface, with the text "O tempo passa. A essência fica." and "1920". Below the banner is a navigation menu with links: INÍCIO, VOLTAR, INSTITUCIONAL, NOSSAS LOJAS, PRODUTOS, DICAS, FRANQUIAS, and ATENDIMENTO. The main content area is divided into two columns. The left column is titled "DESTAQUES ÁGUA DE CHEIRO" and features a product image of a perfume bottle. The right column is titled "CADASTRO DE CLIENTES" and includes a sign-up form with a "Buscar" button.

(exemplo 2) *A essência do perfume Euphoric fez a blusa de Joana exalar cheiro durante muito tempo.*

(exemplo 3) *Quem ama cuida.*



(exemplo 4) *Pedro ama a praia que freqüenta. Por isso, nunca leva seu cachorro para a areia.*

Observando os exemplos de (1) a (4), percebemos que todos eles apresentam articulações gramaticais previstas pelas regras-padrão de uso da língua portuguesa. Ao nosso ver, essas articulações não ocorrem por si mesmas. Antes, os elementos gramaticais passam por um modo de enunciar, constituem-se como portadores de referência a objetos do interdiscurso e, só então, articulam-se no interior da cadeia lingüística em que ocorrem. Tudo isso se reporta a um Locutor que fala de um lugar social, conforme discutimos na explanação sobre a noção de cena.

Especificamente no exemplo (1) – relativa ao *site* da perfumaria *Água de Cheiro* – há um locutor-anunciante que emprega o termo ‘essência’ explorando a sua múltipla possibilidade de referência. ‘Essência’ referencia elementos comerciais, representados iconicamente na materialidade textual do *site*, a saber a logomarca da perfumaria e o frasco do perfume *Euphoric*, ilustrado mais abaixo. Ao mesmo tempo em que se efetiva essa referência, o termo ‘Essência’ evoca objetos que não estão explicitamente visualizados no *site*, mas que estão disponíveis em domínios do interdiscurso, particularmente

domínios sustentadores de dizeres que circulam entre os comerciantes de perfumes que, durante o ato da venda, sustentam a idéia de que um perfume de boa qualidade pode despertar boas e profundas lembranças em seu consumidor, mesmo que esse perfume seja antigo no mercado ou no armário do consumidor, nem por isso um perfume antiquado ou que venha a perder a sua essência. Nesses moldes, fica difícil não reconhecer que o marketeiro filia-se a uma memória de dizeres recorrente entre os consumidores, para os quais os perfumes geralmente perdem a sua essência/aroma com o passar dos meses ou dos anos que foram comprados. Contra esse argumento, o locutor-marketeiro é tomado pelo clássico jogo de persuasão que caracteriza as cenas publicitárias, levando o consumidor a acreditar que os perfumes *Água de Cheiro* têm boa qualidade e por isso sua essência/aroma permanece ao longo dos anos de seu uso. Simultaneamente a isso, o marketeiro é tomado, ainda, pelo jogo que o fazer publicitário tradicionalmente mobiliza, de tentar atingir as emoções do consumidor, isto é fazendo-lhe acreditar que a essência/profundidade das suas experiências pessoais está, estreitamente, associada a um perfume de boa qualidade. Tudo isso se constitui como o fundamento enunciativo da articulação gramatical entre a sentença “O tempo passa” e a sentença “A essência fica”. Naturalmente, há uma predominância de ícones do *site* como referências a serem apontadas pelo termo ‘essência’, justamente por estarmos diante de uma propaganda, que geralmente aposta na conquista de consumidores pelos objetos que “saltam aos seus olhos”. Entretanto, os elementos de ordem abstrata – lembrança, prazer, bons momentos – são, indispensavelmente, candidatos a serem apontados como focos de referência do termo ‘essência’. Em resumo, há, portanto, uma concomitância, uma simultaneidade referencial em (1).

Em contrapartida, ‘essência’, no exemplo (2), apresenta-se como um termo de significativa precisão referencial em relação a sua ocorrência em (1). Tanto no âmbito da sentença em que aparece, quanto no âmbito do interdiscurso, ‘essência’ alude basicamente a fragrância do perfume que provocou cheiro na blusa de Joana durante algum tempo. Nesse caso, quem enuncia tal sentença é tomado por uma necessidade de “hachurar” um referência pontual, provocando, assim, um efeito de precisão em “sua” fala.

Invés de simultaneidade referencial, temos em (2) um caso de especificidade referencial.

Já em (3), dispomos de um enunciado constitutivo de uma campanha publicitária preventiva sobre o meio ambiente que, ao contrário de (2), mobiliza um marketeiro que fala de uma região do interdiscurso segundo a qual é preciso conscientizar um grande número da população a respeito da necessidade de se preservar o meio ambiente de Ipanema antes que a poluição se torne um problema irremediável. Para isso, o pronome 'Quem' é empregado com vistas a referenciar um amplo conjunto de banhistas que se vejam sensibilizados com a necessidade de se prezar pela higiene da arena de Ipanema, que pode ser infectada pelas fezes e pelas urinas dos cães que, porventura, venham a passear com os seus respectivos donos nessa localidade. Invés de simultaneidade referencial e invés de especificidade referencial, o 'Quem' é empregado para fazer remissão a um conjunto significativamente amplo de banhistas que se agrupam sob a incubência de preservar a arena de Ipanema, não levando os seus cães para o local.

Em contrapartida a (3), a constituição do exemplo (4) mobiliza um locutor tomado pela necessidade de apontar um banhista específico - Pedro - que, seduzido pela campanha de preservação, nunca leva o seu cão para a arena de Ipanema.

Sem muito alongar no entendimento desse último exemplo, (4) adquire uma afinidade com (2): ambas as cenas são configuradas sob um *modo de enunciação* especificador, afinidade que não ocorre entre (1) e (3). A primeira sentença configura-se por um modo de enunciação multireferencial, ao passo que (3) configura-se por um modo de enunciação genérico.

Diante dos exemplos, podemos dizer que modo de enunciar é um mecanismo enunciativo incontornavelmente agregado à articulação material das palavras, ícones e sentenças constitutivas de uma cena enunciativa. Melhor dizendo, é um mecanismo intermediário entre a articulação gramatical de palavras, expressões, ícones e um gênero textual. Teríamos, portanto, muitos prejuízos teóricos se estudássemos a relação entre gramática e gênero de texto sem se preocupar com o conceito intermediário de modo de enunciação.

Ainda com relação à noção de modo de enunciar, acreditamos, por fim, ser este um mecanismo de caráter processual: algo que vem de antes, que teve eficácia na configuração de cenas anteriores e que, ainda, tende a peculiarizar a articulação gramatical de cenas enunciativas futuras. Mais especificamente, atentando-nos a uma determinada família de cenas enunciativas passadas – cenas descritivas comportadas dentro de um guia turístico, por exemplo – inferimos que a construção de tais cenas pressupõe um modo de enunciar que não é novo, mas que já vem fazendo parte da publicação de guias turísticos há algum tempo considerável. Significa dizer que tais cenas referenciam uma cidade e seus pontos turísticos de uma maneira relativamente regular, que funcionou, funciona e tende a funcionar em futuros guias turísticos, que sequer foram publicados ainda.

1.9 _ Perspectivas para o andamento da pesquisa

O presente esboço da noção de modo de enunciação deverá, ainda, ser potencialmente expandido, sobretudo se esta noção for pensada em relação aos diversos gêneros textuais.

A nossa contribuição quanto a isso dar-se-á pelo estudo da enunciabilidade que entendemos ser predominante no gênero charge jornalística. No capítulo a seguir, pretendemos tomar modo de enunciação como um mecanismo que peculiariza a constituição de referência em charges jornalísticas, quando do uso de pronomes pessoais na textualidade do gênero escolhido. Tendo sido peculiarizado por um modo de enunciar, entendemos que só assim é que os pronomes articulam-se com outras palavras do enunciado em que aparecem e, também, remetem-se às caricaturas figurantes na textualidade das charges.

Para viabilizar essa pretensão, teremos, adiante, de determinar e caracterizar o modo de enunciar que acreditamos ser peculiar e predominante em charges jornalísticas.

Capítulo 2

Modo de enunciação e charge jornalística

*Os jornalistas que
dão opinião “cumprem uma dupla função:
a de traduzir (...) conhecimento
para um grande público e
[a de] contribuir na elevação do debate
sobre as grandes questões nacionais”*

(DA SILVA, 2003, p.98)

*“Colocar-se na posição do semanticista
é inscrever-se num domínio de saber
que inclui no seu objeto a consideração
de que a linguagem fala de algo.
Por outro lado, não há como pensar
numa semântica lingüística sem levar
em conta que o que se diz é
incontornavelmente construído
na linguagem”.*

(GUIMARÃES, 2002, p.7)

2.0 Pontos de partida

O objetivo principal do presente capítulo é apontar e caracterizar o modo de enunciação multireferencial que parece orientar, predominante e recorrentemente, a relação que os pronomes “eu” e “você” adquirem com a textualidade de charges jornalísticas. A caracterização desse modo de enunciar incluirá a sua concomitância com a genericidade e a especificidade enunciativas, também relacionadas ao uso dos pronomes nas cenas chargísticas, o que nos parece ser uma abordagem que enriquecerá o estudo da multireferencialidade.

De acordo com o que formulamos nas partes finais do capítulo anterior, refletir sobre a noção de modo de enunciação requer, como primeiro ponto de partida, uma reflexão que leve em conta as injunções histórico-enunciativas constitutivas do funcionamento da materialidade lingüística de um gênero, especificamente no que diz respeito à circunscrição textual de referência.

Um segundo ponto de partida para procedermos à referida reflexão consiste na abordagem de quatro principais elementos que são tradicionalmente associados à gênese desse gênero textual, a saber: a noção de atualidade e a de acontecimento jornalístico, concebidas segundo os estudos de Mouillaud (2002), a noção de caricatura, concebida de acordo com Lima (1963) e de acordo com Melo (2003) e, por fim, a noção de locutor-chargista, concebida com base nos estudos enunciativos representados por Guimarães (2005 a,b), para entendermos a prática do jornalismo de opinião.

Um último ponto de partida para desenvolver uma reflexão como a proposta é a aproximação teórica entre a noção de cena enunciativa e a concepção enunciativa de texto, ambas mencionadas na seção 1.4.2 do capítulo anterior.

2.1. A atualidade e a caricatura das charges jornalísticas em pauta

Inegavelmente, a questão da atualidade vem sendo constantemente contemplada nas mais recentes conceituações de charge jornalística, por isso

iniciaremos nossa discussão com uma abordagem enunciativa sobre a noção de atualidade, tomando-se a cena chargística a seguir:

Cena (1)



De um lado, essa cena temporaliza acontecimentos de linguagem relativos a uma fase pré-eleitoral da política brasileira, quando assistíamos à disputa acirrada entre o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva e o peessedebista Geraldo Alckmin, ambos pleiteando o mandato presidencial, a vigorar entre os anos de 2007 e 2011. Concomitantemente a esses acontecimentos, eclodia na imprensa jornalística um outro grupo de acontecimentos de linguagem, desta vez relativos à estréia da Seleção Brasileira de Futebol na Copa Mundial. Nessa conjuntura, o presidente sugerira, em teleconferência com a delegação brasileira, que Ronaldo estava acima do peso ideal, vale dizer, aquém das condições físicas desejáveis para competir pelos jogos da Seleção, na condição de titular.

Acontecimentos enunciativos assim resumidos – sejam aqueles publicados em jornais e revistas, sejam aqueles não publicados – não raramente costumam ser tomados como a atualidade de uma charge jornalística. Em relação a essa atualidade, o chargista é aquele que assume o

esforço de controlar e direcionar a opinião pública, vale dizer, assume um esforço de formar a opinião pública, por meio de uma avaliação crítica e/ou humorística, que segue acompanhada de assinatura, lugar de marcação da autoria. Especificamente nesse caso, podemos dizer que Fernandes Brum, valendo-se da posição social de chargista que lhe confere uma maior liberdade de crítica, quis orientar a opinião pública a favor das críticas que a esquerda dispensava ao mandato de Lula. Noutras palavras, isso demonstra um certo inconformismo quanto à postura política de Lula durante seu primeiro governo, o que era, naquele momento, bastante evidenciado pela oposição. Vale dizer que esse inconformismo é, por sua vez, comicamente relacionado, nessa charge, à crítica indevida feita pelo presidente ao jogador Ronaldo da Seleção Brasileira.

Em virtude desse raciocínio, duas conseqüências têm tido repercussão em grande parte das conceituações vigentes sobre o gênero charge jornalística. A primeira conseqüência é a de que, sendo a charge jornalística um gênero dedicado à formação da opinião coletiva, somos, muitas vezes, tomados pela impressão de que a opinião pública constitui-se apenas a partir de acontecimentos enunciativos restritos a um aqui-agora, isto é a um presente circunstancial. A segunda conseqüência é a de que acontecimento e atualidade costumam ser tomados como dois elementos indistintos; é como se o primeiro não tivesse memória; como se um acontecimento, ao qual a charge se direciona, fosse um dizer que se origina apenas de um presente imediato e de um espaço físico, daí a superposição acontecimento-atualidade.

Uma rápida busca nos principais dicionários demonstra esse tratamento indistinto entre atualidade e acontecimento. Houaiss (2001), por exemplo, considera que charges envolvem

desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, geralmente veiculado pela imprensa e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio de caricatura, uma ou mais de uma personagem envolvida.

Fica difícil não reconhecer, nessa acepção, a adjetivação acontecimento atual, ou seja, fica difícil não se reconhecer aí a idéia de que uma charge mantém relação temática com um acontecimento que tenha

pertinência em uma atualidade. Ou seja, na definição de muitos dicionaristas³⁰, os acontecimentos noticiados pela mídia jornalística são, de fato, indistintamente associados a um “aqui-agora”. Assim, define Houaiss, tais acontecimentos tornam-se tema das charges e, no ensejo, recebem uma abordagem crítica e/ou humorística.

Essa linha de raciocínio acaba por repercutir, de alguma forma, em outras concepções de charge, emolduradas entre especialistas de outras áreas do saber, talvez pela tradição e importância que os dicionários assumem como livro de consulta em vários setores da nossa sociedade.

Em uma abordagem inscrita no campo de estudos da Comunicação Contemporânea, Teixeira (1998) parece corroborar parte do raciocínio que orienta a definição de charge apresentada no dicionário Houaiss (2001). Segundo a autora,

(...) a atualidade é a matéria-prima das charges. (...) É a partir daquilo que sai no jornal que uma charge começa a existir. (...) Sua condição de existência é a recorrência a temas que sejam conhecidos pelos seus leitores, pois, caso contrário, perde o seu sentido e razão de ser. Sua abordagem é sempre atual, cotidiana, seguindo critérios de notabilidade calcados tanto na visibilidade de quem se fala quanto na importância e pertinência dos temas para a sociedade na qual ela está inserida. (...) Sua ligação com a realidade circundante se resume aos personagens e temáticas abordadas.

Novamente, temos aí mais uma conceituação segundo a qual a(s) atualidade(s) reportada(s) nos periódicos jornalísticos fomenta(m) a constituição temática das charges, vindo, com isso, a adquirir uma leitura crítica nesse gênero: “(...) consideramos as charges como fruto da interpretação proposta por seu autor de acontecimentos verificados na esfera política (...)”, (TEIXEIRA, 1998).

Ao considerar isso, Teixeira (1998) acrescenta que “a charge, sem dúvida, ganha muito mais força quando publicada em veículos jornalísticos”, talvez, supõe a autora, pela sua intrínseca relação com acontecimentos que lhe

³⁰ Semelhante definição de “charge” também pode ser encontrada em outros dicionários. Em Holanda (1986), por exemplo, salienta-se que a charge está direcionada a fatos específicos, que valem como a atualidade que é de “conhecimento público”.

servam de atualidade, ou nos termos de Teixeira, que lhe servam de “matéria-prima”.

Sem dúvida, as contribuições dessa autora muito significam para nosso estudo, pois também acreditamos que as publicações chargísticas envolvem gestos de referência a acontecimentos que ganham pertinência em uma atualidade temporal e local. Nesse sentido, acreditamos, em partes, que é em função de uma atualidade que o campo referencial das charges jornalísticas se organiza: uma congregação de palavras e ícones de modo a funcionar como índices de referência a “objetos” pertinentes a uma atualidade.

Na textualidade da cena (1), temos, por exemplo, o substantivo ‘Alckmin’ funcionando como índice referencial a Geraldo Alckmin, na condição de representante de partido opositor que deseja recuperar a cadeira presidencial, quando das disputas eleitorais, no decorrer do segundo semestre do ano de 2006.

Com efeito, essa direção referencial propiciada pelo substantivo Alckmin, a pessoa e as atitudes de Alckmin em uma dada atualidade, é um funcionamento estreitamente vinculado à imagem caricatural, outro elemento com grande destaque nas conceituações sobre charge jornalística.

Levando-se em consideração que a caricatura de Geraldo Alckmin traja um uniforme da Seleção Brasileira de Futebol, reconhecemos, ainda, uma outra possibilidade de referência do substantivo Alckmin a acontecimentos de uma atualidade. Desta vez trata-se de acontecimentos concernentes a um grupo de desportistas que apostavam na saída de Ronaldo da condição de atacante titular da Seleção Brasileira, o que tem a ver, em boa medida, com os anseios da esquerda em relação ao presidente Lula, naquele momento do ano de 2006.

Em resumo, necessariamente a presença da caricatura tem de ser associada às palavras, tanto em nível de léxico quanto em nível de enunciado, uma vez que a charge jornalística é um gênero que lança mão de figuras caricaturadas para encenar, vale dizer, para reportar elementos relacionados a uma dada atualidade – entidades políticas, institucionais e públicas, suas atitudes, bem como a situações cotidianas de um modo geral. Em outros termos, trabalhamos com a idéia de que a mescla de palavras com caricaturas estabelece, na textualidade da cena (1), as condições materiais para que

funcione a multiplicidade de direções referenciais oferecida nessa cena, direções que apontam para significações relativas ao esporte e significações relativas à política. Entretanto, acreditamos que essas direções se viabilizam tanto no âmbito da textualidade e atualidade da cena, como, também, nos domínios de memória do interdiscurso, recortados na cena enunciativa em análise.

Antes de nos determos na questão da interdiscursividade, temos de verificar um pouco do histórico da caricatura na imprensa, segundo a ótica de especialistas do campo.

Para Melo (2003, p.164), a caricatura é um elemento potencialmente admitido na imprensa jornalística, seja na imprensa eletrônica, seja nos impressos. De acordo com o autor, “A introdução da caricatura à imprensa explica-se pela conjugação de dois fatores sócio-culturais: o avanço tecnológico dos processos de reprodução gráfica e a popularização do jornal como veículo de comunicação coletiva”.

A propósito do primeiro fator – o desenvolvimento das condições tecnológicas de reprodução massificada da caricatura – este recurso imagético deve grande parte de sua existência à litografia que, segundo Melo, foi uma técnica *sine qua non* para que houvesse a reprodução seriada de imagens, em um nível de qualidade muito mais satisfatório que a técnica de reproduzir imagens na madeira. Prosperada a litografia, criaram-se as bases mínimas para a contínua utilização das muitas imagens com que hoje nos deparamos na imprensa jornalística. Pelo menos é o que nos explica Benjamin (1975, p.12), o qual tece um estudo sobre a fundição, sobre a cunhagem e sobre a litografia, técnicas que propiciaram a reprodução de obras de arte ao longo de muitos anos:

(...) com a litografia, as técnicas de reprodução marcaram um progresso decisivo. Esse processo, muito mais fiel, que submete o desenho à pedra calcária, em vez de entalhá-lo na madeira ou de gravá-lo no metal, permite pela primeira vez às artes gráficas não apenas entregar-se ao comércio das reproduções em série, mas produzir, diariamente, obras novas. Assim, doravante, pôde o desenho ilustrar a atualidade cotidiana. E nisso ele tornou-se íntimo colaborador da imprensa.

Naturalmente, essa técnica de reprodução de imagens foi paulatinamente suplantada pela fotografia impressa e, mais recentemente, pela fotografia digitalizada, de modo que hoje a imagem está facilmente suscetível à cópia, sobretudo nos microcomputadores, e é dessa facilidade que a imprensa jornalística irá se beneficiar, por exemplo, com a publicação diária de fotografias, de gráficos, infográficos, *cartoons* e, inclusive, charges, em que a imagem caricatural se faz elemento indispensável.

Quanto ao segundo fator – o uso do jornal como veículo de comunicação coletiva – Melo (2003, p.165) informa que “a imprensa a absorve com sentido nitidamente opinativo”, ou seja, formar a opinião a partir da imagem parece ser uma aposta das empresas jornalísticas naquele conhecido ditado “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Podemos afirmar, inclusive, que a caricatura é um recurso eficaz no que tange ao exagero ou à deformação de elementos caricaturados de uma atualidade. A imagem caricatural pode induzir o leitor a acreditar que o exagero ou a deformação ali imprimidos corrobora as suspeitas repercutidas a respeito do ser caricaturado. Invés da aparente normalidade das coisas, a caricatura serve ao propósito de instigar o leitor, fazer-lhe pensar na anormalidade ou na periculosidade das coisas. Nesse sentido, a caricatura funciona como uma expressão visual vingativa; nos termos de Lima (1963, p.5), a caricatura é empregada com vistas a “vingar a virtude e a dignidade ultrajadas”, ou seja, suscitar no leitor a indignação quanto à ética esperada, mas não cumprida, levá-lo a questionar a ação (principalmente dos governantes e órgãos públicos) prometida, esperada, mas não executada. É através do elemento caricatural, acrescenta Lima (*idem*), que se apontam os “culpados ao público, único tribunal a que eles [as entidades caricaturadas] não podem fugir; e fazendo tremer à simples idéia de ver suas loucuras, seus vícios, expostos à ponta acelerada do ridículo (...)”.

Esse parece ser o caso das ilustrações na cena (1), em que o presidente Lula é caricaturado em virtude dos acontecimentos lingüísticos que registram os deslizes do presidente Lula, tanto aqueles cometidos em seu 1º mandato, que têm a ver em grande parte com as acusações da oposição política, como também aquela crítica indevida que Lula fizera ao atacante Ronaldo da Seleção Brasileira.

Através da sua caricatura, Lula se vê, duplamente, vítima das suas próprias atitudes, isto é, no âmbito do seu mandato presidencial, Lula se vê vítima de uma crítica semelhante à que o atacante Ronaldo sofrera. Ao passo que Lula é induzido pela caricatura de Alckmin, a desocupar a função titular do clássico jogo/disputa política entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) pela presidência da república no Brasil, Ronaldo era acusado de inapto para continuar atuando como titular da Seleção. Temos, nesse sentido, um esforço do chargista em direcionar a opinião pública, a respeito do que uma maioria pensa sobre os dois principais candidatos à presidente da república naquele momento de 2006.

Em suma, temos, nessas caricaturas da cena, uma certa distorção ou, podemos assim dizer, mescla dos trajes e dos papéis das entidades políticas de Lula e de Alckmin: ao invés de ternos, uniformes da Seleção; ao invés de jogos de política, apenas, jogos de política e jogos desportivos, ao mesmo tempo.

Considerando-se o exposto, entendemos que essa relação charge / caricatura / acontecimentos atuais parece ser indiscutível no que toca a uma das funções primordiais da charge jornalística: o “colocar-se frente aos problemas que afetam a sociedade (...)”, (TEIXEIRA, 1998), função esta que pode ser traduzida como a função de opinar.

Isso satisfaz, de alguma forma, os apontamentos de Da Silva (2003, p.99-100), segundo o qual “(...) o exercício da opinião no jornalismo é algo necessário não só para os próprios jornalistas, mas fundamentalmente para o leitor cidadão e para a sociedade”. Tal necessidade, segundo o autor, apóia-se em duas premissas: “A primeira envolve uma postura ética e democrática; a segunda, a escolha de uma base argumentativa ampla e adequada à abordagem dos temas em pauta”, (DA SILVA, 2003, p.100).

Essas duas premissas, no entender do autor, são indissociáveis, uma vez que o opinador é aquele que dispõe de muitas possibilidades de formular o seu texto para convencer o público. Se o opinador quiser que seu trabalho se “erga”, ou seja, se ele quiser que seu trabalho adquira ampla repercussão, os argumentos de que dispõem têm de estar, em alguma medida, ancorados numa base de apoio: “(...) a lógica de raciocínio comum dos leitores”, (DA SILVA, 2003, p.101).

Dito isso, a nossa questão, a partir de agora, é a seguinte: na ótica da enunciação em que se alicerça nosso trabalho, quais seriam as bases fundantes dessa “lógica de raciocínio” de que fala Da Silva (2003), da qual se vale grande parte dos jornalistas de opinião, sobretudo o chargista, figura da enunciação que muito nos interessa (re)caracterizar no presente trabalho?

Acreditamos que a lógica do raciocínio dos leitores e internautas para compactuar ou discordar da opinião pretendida pelo chargista é uma lógica ancorada no presente em que vivemos. Entretanto, esse presente (atualidade “representada” no espaço do jornal) não pode ser visto como que um tempo restrito em si, com pena de se invalidar aquilo que Quéré (2005) apontara em seu trabalho e, inclusive, com pena de se invalidar a noção de temporalidade, proposta por Guimarães (2005a), conforme explicitamos no primeiro capítulo da presente dissertação. Acreditamos, em outras palavras, que, ao remeter a acontecimentos inscritos em uma atualidade, nem a charge, nem qualquer outra cena enunciativa/texto faria remissão a acontecimentos cujo percurso de existência não se restrinja unicamente a um aqui-agora. Ou seja, acontecimento e atualidade parecem simétricos, no que diz respeito à existência de cada um.

Entendemos, contudo, que há uma assimetria constitutiva entre o percurso que dá corpo (existência) aos acontecimentos, referenciados pelas charges, e a atualidade, entendida, no senso comum, como um tempo presente e momentâneo, uma vez que a noção de temporalidade, assumida no primeiro capítulo, adquire um peso considerável para (re)conceituarmos atualidade em nosso trabalho.

2.2. O acontecimento jornalístico para além dos limites de uma circunstância atual

A consideração acima pode ser, em partes, justificada pelas reflexões de Mouillaud (2002), que se dedica à noção de acontecimento pensada no âmbito das práticas jornalísticas, de um lado, e de outro, a consideração citada deve ser justificada pela indistinção entre os limites que constituem o presente do acontecimento, e os outros tempos – passado e futuro – que nele se intersectam.

Detenhamo-nos, primeiramente, nas reflexões de Mouillaud (2002).

2.2.1. O papel da Atualidade nas práticas jornalísticas

No entender de Mouillaud (2002), os acontecimentos produzidos no seio das práticas jornalísticas são acontecimentos cuja visibilidade dependem, necessariamente, de uma Atualidade. Significa dizer que, na condição de leitores de jornal, os acontecimentos revelam-se para nós quando considerados imersos num conjunto de circunstâncias “mapeadas” num todo significativo. Esse conjunto é a Atualidade, que se “traduz” através de uma periodicidade, em várias páginas de jornal, de forma a envolver a atenção de um determinado grupo de leitores. É por isso que Mouillaud (2002, p.73) afirmara que “A Atualidade é feita dos acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os enuncia, do jornal que os publica e do leitor que os lê”, (MOUILLAUD, 2002, p.72). Esse é, pois, o papel da Atualidade, segundo Mouillaud (idem): vincular leitor e jornal.

Considerar essa tríade – acontecimento, jornal e leitor – possibilita-nos inferir duas implicações básicas para o estudo de gêneros jornalísticos.

A primeira, de que é o jornal um dos elementos que confere legitimidade e suporte estrutural às enunciações (gêneros textuais jornalísticos, nesse caso, especificamente, as notícias e reportagens) que o locutor-jornalista emoldura em virtude de atender uma demanda social – a necessidade de saber³¹, característica básica do que chamamos jornalismo. Essa necessidade de conhecer “o que acontece” tem a ver com a questão da informação enquanto valor de troca. É este valor, segundo Francisco (2002, p.1), que preside a produção, circulação e consumo da informação jornalística nas sociedades capitalistas contemporâneas.

A segunda implicação, indissociável da primeira, reside no fato de que o jornal é um dos elementos que confere credibilidade, uma necessidade das mídias jornalísticas para apreender a atenção do maior número de pessoas. Daí o locutor-jornalista é aquele que tem de operar com o efeito objetividade,

³¹ Pena (2006, p.23) afirma que “(...) a natureza do Jornalismo está no medo. O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E assim, ele acredita que pode administrar a vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterrorizante do meio ambiente”.

ou seja, há um esforço da redação em operar com uma linguagem que parece viabilizar o “fato verdadeiro”, tal como se imagina poder alcançá-lo em sua pseudo-origem. Uma vez que há esse esforço, ocorre aquilo que, segundo Francisco (2002, p.1), a tradição de estudos sobre Jornalismo costuma chamar de “(...) tecnificação da linguagem e da comunicação”: um modo de organização da linguagem com o objetivo geral de “(...) controlar, anular ou eliminar a heterogeneidade, a pluralidade efetiva, a polissemia e a interdiscursividade próprias da linguagem”.

Esse esforço de objetivar os fatos, ou seja, de distingui-los de comentários, de opiniões configura o que os estudos sobre Jornalismo conhecem por Teoria do Espelho. Difundida no século XIX, “sua base é [a] idéia de que o jornalismo reflete a realidade” e consegue “(...) buscar a verdade acima de qualquer outra coisa”, (PENA, 2006, p.125)³².

Hoje, ainda, esse ideal do jornal como um espelho parece guiar a relação entre leitores e jornal, de modo que a redação trabalha em prol de passar ao leitor a impressão de que estar atualizado é ter acesso direto e completo aos acontecimentos, tidos aí como fatos, isto é, tidos aí como se fossem concebidos de modo prévio e independentemente da percepção de quem os edita e da percepção daqueles que lhes dão as primeiras abordagens narrativo-descritivas. Noutras palavras, inegavelmente, o jornal trabalha em função de fazer valer a idéia de que entrar na Atualidade é ter acesso aos acontecimentos, tidos como o sinônimo de “fatos”: “A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de ‘fato’” (MOUILLAUD, 2002, p.51). Nesse sentido, a mídia se coloca como senhora absoluta do direito e do poder de informar. O leitor é interpelado a corroborar boa parte das colocações impressas.

Entretanto, Mouillaud oferece um avanço em relação a essa idéia de que conseguimos ter acesso completo e direto aos acontecimentos. Para esse teórico, um acontecimento não se resume ao aqui-agora dos interlocutores envolvidos no processo de produção e recepção dos enunciados inscritos nas

³² Segundo Pena (2006, p.126), “O aparecimento da teoria do espelho está atrelado às mudanças na imprensa americana na segunda metade do século XIX, conforme já mencionei no item sobre a objetividade. Os fatos subsistem os comentários e assim acredita-se que a palavra pode refletir a realidade”.

folhas de um jornal: “O acontecimento vem de alhures (no espaço e no tempo)” (idem). Mouillaud deixa entrever, diante de tal afirmação, que boa parte da gênese de um acontecimento contemplado pelos aparatos e entidades jornalísticas já está antecipada, trabalhada, vale dizer, significada no âmago de outras esferas institucionais ou ainda, interpretada previamente por jornalistas mediadores que filtram o que será publicado e o que não o será. Isso é o que inferimos da passagem a seguir:

O jornal – e a mídia em seu conjunto – não está [...] face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (não apenas por intermédio das agências internacionais, mas de uma multiplicidade de agências, descritas por Mark Fishmann, de instituições públicas e privadas), um real já domesticado. (MOUILLAUD, 2002, p.51).

Na seqüência, Mouillaud prossegue salientando que “Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de ‘fato’, também não tem solução final”. A propósito da procedência do acontecimento, temos, diante dessas passagens, as condições para afirmar que o jornal não lida com acontecimentos em matéria-prima. O jornal não dispõe de um contato direto com o mundo *in situ*. Antes, os acontecimentos reportados em jornais provêm de uma rede de interpretações cruzadas, vale dizer, há uma rede de informantes, o que significa que um texto, editado hoje, contrai necessária relação com aqueles que foram editados antes, em outro lugar, de outro modo e com outros temas e propósitos. Contrain, ainda, relação textos futuros, que ainda não tenham sido editados.

Fica difícil, nesse sentido, determinar um ponto de origem para um acontecimento jornalístico. Fica difícil identificar quem o abordou e interpretou primeiramente, haja vista a grande rede de agências sucursais, de fontes, de especialistas, de testemunhas, de fotógrafos, enfim, de interpretadores que se propõem a salientar algum aspecto de caráter inusitado do acontecimento. A origem do acontecimento jornalístico é, em suma, um ponto impossível de se captar. Da mesma forma, o fim de um acontecimento não termina com a sua publicação. Em outras palavras, a sua origem não reside em um contexto situacional específico; o seu fim não se dá por uma publicação.

Esse modo de se conceber o acontecimento jornalístico recai, em certa medida, nas premissas da Semântica Histórica da Enunciação, para a qual a noção de acontecimento do dizer é, de um lado, aquilo que provém de um já-dito, de uma memória de ordem histórico-social, que reúne enunciações já efetivadas e heterogêneas entre si, dadas as diferenças ideológicas, institucionais, que conferem diferentes credibilidades sociais à gama de acontecimentos sociais que estão disseminados em nossa sociedade.

Diante do exposto, entendemos que a charge jornalística, mesmo tendo sua constituição necessariamente vinculada a uma Atualidade, é um gênero que transcende os limites de um conjunto de circunstâncias locais e temporais.

Concluimos, com isso, que a “lógica de raciocínio” em que aposta o chargista também não se restringe ao âmbito de um presente. Esse entendimento ganha força quando trabalhado segundo os preceitos da Semântica Histórica da Enunciação.

2.2.2. A Atualidade das charges em confronto com o interdiscurso

Pautados pela teoria enunciativa de bases históricas, consideramos as charges jornalísticas como cenas enunciativas que agenciam a voz de um locutor predicado pelo lugar social de chargista. Entendemos que, a partir desse lugar social de enunciação, o locutor-chargista é aquele que enuncia de uma filiação ideológica peculiar da memória interdiscursiva a qual lhe permite colocar-se como observador crítico de acontecimentos jornalísticos, sejam aqueles noticiados em impressos sejam, ainda, os não noticiados pelos jornais. Na construção de “sua” crítica, o locutor-chargista é aquele que procura ir além das circunstâncias imediatas, vale dizer, além da Atualidade que concerne a um acontecimento. Enquanto Locutor que fala de um lugar social arregimentado na prática do jornalismo de opinião, o chargista é, no entender de Da Silva (2003, p.101), aquele que procura “ampliar [a] base de compreensão dos fenômenos em seu interlocutor e ao mesmo tempo apresentar-lhe razões lógicas para compreendê-lo”:

(...) o profissional que dá opinião deve ter consciência de que precisa estar preparado para aliar conhecimento de áreas diversas – história regional, brasileira e universal; geografia, antropologia, sociologia, só para citar algumas – à sua condição de observador privilegiado do campo noticioso. (idem).

No âmbito dos estudos enunciativos em que nos ancoramos, falar em um profissional que precisa “aliar conhecimento de áreas diversas” é reconhecer um locutor, cujas enunciações recortam sentidos produzidos em falas procedentes de diferentes esferas sociais, o que, sem dúvida, se aplica ao dia-a-dia de outros profissionais – editor, repórter âncora, etc. – que trabalham no fazer jornalístico. É com esse “deslizar” nas diversas áreas do conhecimento que esses profissionais tentam oferecer uma abordagem polêmica e, muitas das vezes, abrangente sobre determinado acontecimento.

No caso das charges, todavia, essa *praxe* de se deslizar entre conhecimentos diversos agencia um locutor envolvido em recortes simultâneos de domínios interdiscursivos de referência (e de saberes, portanto) erigidos em diferentes campos do saber, de modo a obter uma mescla de sentidos a incidir sobre um mesmo “objeto” referente. No caso da cena (1), por exemplo, o Locutor mobiliza referentes e sentidos consolidados em enunciações que circularam em, no mínimo, dois campos: o da política e o dos esportes.

Mais particularmente, a expressão “É hora de ir para (...)” adquire, na circulação da charge em que figura, sentidos de cunho tanto político, como também atlético. Ou seja, a expressão tenta sugerir o despreparo atlético da caricatura e, também, o despreparo político do representante que essa mesma caricatura sugere.

O despreparo atlético diz respeito a enunciações, dispersas no interdiscurso, recortadas pela expressão na charge. Em termos de atualidade, o despreparo atlético diz respeito a uma crítica advinda de autoridades de alto escalão como é o Presidente da República, em direção a Ronaldo, importante jogador da Seleção Brasileira naquela ocasião. Em termos interdiscursivos, o despreparo atlético tem a ver com uma memória socialmente constituída, que sugere um estigma; o estigma segundo o qual ser chamado de gordo por uma autoridade executiva como o Presidente da República é ver-se inapelavelmente estigmatizado, afetado por uma crítica que é difícil de ser apagada ou retificada, tendo em vista o lugar de enunciação do qual ela é formulada e

tendo em vista também que, em nossa cultura, é comum que uma pessoa seja valorada pelo que os outros dizem que ela é. Culturalmente, a opinião do outro parece ser decisiva na significação de uma pessoa ou objeto.

O despreparo político, por sua vez, tem a ver com a relação entre a expressão “É hora de ir para o banco...” e a caricatura do governante Alckmin. Esse referente recorta variados domínios de sentido no interdiscurso e, também, na atualidade de (1). No que diz respeito ao interdiscurso, podemos citar aqueles sentidos favoráveis ao PSDB, sedimentados em um (por um) *continuum* de dizeres formulados desde a época em que se instaurou o Movimento de redemocratização da política brasileira (grifo nosso). Formularam-se, por exemplo, sentidos que projetavam o PSDB como um partido de singular importância na política do país, por fazer frente de oposição ao regime ditatorial que até então esteve em vigência durante 20 anos no país. No Manifesto do partido, percebemos um discurso que não quer se colocar como demagogo, proclamando a defesa da "(...) democracia contra qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias"ⁱ. Os ideais de democracia moderna e estável, com a adoção do regime parlamentarista e o mandato de quatro anos para o Presidente da República, promoviam a consolidação do partido que veio a ocorrer efetivamente em 1988. Ainda neste ano, o partido conseguiu eleger 18 prefeitos em todo o Brasil. Foi nesse ínterim que se solidificou uma rede de memória sobre o partido, sustentadora da idéia de que "O resultado das eleições de 1988 mostrou que o PSDB estava na política brasileira para valer... e para vencer"³³. Podemos, inclusive, dizer que essa dominante de sentidos avolumou-se com a candidatura de Mário Covas ao pleito presidencial em 1989, primeiras eleições diretas desde a sucessão de Juscelino Kubitschek, sem se esquecer do peessedebista Fernando Henrique Cardoso que ocupou a presidência durante oito anos. A atualidade que diz sobre o despreparo político tem, naturalmente, a ver com a luta eleitoral estabelecida entre Alckmin e Lula, durante as prévias das eleições presidenciais durante o segundo semestre de 2006.

Em suma, podemos dizer que o locutor da cena (1), assim como outros locutores do campo jornalístico, joga com domínios de sentido procedentes de

³³ Fonte: http://www.psdb.org.br/psdb_antigo/opartido/historia/ahistoria.asp#

campos diversos do conhecimento. A questão é que para um locutor-chargista, esse jogo precisa, necessariamente, da múltipla, para não dizer dupla, significação para os elementos que constituem a trama textual do gênero charge jornalística.

Ou seja, conforme defendemos no início do presente capítulo, além do gesto de referência do locutor-chargista a “objetos” circunscritos em domínios de memória interdiscursivos, esse gesto inclui, ao mesmo tempo, a referência a “objetos” circunscritos em dimensões textuais, seja na atualidade de cada cena chargística, seja na própria textualidade da cena, conforme tentamos demonstrar no esquema a seguir:

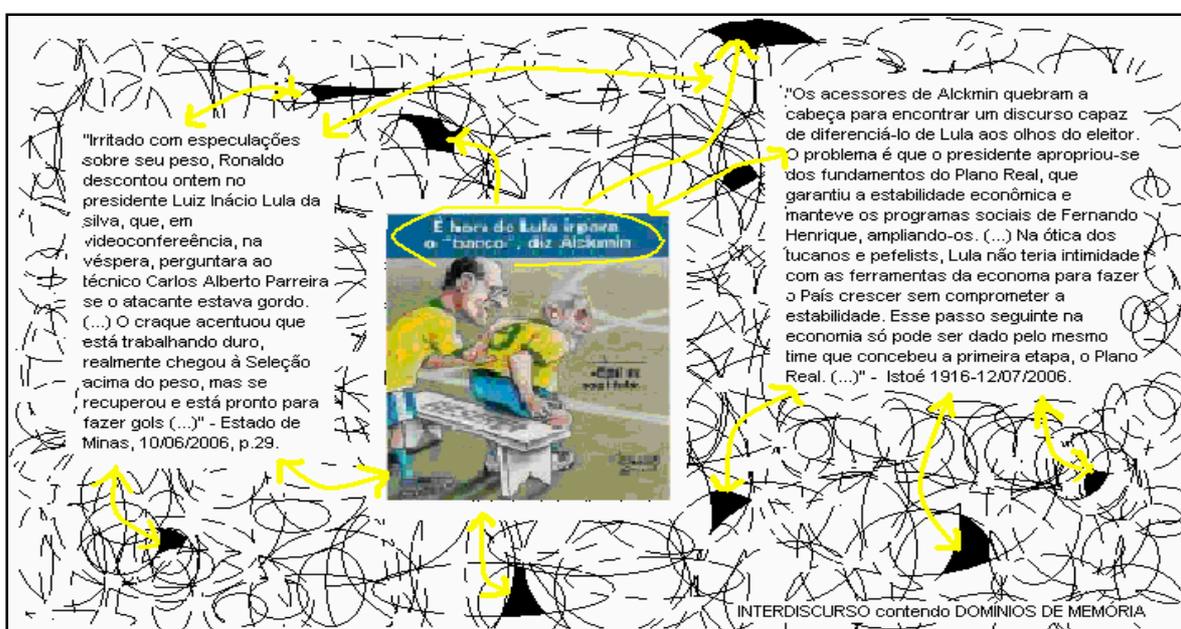


Figura 2: esquema da incidência simultânea de referência no corpo do enunciado em destaque na charge publicada na revista *Istoé*, n. 1916, em 12/07/2006.

Noutras palavras, via de regra, entendemos que os enunciados e ícones presentes nas charges jornalísticas organizam-se em prol de constituir referência simultânea a diferentes valores, vale dizer, a diferentes percepções sobre um “objeto”. Justifica-se aí o que Da Silva (2003) houvera dito sobre a necessidade de o jornalista de opinião – como é o caso do chargista – “aliar conhecimento de diversas áreas”, o que, na perspectiva da Semântica da Enunciação, se dá em todo e qualquer dizer, tendo em vista a exterioridade constitutiva, a memória interdiscursiva, que arregimenta saberes, discursos,

vozes diferenciadas, ideologicamente discrepantes, às vezes, ideologicamente compatíveis.

Acreditamos que tudo isso se faz necessário, tendo em vista um dos intuitos principais da charge jornalística: indicar as contradições que tangem o cotidiano econômico, político do país.

No caso da cena em análise, a expressão “É hora de Lula ir para o banco, diz Alckmin”, destacada em fundo azul, parece ser empregada, além do que apontamos mais acima, para se fazer remissão a um “Lula presidenciável”, que se afirma enquanto jogador/presidente titular e, ao mesmo tempo, a um “Lula não-presidenciável”, que, na charge em questão, referencia uma gama de discursos sobre as atitudes políticas do presidente Lula, durante o seu primeiro mandato, o que lhe desabonava como candidato a um segundo mandato.

Essa simultaneidade de discursos e de sentidos acerca do presidente Lula pode ser verificada em nível textual e, ao mesmo tempo, em nível interdiscursivo, como tenta demonstrar a figura 2, o que caracteriza o modo de enunciação multireferencial, (DIAS, 2005, 2007) ou, em outros termos, multireferencialidade enunciativa, noção teórica que contempla injunções sócio-históricas – o locutor que fala de uma região da memória interdiscursiva; os domínios referenciais que perpassam a materialidade lingüística; a temporalidade da cena chargística – enfim, as injunções determinantes da constituição de referência pelos termos gramaticais que compõem a textualidade das charges jornalísticas.

Entendemos que a multireferencialidade enunciativa não é um modo de enunciar exclusivo das charges jornalísticas, visto que a duplicidade referencial parece ser um modo de enunciar determinante também das propagandas³⁴, o que não seria diferente com boa parte das tiras de humor, com as piadas e com gêneros textuais, cuja constituição de sentidos se dê, propositalmente, de modo simultâneo.

2.2.3. Multireferencialidade enunciativa e outros modos de enunciação na charge

³⁴ Cf. Dias (2005, 2007).

Além de a multireferencialidade poder se manifestar em outros gêneros de texto, conforme acabamos de apontar, entendemos, ainda, que a multireferencialidade enunciativa é um modo de enunciar predominante nas charges jornalísticas, o que significa que a genericidade e a especificidade enunciativa podem, naturalmente, peculiarizar a constituição de referência dos termos gramaticais de enunciados constitutivos do gênero charge jornalística.

Exemplo disso pode ser pensado a partir da genericidade dominante do uso de “Quem” no enunciado “Quem quiser me cassar que atire a primeira pedra”, situado no canto superior direito da cena (2)

Cena (2)



Podemos assim dizer que, ao proporcionar referência aos acusadores do deputado Roberto Jefferson quando sofria ameaça de cassação de seu mandato ao longo do segundo semestre de 2005, o uso do pronome “Quem” nesse enunciado é, a exemplo do substantivo “Alckmin”, feito em prol de recortar no mínimo dois escopos de referência.

Um dos escopos seria o “Aquele que”, empregado no verso bíblico “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra” (João, Evangelho segundo, Cap.8:7). Especificamente com relação a esse uso, o locutor-chargista mobiliza uma memória de sentidos engendrados no discurso bíblico, sobre o costume que o ser humano tem de acusar o outro ao

invés de refletir sobre os próprios defeitos e pecados. Em uma memória de sentidos como essa, encontramos enunciados do discurso bíblico como o mencionado, em que acusadores de uma prostituta, pega em “flagrante adultério”, (João, Evangelho segundo, Cap.8, verso 4), condenavam a mulher, apedrejando-lhe.

Um outro escopo de referência do “Aquele que” estaria disponível em enunciados do âmbito da Atualidade da cena (2), como o que segue, por exemplo:

“BRASÍLIA – O deputado Roberto Jefferson inicia hoje a fase mais crítica da luta para preservar o mandato. O Conselho de Ética da Câmara deve aprovar [...] o relatório do dep. Jairo Carneiro que pede a casação do mandato de Jefferson por quebra de decoro parlamentar” como evoca também os acusadores participantes ou não da CPI que investiga as denúncias feitas por Roberto Jefferson³⁵.

Mesmo ocorrendo essa dupla possibilidade de referência do “Aquele que” situado em (2), entendemos que essa multiplicidade é, com efeito, superposta por um modo de enunciação genérico, vale dizer, por uma amplitude referencial como a mencionada no exemplo 3 citado na seção 1.8 do capítulo 1. Essa amplitude referencial pode ser melhor entendida em virtude de “Aquele que quiser me cassar atire a primeira pedra” ser uma versão oriunda do verso bíblico citado, de caráter proverbial. A respeito das enunciações proverbiais, Dias (2007, p.323) aponta que

Não é fácil formular uma conceituação precisa para o provérbio. Dentre as várias formulações direcionadas para definir esse gênero, alguns traços se sobressaem. Um deles é o caráter conclusivo do provérbio: mediante uma locução breve, de fácil memorização, o provérbio adquire um tom de verdade, ou de elevação.

No caso em análise, a verdade proposta pelo discurso bíblico é a de que todos temos pecado, independentemente das ações que praticamos, portanto é um equívoco de nossa parte ultrajar o indivíduo que é pego em flagrante, como foi o caso da prostituta e dos seus acusadores, citados na Bíblia. Portanto, a multiplicidade percebida para o “Aquele que” de (2) é perpassada pela genericidade: tanto os acusadores mencionados na Bíblia,

³⁵ Estado de Minas, 1º setembro, 2005. página 5

como os acusadores do deputado Roberto Jefferson enquadrar-se-iam no perfil genérico de pessoas que difamam o outro sem se auto-criticarem.

Percepção semelhante temos a respeito da pontualidade, isto é da especificidade referencial de certos nomes e pronomes situados no corpo de enunciados de charges, como a cena (3):

Cena (3)



Tomando-se o “Vossa excelência” de “Vossa excelência pode não acreditar (...)” na cena (3), entendemos que há uma direção clara do objeto de referência a que se remete o pronome de tratamento em análise, já que há uso da caricatura de um deputado na textualidade da cena.

Entretanto, o uso de “Vossa excelência”, peculiarizado pelo modo de enunciação específico na cena em análise, é um uso que, decisivamente, alcança outros escopos de referência que não o citado. De um lado, esse alcance, possibilitado pelo uso do pronome em questão, é efetivado no confronto da Atualidade de cena (3) com domínios do interdiscurso que aí intervêm constitutivamente. Exemplo disso seria pensar na memória sustentada socialmente de que há certa parcela de deputados corrupta, que participa de atos ilícitos como o desvio de verbas públicas. De outro lado, esse alcance de outros escopos de referência através de um pronome como “Vossa Excelência” ocorre simultaneamente à multiplicidade referencial do “isso”, haja

visto que esse pronome aponta simultaneamente para o saco de dinheiro ilustrado na cena (3), como também para o termo “vaca”, disponível na fala encenada pela caricatura da esquerda.

Isso significa que apontar a multireferencialidade enunciativa como modo de enunciação determinante para a caracterização de charges jornalísticas não é um gesto metodológico suficiente para dizer que um texto seja pertence ao gênero em pauta. O mesmo podemos dizer sobre a multireferencialidade enunciativa no enquadramento de um texto a um gênero x ou y.

Assim sendo, trabalhamos com a proposta de que a multireferencialidade enunciativa convive necessariamente com os modos de enunciação genérico e específico, também determinantes do uso de palavras na textualidade de charges jornalísticas.

Isso reforça, em boa medida, o que Dias (2005, p.30) considerou, a respeito da importância da noção de modo de enunciar em estudos sobre gênero de texto: “trabalhamos com a tese segundo a qual a relação entre as categorias gramaticais e a textualidade deve passar pelo conceito intermediário de modo de enunciação”. O que faltou nesse apontamento de Dias (2005) foi justamente apontar a concomitância de modos de enunciação na relação entre categorias gramaticais e a textualidade dos gêneros.

Um estudo como o nosso poderia abordar essa concomitância de modos de enunciação para se pensar na relação entre pronomes e a textualidade das charges. Entretanto, apontar os efeitos de sentido pretendidos quando considerados todos esses três modos de enunciação seria um recorte de estudo mais amplo que aquele escolhido para o nosso trabalho. Assim sendo, o deixamos para uma outra oportunidade e delineamos nossa proposta em torno da dominância do modo de enunciação multireferencial na constituição pronominal de referência na textualidade do gênero escolhido, tendo como foco de observação os pronomes pessoais “eu” e “você”.

Corroborando o exposto, nossas análises poderão contribuir com a Semântica do Texto, abordada segundo Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999), no sentido de propor que o funcionamento desses pronomes pessoais na língua portuguesa não é um funcionamento homogêneo, tampouco, sendo os pronomes inseridos em um gênero ‘x’ (a charge, por

exemplo), seu funcionamento ganha variantes significativas, tendo em vista que cada locutor chargista exerce seu gesto de autoria e marca diferença em relação aos demais chargistas, porque os recortes do interdiscurso no acontecimento do dizer não são idênticos.

2.4. Outros aspectos relevantes da multireferencialidade enunciativa

Recuperando o exposto até aqui, o que temos nas cenas enunciativas chargísticas são elementos gramaticais que funcionam em prol de múltiplos e simultâneos gestos de referência a “entidades” simbolizadas em dimensões textuais e interdiscursivas, o que envolve, indispensavelmente, a caricatura, elemento que, segundo Melo (2003, p.165), é utilizado na charge “com sentido nitidamente opinativo”.

Noutros termos, o Locutor-chargista é aquele que precisa deslizar entre duas significações para uma mesma questão, como nas cenas analisadas. É com essa oscilação que o Locutor-chargista participa efetivamente da formação da opinião pública, a fim de sugerir o caráter dual, contraditório das questões de interesse coletivo que são noticiadas diariamente.

É, pois, em virtude disso que o modo de constituição de referência nas cenas analisadas envolve uma “dupla possibilidade de ancoragem” (DIAS, 2005, 2007) dos elementos textuais a escopos de referência situados em acontecimentos jornalísticos representativos da atualidade da cena chargística bem como nos domínios interdiscursivos que as sustentam.

Dando seqüência ao trabalho, acreditamos ser necessário explicitar outros aspectos da multireferencialidade enunciativa em charges jornalísticas.

Um desses aspectos é o efeito de causa e conseqüência que o modo multiferencial viabiliza no gênero. Esse efeito se explica pelo fato de que, através do uso da imagem e de outros referentes verbais, o Locutor-chargista é aquele que pode enunciar em virtude de um “façamos de conta que assim aconteceu” ou que “exatamente isso foi dito”. Isso contribui para que o leitor pense que aquilo que ele lê e vê nas charges configura parte das causas dos problemas sociais, até mesmo porque a imagem, como havíamos apontado, é

recurso eficaz quando se pretende atestar “fatos” nas diversas práticas sociais, como as periciais, por exemplo, as jornalísticas, o que no jornalismo de opinião não seria tão diferente.

Um outro aspecto da multireferencialidade enunciativa que nos interessa ressaltar é a sua familiaridade com um mecanismo lingüístico, conceituado nas primeiras fases de uma outra concepção teórica, a lingüística textual. Harweg (1968), citado em Bentes (2001, p. 247), havia apontado a existência do múltiplo referenciamento. Em passagens do tipo “Pedro foi ao cinema. Ele não gostou do filme”, a observação do pronome ‘ele’ tinha como um de seus horizontes máximos a sua própria predicação “não gostou do filme”. Também estavam em pauta, nessa observação, as partes anteriores em que o ‘ele’ aparece, a saber, o nome ‘Pedro’ e a predicação “foi ao cinema” que este apresenta. Tudo isso acusava, na ótica de Harweg (idem), a relação de co-referência que o pronome ‘ele’ mantém com ‘Pedro’:

Esse movimento contribui para a construção da imagem do referente ‘Pedro’ por parte do ouvinte. Será a congruência entre as predicações feitas sobre o pronome e o próprio SN (‘Pedro’), e não só a concordância de gênero e número, que permite afirmar que o pronome ele é co-referente de Pedro. (BENTES, 2001, p.248).

Para a época, pareceria muito pertinente e abrangente o registro de um fenômeno transfrástico como esse, visto que o múltiplo referenciamento era, nesse viés, um mecanismo para descrever as diferentes formas de um referente textual ser retomado ao longo de um texto. Contudo, o conceito de múltiplo referenciamento hoje deixaria a desejar, tendo em vista que o horizonte máximo em que é concebido é a malha textual.

Contraopondo-nos a essa limitação, a noção de multireferencialidade enunciativa com a qual lidamos parte do princípio de que a organicidade da língua opera numa relação de dependência com o interdiscurso. Por isso, nunca é demais reiterar que a multireferencialidade tem como característica básica, a duplicidade/simultaneidade de domínios referenciais que intersectam um termo pontuado na horizontalidade de um arranjo sintático. A simultaneidade caracteriza, para nós, uma amplitude dos domínios de referência que coexistem e se interagem, de forma contrastiva, na materialidade lingüística de uma cena chargística, propiciando, com isso, o

deslizamento do Locutor entre um e outro sentido para uma “entidade” ou “objeto” referenciado através de um termo gramatical.

Um funcionamento desta natureza se justifica pelo fato de que, via de regra, toda cena chárstica sugere, em sua materialidade, o lícito e o ilícito, o sério e o risível, o esperado e o inesperado, ou seja, elementos que, embora destoantes (a princípio), desempenham semelhante peso na configuração e significação da expressão e de toda a cena. Disso resulta o efeito de ironia envolvido na enunciabilidade multireferencial de muitas cenas chársticas. Não que esse efeito seja imanente à materialidade lingüística. Pelo contrário, entendemos que os efeitos de sentido envolvidos em uma cena são efeitos constituídos entre a sua atualidade e os domínios da memória interdiscursiva, (GUIMARÃES, 1995, p.70). O efeito de ironia constituído, assim, na e por uma charge serve ao propósito de se sugerir, por exemplo, o abismo que parece haver entre as propostas de boa governabilidade dos políticos, em épocas pré-eleitorais, e o seu descumprimento, durante a execução do mandato.

Tudo isso visa a ser oferecido a uma ou mais de uma comunidade específica de leitores. Nesse sentido, temos o chargista enquanto a representação de um enunciador individual, mesmo que predicado por um lugar social, representação que lhe permite, inclusive, “assinar embaixo” daquilo que diz. Sendo assim, o chargista instala o seu gesto de autoria.

Contudo, mesmo se representando dessa maneira, o chargista é o Locutor que diz em nome de/para certa(s) coletividade(s). Sua voz, nesse sentido, apresenta dupla face, porque passa a representar, também, um “enunciador-coletivo (...) que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz” (GUIMARÃES, 2002, p.38). Isso se explica pelo eco das dúvidas, inquietações e críticas que muitos gostariam de debater publicamente em veículos de amplo alcance coletivo, como é o caso de revistas semanais e jornais diários. E ao fazer isso, o chargista se representa como o autor cujos dizeres candidatam-se para ser corroborados por todos quantos se vejam persuadidos ou, no mínimo, incomodados com o que se diz numa charge, o que torna a charge jornalística um gênero de singular importância na formação da opinião em massa. O chargista Aroeira, citado em (AZEREDO, 2001, p.154), corrobora essa idéia:

A charge tem um papel de catarse. Eu não acho que muda o mundo, não derruba ninguém, mas ajuda o leitor a ter, às vezes, uma vingança pessoal! 'Era isso que queria dizer!'. Esse papel catártico da charge incomoda até mesmo o próprio jornal.

A respeito da declaração do chargista Aroeira, sabemos que as seções de opinião dos mais conhecidos jornais brasileiros costumam notificar os leitores de que a empresa jornalística – *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Estado de Minas* – não se responsabiliza pelas opiniões repercutidas naquelas páginas destinadas aos gêneros de opinião.

Com efeito, as charges parecem dispor de uma liberdade na formação da opinião pública, haja visto o fato de que aquilo que repercutem pode impactar negativamente uma maioria de leitores e agradar a uma coletividade menor. Quando versa sobre assuntos relacionados à política brasileira, os dizeres de uma charge jornalística podem, ainda, contrariar a opinião de grupos de grande representatividade, ainda que estes detenham o poder nas mãos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), base partidária de Lula, e favorecer a opinião de grupos também de grande representatividade, mas hierarquicamente inferiores na política brasileira, como é o caso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esse parece ser o caso da cena (1), ilustrada mais acima, quando lemos o enunciado “É hora de ir para o banco, diz Alckmin”, sugerindo-se com isso que está mais que na hora de o PT desocupar a presidência da república e ceder lugar ao partido de maior tradição eleitoral – PSDB; esse parece, ainda, ser o caso da mesma cena (1), quando observamos a caricatura de Alckmin – representante do PSDB – induzindo a caricatura de Lula – presidente representante do PT – a ir para o banco, ou seja, ir para a condição de partido periférico, que não conduz a liderança da política no Brasil.

Em certa medida, parece-nos que o fato de a charge contrariar uns e agradar a outros deve-se ao fato de que, se observarmos os constituintes lingüísticos da tessitura textual de uma cena chárstica, veremos que lá estarão congregadas palavras, expressões, fotos, desenhos caricaturados, animais personalizados que mantêm alguma familiaridade com dizeres oriundos de diversos e diferenciados grupos populares, setores marginalizados, minorias injustiçadas, de um lado, e de outro, com dizeres marcados por algum tipo de interdição ou censura, como parece ser o caso, por exemplo, daqueles

proferidos nos âmbitos políticos e econômicos. Nesse sentido, haveria aqueles que diriam: “É isso que eu não queria que os chargistas dissessem ou que não poderia ganhar projeção na comunidade”, o que, entretanto, acaba por se colocar como alvo dos chargistas.

2.5. Multireferencialidade enunciativa X Ambigüidade, Homonímia, Polissemia

Em virtude da simultaneidade de sentidos viabilizada pela multireferencialidade enunciativa, acreditamos que esse modo de enunciação guarda significativa familiaridade com algumas noções procedentes de estudos inscritos no domínio da semântica contemporânea, quais sejam, a noção de ambigüidade, a de homonímia e a de polissemia.

Essas três noções, à semelhança da multireferencialidade enunciativa, levam em conta o desdobramento semântico de uma palavra ou de um conjunto de palavras inseridas em um enunciado. Parece-nos pertinente, então, tratar um pouco de cada um desses fenômenos, tendo em vista que o desdobramento de significado das palavras é algo intimamente relacionado à malha lingüística das charges jornalísticas, a exemplo da palavra “banco” que, na cena chargística (1), parece ser empregada para sugerir, simultaneamente, a idéia de banco de jogadores reserva e banco enquanto legenda política de esquerda, que não está na liderança do governo presidencial.

Teorizando sobre a homonímia e sobre a ambigüidade a partir da semântica de bases históricas que alicerça nosso trabalho, Guimarães (2006, p.118) explica que para “O livro de João é bom”, temos, basicamente, dois significados diferentes _ João como autor do livro; João como um mero possuidor do livro _ portanto, conclui o autor, “(...) o que há são duas frases (...) homônimas, ou seja, que têm o mesmo significante, mas têm dois significados (...)” (GUIMARÃES, 2006). Essa noção implica uma estrutura lingüística que, na verdade, adquire o valor de duas estruturas diferentes. Nesse caso é colocada a atenção “(...) na identidade dos significantes”, conclui Guimarães.

Por outro lado, acrescenta o autor (idem), “Se a atenção se põe sobre o fato de que uma mesma seqüência pode ter significados diferentes, então se

considera que ela é ambígua”, ou seja, temos aí o fenômeno da ambigüidade. Dessa forma, o que o diferencia em relação à homonímia, no entender de Guimarães, é o foco que se dá na abordagem de cada um desses fenômenos.

Já em uma outra Semântica, desta vez de caráter formal, Cançado (2005) não reconhece tal distinção entre homonímia e ambigüidade, haja vista o fato de que ambos os fenômenos, na sua visão, servem ao propósito de apontar (sem a pretensão de resolver) os diferentes significados que uma mesma palavra pode repercutir. Mesmo não diferenciando um fenômeno do outro, Cançado (idem) propõe quatro espécies de ambigüidade, que iremos resumir logo abaixo. Teoriza ainda sobre a homonímia e sobre a polissemia. Vejamos, primeiramente, o que a autora tem a nos dizer sobre a ambigüidade.

Para Cançado (2005, p.64), a ambigüidade lexical diz respeito à “(...) dupla interpretação que incide sobre o item lexical”, como seria, se analisado sob essa ótica, o item “banco” na cena (1).

A ambigüidade sintática, por sua vez, diz respeito às “distintas estruturas sintáticas que originam as distintas interpretações: uma seqüência de palavras pode ser analisada (subdividida) em um grupo de palavras (chamado de sintagma) de modos variados. Tome-se, como exemplo, a sentença “Homens e mulheres competentes têm os melhores empregos”, da qual podemos depreender, no mínimo, dois significados: o de que tanto os homens quanto as mulheres são competentes; o de que apenas as mulheres são competentes. Ou seja, o adjetivo “competentes” pode, nesse caso, ser associado apenas ao substantivo mulheres ou, ainda, a mulheres e homens ao mesmo tempo: “(...) o que gera a ambigüidade são as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças, ou seja, a possibilidade de ocorrência de diferentes estruturas sintáticas na mesma sentença”.

Uma terceira categorização de ambigüidade é a ambigüidade de escopo, que nos leva a pensar a relação entre as palavras, de modo que essas sugiram a idéia de individualidade ou de coletividade. Em “Os alunos comeram seis sanduíches”, por exemplo, temos a possibilidade de dizer que cada aluno comeu seis sanduíches ou que todos, juntos, comeram um total de seis sanduíches.

Uma última proposta de ambigüidade proposta por Cançado (2005) é a ambigüidade semântica, pela qual não observamos os itens lexicais, nem a

estrutura sintática, tampouco o escopo sentencial. Desta vez, “A ambigüidade é gerada pelo fato de os pronomes poderem ter diversos antecedentes”, o que diz respeito à correferencialidade do pronome possessivo “sua” na frase “O ladrão roubou a casa de José com sua própria arma”: ou entendemos que o ladrão usou a arma dele mesmo para praticar o roubo, ou entendemos que o ladrão usou a arma da vítima José para roubar.

Quanto à homonímia, Cançado (2005, p.65) postula ser este um tipo de ambigüidade lexical que agrega sentidos oriundos de temas ou de esferas sociais diferentes. “Manga”, por exemplo, designa fruta, termo bastante recorrente no campo de discursos sobre alimentação, assim como designa, também, parte de uma peça de vestuário, termo muito presente nos discursos sobre alfaiataria, moda, dentre outros.

À semelhança da homonímia, a polissemia, no entender de Cançado (2005, p.67), é um tipo de ambigüidade lexical, desta vez, porém, servindo para interligar “possíveis sentidos da palavra ambígua [que] têm alguma relação entre si”. “Rede”, por exemplo, pode ser pensada como rede de deitar, rede elétrica, rede de computadores, rede de amigos internautas, rede de pescaria, dentre outras.

Guimarães (2006, p.120) dispensa uma abordagem de caráter mais enunciativo à polissemia, que, no seu entender, diz respeito à “multiplicidade de sentidos de uma mesma frase”, o que perpassa, de alguma forma, a noção de multireferencialidade enunciativa, objeto de definição do presente capítulo. Para enunciados do tipo

(exemplo 5) *“Você poderia me abrir uma porta?”*

Guimarães supõe que, considerando-se uma conversa cotidiana dentro de uma empresa, “esta seqüência significa, ou pode significar, ao mesmo tempo

(exemplo 6) *‘Você poderia me dar uma oportunidade;’*

ou

(exemplo 7) *‘Você poderia me apresentar para alguém;’*

ou ainda,

(exemplo 8) *‘Você poderia me indicar um caminho’.*

Essa multiplicidade de sentidos do enunciado deve-se, segundo Guimarães (idem), ao funcionamento de (5) que se orienta pela história de usos desse enunciado, ou seja, (6), (7) e (8) ancoram-se no passado de dizeres e, ao mesmo tempo, atualizam os funcionamentos passados de (5), efetivados em outras circunstâncias, em outras enunciações passadas.

Levando-se em conta o exposto, a questão que nos instiga é a seguinte:

- 1) Há relação entre ambigüidade, homonímia, polissemia e multireferencialidade enunciativa? Noutras palavras, ambigüidade, homonímia e polissemia *versus* multireferencialidade enunciativa são teoricamente equivalentes?
- 2) Considerados juntamente, os fenômenos denominados ambigüidade, homonímia e polissemia poderiam ser entendidos como diferentes manifestações da multireferencialidade enunciativa?
- 3) Uma última questão: não seria a multireferencialidade enunciativa algo mais abrangente que os três outros fenômenos, dadas as injunções sócio-históricas levadas em conta na conceituação desse modo de enunciar, em contraposição às conceituações da homonímia, ambigüidade e polissemia, que parecem reservar as injunções histórico-sociais a um papel secundário ou, podemos dizer, até ausente, como é o caso da Semântica Formal praticada por Cançado (2005)?

Mediante essas questões, temos de reconhecer que precisaríamos de um amplo corpus de ocorrências lingüísticas, sejam sentenças, sejam textos, para responder, com propriedade, a cada uma dessas perguntas levantadas. Consequentemente, produziríamos um outro estudo, ampliando mais ainda a noção de modo de enunciação multireferencial.

Embora produtivo, nosso objetivo não é este, mas o de apontar e caracterizar, em um nível satisfatório, o modo de enunciação peculiar e predominante nas charges jornalísticas, modo este que, como dissemos, acreditamos ser a multireferencialidade enunciativa.

Apenas nos arriscamos a observar que os fenômenos ambigüidade, homonímia e polissemia, sejam estes considerados pela perspectiva da Semântica Formal, representada por Cançado (2005), sejam pela Semântica da Enunciação, representada pelos estudos de Guimarães (2006), apresentam

uma importante característica em comum. Todos se ocupam, de alguma forma, da variedade de sentidos que pode repercutir uma mesma palavra, o que, em boa medida, caracteriza o modo de enunciar multireferencial. Talvez, por isso, poderíamos afirmar que a homonímia, a ambigüidade e a polissemia, possíveis de ocorrer em enunciados diversos da língua, sobretudo aqueles constitutivos de charges, estabelecem as condições para a dominância da multireferencialidade enunciativa nesse gênero de texto. Além disso, poderíamos afirmar, talvez, que a multireferencialidade manifesta-se sob diferentes formas: multireferencialidade homonímica, multireferencialidade polissêmica e, por último, multireferencialidade, cuja base se assenta na ambigüidade.

É certo que, em nenhuma das conceituações trazidas sobre ambigüidade, homonímia e polissemia, há uma preocupação do Guimarães com a dinâmica de recortes do interdiscurso que trás uma frase, um enunciado. Significa, também, dizer que, não havendo tal preocupação explícita, parece não haver, na homonímia, ambigüidade e polissemia, um olhar que reflita sobre a amplitude do escopo de referência no âmbito do interdiscurso (amplitude específica, genérica ou múltipla), como tentamos mostrar que é o caso da noção de modo de enunciar.

Estaria aí a oportunidade de ampliarmos o presente capítulo para averiguar se há e, como seria, uma multireferencialidade polissêmica, uma multireferencialidade homonímica, uma multireferencialidade de ordem da ambigüidade ou, ainda, uma multireferencialidade mesclada, que envolveria essas supostas três subcategorias.

Deixamos essas três categorias para uma outra oportunidade, já que nos basta apontar e caracterizar a multireferencialidade enunciativa como um modo de enunciar recorrente e predominante na constituição pronominal de referência em enunciados de charges jornalísticas.

Capítulo 3

Diferenças e semelhanças na referência pronominal em nove charges jornalísticas

*“A argumentação está para
o jornalismo opinativo _
composto de gêneros
(artigo, editorial, comentário,
crônica, crítica, charge)
que variam sobretudo na forma
de abordar um determinado conteúdo _
como os tijolos e o cimento
para um construtor”.*

(DA SILVA, 2003, p.100)

3.0 Diretrizes para as análises

3.1 Para além da morfossintaxe pronominal no estudo das charges

Conforme havíamos apontado na orientação metodológica deste trabalho, uma análise puramente gramatical, que discutisse a relação entre os pronomes e a textualidade das charges, seria uma análise pouco proveitosa em termos enunciativo-discursivos. Isso se explica pela tese de que a morfossintaxe dos pronomes, embora possa constituir a identidade desse gênero, é insuficiente para se pensar as injunções histórico-sociais que os envolvem na constituição de referência na textualidade de charges.

Em primeiro lugar, essas injunções histórico-sociais dizem respeito ao percurso histórico das formas pronominais em enunciações passadas, que intervêm a cada “novo” uso que se faz dos pronomes: “Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação”, (GUIMARÃES, 1996, p.27).

Há que se pensar, em segundo lugar, que os pronomes não são usados na textualidade de charges com o intuito de substituir as figuras caricaturadas que encenam um diálogo em cada texto chargístico. Apesar de raciocínios como esse terem configurado parte dos estudos voltados para a relação entre gramática e textualidade no Brasil³⁶, entendemos que os pronomes são usados como índices de referência a “objetos” situados na textualidade e na atualidade de cada cena chargística, sendo que esse gesto de referência envolve, incontornavelmente, o recorte de enunciações disponíveis em confronto na interdiscursividade, que dão suporte a cada nova publicação chargística.

Assim, a atualidade e o locutor devem ser entendidos aqui, respectivamente, como uma segunda e terceira razões para refutarmos a possibilidade de estudar o uso de pronomes nas cenas textuais, apenas com

³⁶ Segundo Costa Val (2002, p.115), “Uma pesquisa realizada no CEALE no decorrer do ano 2000 revelou a presença [de] dois ‘eixos paralelos’ de que fala [um] professor suíço na organização de livros didáticos brasileiros inscritos no PNLD/2002. A maioria das coleções examinadas (...) não escapa à polarização entre o estudo do texto e o estudo da frase e das palavras. O que se observa, em geral, é análise morfológica e sintática de palavras, expressões e frases retiradas de um texto e focalizadas enquanto formas lingüísticas isoladas”.

base na materialidade lingüística ou apenas com base em uma situação física, comumente denominada pela pragmática de contexto³⁷.

O enfoque temático de cada cena analisada se constitui quarto fator importante para um estudo que vá além dos limites da organicidade da língua. Se cada cena adquire mais relação temática com acontecimentos de uma esfera social, supomos que os recortes de sentidos, efetivados na interdiscursividade, mudam sensivelmente, como tentaremos demonstrar através da análise comparada de cenas como a de número 4, por exemplo, se comparada a 5 que, por sua vez, pode ser comparada a cena 9, e assim por diante.

Por último, gostaríamos de reafirmar que a multireferencialidade enunciativa parece ser um modo de enunciação predominante e recorrente na constituição de referência pronominal nas textualidades chargísticas, logo a morfossintaxe dos pronomes nesse gênero sofre orientação desse modo de enunciar.

Essas são as principais razões que, certamente, tentaremos usar como argumento-chave para se propor que o papel dos pronomes “eu” e “você” na textualidade deva ser pensado para além da morfossintaxe pronominal. Naturalmente, destacar o pronome “eu” ou o “você” em nossas observações não exclui de nosso escopo de discussão o restante das relações sintáticas em que eles se incluem; tampouco as caricaturas, com os quais os pronomes mantêm relação estrutural, podem ser desconsideradas em uma análise como a que estamos propondo.

Especificamente quanto à multireferencialidade enunciativa, entender que esse é um modo de enunciação predominante das charges não exclui de nosso escopo de análise, os modos de enunciar genérico e específico, que também orientam, de forma periférica, o uso de pronomes em charges. Acreditamos que esses dois modos ocorrem de forma concomitante à multireferencialidade enunciativa, de maneira que nos parece possível falar de uma multiplicidade referencial de caráter mais específico ou de caráter mais genérico.

³⁷ Nesse ponto, não trabalhamos em concordância com a proposta de Costa Val (2002, p.115), que é a de entender as palavras e frases dentro do texto e de um contexto que tenha motivado o seu uso.

Isso é o que tentaremos demonstrar com a análise dos enunciados abaixo, retirados todos eles das respectivas cenas chargísticas:

(Cena 4): “INDIGNAÇÃO NO CONGRESSO

– ‘É um absurdo! Se não posso superfaturar obras, vender meu voto, desviar verbas públicas e nem legislar em causa própria, me digam então: pra que raios **eu** fui eleito?’”

(Cena 5): “AUMENTO

– ‘Não quero nem ver a repercussão lá fora’.
– ‘Nem **eu**’.”

(Cena 6): “AQUECIMENTO GLOBAL

– ‘**Eu** não estou nem aí!’.
– ‘Até essa coisa chegar na gente, vai levar uns 50 anos.’”

(Cena 7): “SORRIA: **VOCÊ** ESTÁ SENDO ENQUADRADO

– ‘Mãos ao alto! **Você** está preso!’.
– ‘Por quê?’
– ‘Temos transcrições de todas as suas ligações telefônicas!’
– ‘Mas ... **eu** não tenho telefone!’
– ‘Espionamos seu computador, temos a relação dos planos bandidos que **você** colhe pela internet!’
– ‘Rastreamos seus cartões e quebramos o sigilo de suas contas bancárias!’.
– ‘Nunca tive cartão nem conta em banco!’.
– ‘**Eu** sou pobre!’.
– ‘E **você** sabe quantos anos de cadeia isso irá lhe custar?’”

(Cena 8): “OLHA O RATO! OLHA O RATO!

– ‘**Você** conhece o Renan?’.
– ‘Não conheço, não quero conhecer e tenho raiva de quem conhece!’”

(Cena 9): “ESCORREGANDO -

– ‘Issaí: **eu** sou candidato!’
– ‘Boca fechada? Qual boca? A minha?!’
– ‘Foi mal! E pensar que **eu** já tive a língua presa!’”

(Cena 10): “CORP CARD OURO – O cartão corporativo do governo.”
Você ainda irá pagar a fatura de um.

(Cena 11) – “É **você**, Dilma?”

(Cena 12): “EDUCAÇÃO PÚBLICA-

– ‘Parabéns, **você** tirou ‘A’!!’
– ‘E **você** tirou “E”.’”

Entretanto, temos consciência de que não conseguiremos entender a fundo a concomitância de modos de enunciação no uso de pronomes em charges, haja visto que nosso propósito principal é caracterizar a multireferencialidade enunciativa. Um aprofundamento sobre isso merece espaço em outro trabalho, uma vez que a concomitância nos parece algo mais complexo e digno de um corpus mais amplo e diferenciado que o escolhido para a presente pesquisa.

Mesmo reconhecendo essa complexidade, arriscamo-nos a esboçar como a concomitância de enunciabilidades se dá, ainda que de um modo superficial. Assim, traçamos um objetivo de ordem secundária em nosso trabalho e abrimos caminho para outros estudos.

3.2 A manifestação ou as manifestações de multireferencialidade enunciativa na constituição de textualidades com pronomes?

Especificamente no que toca nosso propósito central (um estudo dedicado à caracterização da multireferencialidade enunciativa na constituição de textualidades chargísticas com os dois pronomes indicados), temos de ressaltar que a caracterização da multireferencialidade envolve as mesmas razões que elencamos para justificar a necessidade de se ir além da morfossintaxe dos pronomes quando se quer pensar o seu papel em um texto.

Apenas a título de esclarecimento, relembramos que essas razões consistem: a) nas filiações do locutor no interdiscurso; b) na relação entre uma cena e a atualidade que lhe subjaz; c) no enfoque temático de cada cena, d) na historicidade da categoria pronominal; por último, e) na simultaneidade de modos de enunciar (multireferencialidade enunciativa e especificidade enunciativa) ou (multireferencialidade enunciativa e genericidade enunciativa).

Daí é possível supormos que não se trata de uma, mas de várias manifestações da multireferencialidade enunciativa orientando o uso do “eu” e do “você” em cenas chargísticas.

Considerado tudo isso, as nossas análises também caminham, em último momento, para uma reflexão sobre o papel da regularidade e da predominância da multireferencialidade enunciativa na constituição de uma

normatividade (RASTIER, 1998) e, portanto, de uma identidade relativa ao gênero em pauta.

3.3 As análises

3.3.1 O papel da autoria na Multireferencialidade manifestada em cenas “de” uma mesma esfera social.

Para iniciar as análises que ilustrem todas as diretrizes traçadas acima, tomemos as duas cenas chargísticas, cujas respectivas atualidades dizem respeito a acontecimentos enunciativos inscritos em uma mesma esfera social:

Cena (4)



Cena (5)



Fonte: *Folha de São Paulo*, 24 de março de 2007; Caderno Opinião.

Tanto a cena (4), como também a cena (5) apresentam-nos uma tessitura verbal e icônica das quais colocamos em relevo o pronome “eu”, como elemento lingüístico em torno do qual incidem as nossas observações analíticas.

A propósito da atualidade tanto da cena (4) como também da cena (5), o presente dessas duas ocorrências chargísticas congrega um conjunto de enunciações relativas ao exercício da Política e à rotina de alguns governantes brasileiros. Sem pretendermos fazer das análises de cada uma dessas cenas, interpretações redutivistas e tendenciosas, podemos dizer que o referido conjunto de enunciações, recortado em (4) e em (5), diz respeito às manobras políticas que favorecem a legislatura em favor próprio ao invés da atenção aos anseios populares. Constantemente, esses acontecimentos são aqueles que as mídias nos colocam todo o tempo, enfatizando a prática da corrupção³⁸ através

³⁸ Uma boa compreensão do termo *corrupção* encontra-se disponível na enciclopédia digital *Wikipédia*: “uso ilegal - por parte de governantes, funcionários públicos e agentes privados - do poder político e financeiro de organismos ou agências governamentais com o objetivo de transferir renda pública ou privada de maneira criminosa para determinados indivíduos ou grupos de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum – como, por exemplo,

do superfaturamento de obras públicas, desvio de verbas destinadas a causas sociais urgentes, venda de votos, dentre outros.

Particularmente no caso de (4), a sua atualidade diz respeito aos noticiários sobre uma fase de tensão no Congresso Nacional: o segundo semestre de 2006 e o primeiro de 2007, quando senadores e deputados propuseram o aumento da própria remuneração, que passaria de R\$ 12.700 (doze mil e setecentos reais) para R\$ 24.500 (vinte quatro mil e quinhentos reais) por mês, reajuste salarial em torno de 91% (noventa e um por cento) de aumento³⁹.

Já no caso de (5), temos uma atualidade difundida em noticiários que versaram sobre uma proposta do deputado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais: o requerimento de R\$ 5.000 (cinco mil reais) mensais para gastos, sem apresentação de recibos a setores de fiscalização do Governo.

Evidentemente, a atualidade de cada uma dessas cenas não se resume a um conjunto restrito de noticiários, mas temporaliza, vale dizer, congrega enunciações passadas, anteriores à data em que os noticiários haviam sido publicados, bem como projetam uma futuilidade de enunciações, que ainda estava por ser produzida acerca das propostas tematizadas.

Associando tudo isso à questão da constituição pronominal de referência, temos, em resumo, dois casos de enunciações chargísticas em que o pronome “eu” delimita “objetos” de referência ideologicamente conflitantes, presentes no entorno de publicação (atualidade), que trazem enunciações concernentes a cada cena chargística.

De um lado, tanto o “eu” de (4) quanto o “eu” de (5) referenciam aquela parcela de governantes, corrupta e ambiciosa, a exemplo de Givaldo Carimbão (PSB – AL), que, a qualquer custo, defendia publicamente o aumento salarial, conforme sugere a passagem a seguir: "Muita gente hoje não tem coragem nem de atender ao telefone. Mas eu tenho -e até dou entrevista, porque acho que ganhar bem não faz mal a ninguém(...)"⁴⁰. De outro lado, o “eu” de cada uma das charges referencia aqueles senadores que, a exemplo de Suplicy,

negócios, localidade de moradia, etnia ou de fé religiosa”, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Corrup>, consultado em dezembro de 2007.

³⁹ *Folha de S. Paulo*, 17 de dezembro de 2006; caderno Opinião.

⁴⁰ *Folha de S. Paulo*, 16 de dezembro de 2006; caderno Opinião.

havia manifestado posição contrária ao imediato aumento salarial, conforme exemplifica o trecho abaixo:

Avalio que os presidentes do Senado e da Câmara, diante do clamor popular, podem perfeitamente tomar a iniciativa de rever a decisão anunciada. É importante que a população e todos os senadores e deputados sejam ouvidos, e não apenas as lideranças⁴¹.

Assim, o pronome “eu” funciona em prol de constituir referência simultânea ao lícito e ao ilícito, ao ético e ao anti-ético, o que permite o locutor-chargista transitar entre, no mínimo, duas significações, vale dizer, dois escopos de referência conflitantes, disponíveis já no âmbito da atualidade. A delimitação do “eu” a “objetos” de referência ideologicamente conflitantes, disponíveis na atualidade de cada cena, configura um primeiro aspecto do modo de enunciar multireferencial, nas cenas em análise.

Ainda com relação a esse primeiro aspecto, entendemos que a multireferencialidade envolve, ainda, a delimitação de escopos de referência ideologicamente conflitantes, no âmbito da memória interdiscursiva. Significa dizer que tanto o “eu” de “(...) pra que raios eu fui eleito”, presente na cena chargística (4), como o “eu” de “(...) nem eu”, disponível na cena chargística (4), são amparados, cada qual, por domínios conflituosos da memória interdiscursiva.

Significa dizer, de um lado, que tanto o “eu” presente em (4) quanto o “eu” presente em (5) mobilizam sentidos historicamente legitimados em enunciações diversas, de que os governantes são eleitos com o ideal de legislar em causa pública, agindo sob o princípio da transparência, quando da tomada de decisões de grande abrangência social. Mais especificamente, queremos dizer que, tanto o pronome de (4) quanto o pronome de (5) são empregados nas respectivas charges para produzir recortes de memória com enunciações que versaram sobre o princípio da ética a respeito dos critérios utilizados para o aumento salarial dos parlamentares. Socialmente, espera-se que esses critérios satisfaçam as expectativas daqueles que confiam seus votos a governantes que, via de regra, estejam interessados em amenizar a desigualdade na concentração de renda no Brasil.

⁴¹ Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2006; caderno Opinião.

Por outro lado, o pronome em (4) e (5) recorta, cada qual, regiões da memória sustentadoras de sentido que não aqueles relativos às atualidades mencionadas. São sentidos que já funcionam há muito, em nossa sociedade. Por que não dizer, até aqueles silenciamentos sustentados desde a época colonial, e que ressoam hoje nas enunciações mais contemporâneas sobre as relações ilícitas que alguns parlamentares estabelecem dentro e fora do Congresso, destacadamente em períodos pré-eleitorais.

Em síntese, as duas cenas que iniciam nossa reflexão analítica apresentam uma relativa regularidade no que diz respeito ao pronome “eu” que cumpre funções morfossintáticas semelhantes em (4) e em (5). Tais cenas comportam uma regularidade ainda no que diz respeito ao pronome “eu” como elemento constituidor de referência. Tanto em (4) como em (5), o “eu” delimita domínios conflitantes da memória e, ao mesmo tempo, recorta “referentes” que procedem de um conflito de idéias, interpretadas através da leitura de fragmentos de uma atualidade “reportada” em textos de jornais e revistas. Até aqui, concluímos que, se estudada em charges cuja temática proceda de uma mesma esfera social, a multireferencialidade apresenta diferenças sutis, que podem ser percebidas mais pelos direcionamentos a escopos de referência ideologicamente próximos entre si.

Esses direcionamentos sutilmente diferentes têm a ver com a constituição da individualidade / subjetividade / autoria propiciada pelos agenciamentos dos chargistas em cada cena analisada. Ou seja, manifesta-se aí a autoria que, nos termos de Orlandi (2005b, p.100), se dá pela irremediável subjetividade. Segundo a autora, “(...) a subjetivação é uma questão de qualidade (...)”, mas percebido por indícios inferidos na “(...) qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico”, (idem). Ao mesmo tempo em que o sujeito depende do simbólico para dizer, ele é livre para significar o simbólico e esta é pois a característica do

sujeito moderno-capitalista (...) ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres, (ORLANDI, 2005b, p. 104)⁴².

⁴² Podemos encontrar uma reflexão crítica sobre os fundamentos do sujeito de direitos e de deveres em (HARROCHE, 1992, p.155-211).

Em suma, concluímos, nesse primeiro momento da análise, que a multireferencialidade, se estudada em cenas chargísticas que temporalizam acontecimentos de uma mesma esfera, manifestar-se-á com uma regularidade preponderante e com sutis diferenças, no que tange aos recortes que viabilizam a autoria de cada um dos chargistas, recortes estes que podem ser percebidos pelos direcionamentos enunciativos.

3.3.2 Os direcionamentos em cenas chargísticas “de” uma mesma esfera social

Entendemos que essas variações passam pela noção de direção enunciativa, (DIAS, 2005, p.38), que a textualidade de cada uma das charges viabiliza através de outras palavras, expressões e caricaturas, que não o pronome “eu”. Em um trabalho como o nosso, que se dedica a vislumbrar alguns direcionamentos estabelecidos quando do uso de pronomes em charges, corremos o risco de oferecer uma análise reducionista e tendenciosa sobre esses direcionamentos. Mesmo assim, é necessário que os apontemos, partindo, por exemplo, de elementos da textualidade concernente a cada charge, a saber as estruturas sintáticas e, ainda, os ícones aos quais o pronome “eu” de cada cena está associado.

A cena (4), assim como a (5), tematiza o aumento salarial abusivo, porém, diferentemente um pouco de (5), (4) trás impressa em sua textualidade, um direcionamento para um domínio de enunciações sobre a aparente normalidade com que alguns deputados lidam frente a atos corruptos diversos: desvios de verbas, consolidação de lobbies entre parlamentares e, também, entre outros setores da sociedade. A cena (4) direciona, ainda, para enunciações enfatizadas principalmente pelas mídias jornalísticas, que tentam “vender” ao público, uma imagem desmoralizada dos políticos. O alvo do referido direcionamento consiste nas desculpas com que alguns congressistas justificam seus atos corruptos. Consiste, também, nas tentativas que um certo grupo de políticos adotam para burlar o sistema de fiscalização, gerando a impunidade e a quebra de ideais e de confiabilidade por parte dos eleitores em relação aos seus representantes do congresso.

Toda essa direção enunciativa de que estamos falando pode ser textualmente justificada, por exemplo, pela expressão “É um absurdo”, presente logo na parte superior da cena em pauta, cuja pronúncia caberia muito mais aos locutores que falam da posição enunciativa de eleitores indignados com a corrupção, que aos locutores-congressistas.

É por recuperarmos expressões de manifestação como essa que fica caracterizada na cena (4) a multireferencialidade enunciativa, apontando, ao mesmo tempo, para enunciações pertinentes às mídias, aos congressistas e aos cidadãos brasileiros.

Já a cena (5), assim como a (4), tematiza a corrupção, porém trás em sua textualidade, recortes que direcionam para regiões de memória sustentadoras de enunciações sobre o abismo salarial que, via de regra, separa os congressistas do eleitorado brasileiro. Trata-se de enunciações que funcionam há muito e que, logicamente, vão além da atualidade da cena (5). Enunciações que emolduram uma memória sustentadora de sentidos de que o trabalhador brasileiro é mal remunerado. Considerando-se as caricaturas com olhos tamponados por verba pública, as falas procedentes dessas caricaturas e a expressão-título “aumento”, entendemos que todos esses elementos reforçam o direcionamento do pronome “eu” para a memória sobre a alta concentração de renda por uma parcela tão pequena dos cidadãos, qual seja, os representantes políticos, questão já antiga e retratada nos discursos arregimentados no saber interdiscursivo. É, pois, em função da relação orgânica do “eu” de (5) com o termo “Aumento” que o “eu” de (5) marca variação quanto ao “eu” de (4). Vale salientar, inclusive, que o termo “Aumento” ganha, no mínimo, duas direções de sentido: aumento significativo do salário mínimo, que costuma inexistir na economia do país e aumento radical do salário dos representantes do Legislativo e do Judiciário.

A textualidade de cada cena enunciativa assume, nesse sentido, uma importância singular na análise que estamos desenvolvendo, na medida em que passa a ser “ponto de partida” para se analisar como uma sutil diferença – dada pelas direções enunciativas de cada cena – atravessa a multireferencialidade enunciativa, processo reincidente entre (4) e (5).

Noutras palavras, isso significa que o acontecimento enunciativo é, assim, o ponto de partida para a análise da constituição pronominal de

referência; é no acontecimento e não fora dele que se torna pertinente estudar a referência. Em outras palavras, não é o contexto, como defendem algumas posições pragmáticas, o fator primordial de estudo da língua; a referência não está em uma situação. Nas palavras de Guimarães (2005a, p.9), “A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação”.

Em síntese, estudar a direção enunciativa para se observar as variações na constituição de referência entre uma e outra cena chargística, é estudar o funcionamento da língua na própria dimensão textual de cada cena, funcionamento que se dá em co-relação com o interdiscurso.

3.3.3 O papel da autoria na Multireferencialidade manifestada em cenas “de” diferentes esferas sociais.

A seguir, no desenrolar da análise de outras charges, veremos que as semelhanças e variações com que o pronome “eu” de diferentes charges delimita regiões da memória discursiva são semelhanças e diferenças que ora tendem a se reduzir, ora tendem a ser acentuadas, o que, acreditamos, depender, também, dos campos de conhecimento dos quais procedem a temática central de cada charge analisada.

A fim de ilustrarmos isso, analisemos, de agora em diante, alguns domínios do interdiscurso e algumas enunciações do âmbito da atualidade, que intervêm no funcionamento do “eu” na cena (6). Posteriormente, estabeleceremos comparação desse funcionamento, com o uso do “eu” nas cenas já analisadas:

Cena (6)



Basicamente, a atualidade dessa cena constitui-se de acontecimentos de linguagem concernentes aos discursos sobre o aquecimento global. Sem a intenção de fechar as possibilidades de análise para essa cena, podemos dizer que (6) comporta, como atualidade, um complexo de noticiários sobre as previsões das condições climáticas do planeta Terra, divulgadas em noticiários diversos das mídias jornalísticas, das conversas espontâneas que caracterizam os nossos momentos de lazer e, em caráter institucional, nas enunciações produzidas em prol da divulgação do “Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática”⁴³.

⁴³ Trecho retirado do relatório do IPCC-ONU, publicado em Paris em 02/02/2007.

À semelhança das análises dispensadas às cenas (4) e (5), interessa-nos assinalar que em “Eu não estou nem aí!”, a relação do pronome “eu” com o restante do enunciado em que este pronome figura não é constituída apenas no nível das relações estritamente lingüísticas, ou seja, o “eu” do enunciado chargístico não tem como base única as suas propriedades morfossintáticas. Tampouco, essa relação é, a nosso ver, uma mera correspondência do pronome pelas figuras caricaturadas que encenam um diálogo na charge em questão. Isso implica apontar os domínios interdiscursivos que intervêm constitutivamente em (6).

Um desses domínios, por exemplo, reúne enunciações sobre o hábito que não só os brasileiros, mas o ser humano em geral tem de se eximir da participação na resolução de problemas relativos a uma determinada coletividade. Ao se ler “Eu não estou nem aí”, acreditamos que esse “eu” é aquele que encapsula dizeres de uma memória interdiscursiva como essa que mencionamos.

Nesse sentido, podemos inferir que o funcionamento do “eu” na cena em questão é um funcionamento marcado pela tensão entre uma memória que arregimenta sentidos como “eu não estou nem aí porque eu não fiz nada para que esse problema fosse agigantado” e uma atualidade “reportada”, principalmente, em trechos de noticiários que dão destaque à manipulação de pareceres que muitas entidades institucionais adotam frente ao problema do aquecimento global, conforme sugere o trecho logo abaixo:

“Pressão de políticos “suaviza” relatório”.

A transformação do calhamaço de evidências científicas que é o sumário técnico em um resumo de poucas páginas voltado aos formuladores de políticas públicas nunca é um processo rápido e tranqüilo, já que cada governo tenta incluir ou retirar dados e declarações de acordo com seus interesses”. (*Folha de S. Paulo*, 07 de abril de 2007).

Ainda no tocante ao “eu” presente na cena (6), entendemos que há um outro embate de memória e atualidade constituindo o funcionamento de tal pronome nessa cena. Desta vez, podemos pensar em uma memória interdiscursiva que dispõe de referentes cujos sentidos trazem à tona uma “não-imediatez” que parte das autoridades competentes costuma dispensar à resolução de problemas graves de interesse público, como é o caso do problema do aquecimento global. Culturalmente, parece que há sempre um hábito de se “deixar para depois” o que se poderia resolver mais imediatamente. Em boa medida, esse domínio de interdiscursividade parece se confrontar com certa falta de preocupação por parte do Governo e de outras autoridades no trato do aquecimento global, tendo em vista que, na óptica de muitos especialistas, é a Europa e alguns países africanos que sofreriam as maiores consequências do aquecimento global: “De implicação para o Brasil, na parte de saúde, não tem nada. A Europa parece estar mais vulnerável”, diz Confalonieri”. (*Folha de S. Paulo*, 07 de abril de 2007).

Por último, não poderíamos deixar de tecer considerações sobre o importante papel das caricaturas na constituição de referência através do pronome “eu” na cena chargística (6). Em uma charge jornalística, necessariamente a presença da caricatura tem de ser associada aos enunciados, uma vez que esse é um gênero notadamente constituído de figuras caricaturadas para encenar, vale dizer, para representar entidades políticas, institucionais e públicas, de um modo geral.

No caso da cena (6), as caricaturas ilustram a figura de duas cidadãs que parecem pouco conscientes ou nada comprometidas com posturas preventivas contra o agravamento do aquecimento global no planeta. Certamente, tal ilustração não é utilizada sem propósito; tem a ver, por exemplo, com a necessidade que o chargista tem de deslizar entre diferentes domínios de memória, para mobilizar referentes ideologicamente destoantes para uma mesma pessoa ou objeto.

Vimos, por exemplo, que o “eu” da cena (6) aponta para cidadãos civis descomprometidos com o aquecimento do planeta; aponta, também, para uma certa falta de empenho das autoridades competentes para o trato da questão ambiental. Essa concomitância caracteriza mais um caso de constituição

pronominal de referência que, a exemplo de (4) e de (5), recortam múltiplos domínios de memória dispersos na interdiscursividade.

Conduzimos nossas análises para o ponto que desejávamos. Em resposta à pauta de análise da seção 3.2.2, parece-nos pertinente o momento para propor que os recortes, estabelecidos a partir da textualidade de (6), são recortes que guardam direcionamentos de sentidos mais significativos em relação àqueles viabilizados em (5) e (6).

Essas diferenças de recorte têm relação com as esferas sociais das quais procedem a temática focalizada em cada charge acima. O “eu” de (6), especificamente, recorta domínios de memória que trazem à baila os interesses individuais que, algumas vezes, envolvem a gestão política de problemas ambientais, como o aquecimento global. Em (4) e (5), por sua vez, o “eu” de cada uma dessas cenas recorta domínios de memória que também põem em evidência alguns interesses individuais, desta vez, porém, aqueles interesses relativos mais diretamente dispensados à gestão de verbas públicas.

Para compreendermos essas justificativas com um pouco mais de profundidade, propomos uma comparação das cenas anteriores com a cena a seguir, cuja constituição de múltipla referência se dá pelos pronomes “você” e “eu”.

Cena (7)



Como atualidade, essa cena reúne um conjunto de enunciações relacionadas a maio de 2006, quando houve uma série de atentados em São Paulo, contra órgãos civis e estatais. Esses ataques foram, de imediato, atribuídos ao PCC _ Primeiro Comando da Capital _ uma facção de crime organizado fundada no ano de 1990, em Taubaté _ São Paulo _ por um grupo de detentos considerados de alta periculosidade. Nessa ocasião, alguns agentes policiais abordavam quaisquer suspeitos que encontrassem pelas ruas, na tentativa de apaziguar ou banir de vez os supostos responsáveis pelos ataques.

A exemplo das demais cenas chargísticas até aqui analisadas, a atualidade da cena (7) constitui-se em um primeiro campo de “referentes” no qual o “eu” da cena em questão se ancora. Regra geral, podemos dizer que a atualidade de (7) tematizava vários aspectos relativos aos ataques. Dentre esses aspectos, os envolvidos nos atentados, o que, sem dúvida, abrangia desde os suspeitos (referentes) mais indicados pela Polícia _ como o líder

Marcos W.H. Camacho, o Marcola _ até alguns cidadãos civis (também referentes) que, sem ter qualquer envolvimento com o crime organizado, eram equivocadamente abordados pela polícia, conforme sugere o trecho abaixo:

Segundo grande parte da mídia, deu a louca na polícia _ que já é louca por definição. Saiu pela cidade a esmo, matando suspeitos para se distrair (...). Como se permite que agentes da lei, pagos pelo Estado, com armas do Estado, assassinem barbaramente cidadãos que deveriam contar com a proteção do mesmíssimo Estado? (*Folha de S. Paulo*, 23 de mai. de 2006; caderno Cotidiano).

A tematização de (7), assim como o tema central das cenas anteriores, parece ser fator determinante da diferença de recorte que o “eu” de cada charge estabelece para si, no âmbito da atualidade.

Na cena em questão, a análise pode contar também com os recortes de referência produzidos pelo pronome “você”, disponível no início e no final da cena (7), uma vez que esta é constituída de um diálogo de caricaturas, dentre as quais uma, a do agente policial, se dirige a um sujeito através do “você” e, este mesmo sujeito lhe responde através do “eu”. Assim, o “eu” e o “você” mantêm relações no nível da textualidade, sejam estas relações entre os enunciados em que tais pronomes figuram, sejam estas relações entre os enunciados e as caricaturas distribuídas no espaço textual da cena. Podemos, nesse sentido, pensar nos “referentes” que o “você” de “Sorria: você está sendo enquadrado” recorta no âmbito da interdiscursividade.

Para começar, interessa-nos caracterizar um pouco do percurso de enunciações em que costuma figurar uma expressão semelhante àquela destacada em fundo vermelho, que inicia a cena (7). Trata-se da expressão “Sorria: você está sendo filmado”, que apresenta um percurso de enunciações cujo tema envolve a segurança pública dos moradores de grandes centros urbanos.

Estruturalmente semelhante à expressão que inicia a cena (7), a expressão “você está sendo filmado” costuma ser empregada na entrada de bancos, recepções de prédios, transportes coletivos e outros ambientes públicos para inibir a tentativa de ação de criminosos.

Nesse sentido, o “você” que inicia a cena (7) é um pronome que recorta domínios diversos e ideologicamente conflitantes da memória interdiscursiva. Um desses domínios reúne sentidos sobre suspeitos inocentes (referentes) que, pelas vestimentas, pela aparência física ou ainda pelos objetos que portam são indivíduos comumente incriminados e aprisionados por agentes de segurança pública. Nesse caso, fica difícil não se pensar em uma memória sustentadora de sentidos sobre o amplo direito de defesa de que qualquer cidadão pode desfrutar, quando acusado. Na prática, muitos cidadãos civis acabam não usufruindo dos direitos que tem, seja por causa do baixo poder aquisitivo que lhes impede de contratar bons advogados, seja pelo abuso de poder que caracteriza a relação entre alguns cidadãos civis e algumas autoridades de segurança. Em síntese, o “você” recorta sentidos sustentados há muito na sociedade brasileira; sentidos que ganham mais destaque aqui na voz do chargista, que convoca o leitor a refletir sobre o direito de defesa muitas das vezes não efetivado ou pouco acessível para aqueles que dispõem de pouca representatividade social ou de poucas condições financeiras.

Ao mesmo tempo em que o “você” em análise recorta domínios de memória como esse que mencionamos, o “você” delimita um outro domínio de memória sobre os “reais” adeptos do terrorismo urbano que, dada a periculosidade que lhes é atribuída pelo Estado e pela sociedade civil, precisam, de fato, ser prontamente detidos. Ainda com relação ao “você” que integra o cabeçalho de (7), poderíamos, sem dúvida, apontar outros recortes de memória constitutivos da referência através desse pronome. Todavia, o nosso intuito não é dar conta da completude de dizeres que intervêm, em alguma medida, na constituição de cada cena. Certamente lidar com a memória interdiscursiva é lidar com uma rede em que os sentidos estão dispersos e, ainda, parcialmente interpretáveis a partir de um acontecimento específico.

Em suma, o “eu” e o “você” de (6) e de (7) permitem-nos vislumbrar variações maiores da ocorrência da multireferencialidade enunciativa no uso de pronomes na textualidade de cada cena, variações essas que são determinadas, nesses casos, pelas diferentes esferas sociais em que se inscreve cada texto.

3.3.4 O papel do chargista na representação de enunciador individual e coletivo por meio da multireferencialidade

Considerando-se que o “você” e o “eu”, presentes na textualidade da cena (7), direcionam para regiões da memória sustentadoras de sentidos amplamente reiterados em escala popular, entendemos que o locutor-chargista consegue instituir, de um lado, o seu papel de enunciador-coletivo que repercute os clamores de boa parte da população brasileira injustiçada mediante as entidades públicas. Esse parece ser o caso das cenas (4), (5) e (6) analisadas anteriormente. De outro lado, o direcionamento estabelecido pelo “você” de (7) permite ao chargista teatralizar o papel de enunciador-individual, por meio do qual esse locutor promove o seu gesto de autoria que tenta incitar no público leitor, uma “nova” reflexão, diferenciada das demais reflexões publicadas quanto ao abuso de poder que algumas autoridades de segurança dispensam injustamente a cidadãos civis sem qualquer envolvimento com o crime urbano.

Mais claramente, os posicionamentos dos chargistas Angeli e Clean em relação a problemas de ordem pública, passam pela necessária teatralização de cada um desses locutores chargistas, ao cumprirem, cada um, o papel de enunciador-coletivo e, ainda, o de enunciador-individual.

O primeiro papel – enunciador coletivo – serve a um resgate das avaliações proferidas em domínio popular, ou seja, é por meio de um enunciador-coletivo que o locutor-chargista (re)produz uma fala semelhante à do povo, indignado com a corrupção e, também, devolve-lhe um parecer sobre esse problema. É isso que firma ainda mais uma importante função social do gênero charge: problematizar questões de interesse coletivo e guiar a opinião pública sobre as mesmas. É esse primeiro papel que faz valer um aspecto da deontologia de uma cena chargística: fazer valer o direito de um chargista, orientando-lhe a estabelecer uma relação de avaliador crítico e/ou humorístico com aqueles para os quais fala, a saber os leitores de jornais e revistas. Nisso consiste uma importância central do papel de enunciador-coletivo.

O segundo papel, o de enunciador-individual, serve ao intuito de Angeli focalizar, a partir do “eu”, regiões da memória interdiscursiva diferentes

daquelas focalizadas por Clean. Em outras palavras, ao teatralizar o papel de denunciador-individual, Angeli focaliza domínios de memória sobre aquele grupo de deputados e senadores que, além de indignados, manifestam publicamente sua indignação por terem suas ações ilegais amplamente questionadas, ao passo que Clean estabelece filiação direta com outras regiões de memória: aquelas sobre o grupo de deputados e senadores que, ao ter vetada a proposta de aumento salarial, tentam evitar a aparição pública, não ousando, assim, manifestar indignação pública como a encenada pelas caricaturas em 4.

Embora tenhamos criado seções nesta análise, os fatores da autoria e de suas representações na “pele” de enunciadores devem ser entendidos juntamente com a questão da tematização e das esferas sociais se comparadas as cenas (4), (5) e (6), tal como já havíamos proposto anteriormente.

Tal variação, conforme mencionamos na fundamentação metodológica, acontece mesmo que, morfossintaticamente, os pronomes cumprem função idêntica nos exemplares de charge mencionados. Tal variação acontece, ainda, mesmo que, enunciativamente falando, os pronomes têm a referência peculiarizada por um mesmo modo de enunciar, a saber a multireferencialidade enunciativa.

3.3.5 Multireferencialidade enunciativa de caráter genérico

Dando seqüência ao que havíamos apontado nas diretrizes de análise, (seção 3.0), temos agora de refletir um pouco, ainda que sem muita profundidade, sobre a concomitância da multireferencialidade enunciativa com a genericidade enunciativas. Que efeito uma reflexão como essa surtiria em nossas análises?

Pois bem. Tentaremos abordar a questão a partir das cenas chargísticas (8), (9) e (10). Iniciemos a tarefa com a análise da cena (8):

Cena (8)



A atualidade dessa cena temporaliza acontecimentos enunciativos divulgados, principalmente, no segundo semestre de 2007, quando o então presidente do Senado, Renan Calheiros, fora acusado de receber propinas para custeio de despesas pessoais. Nessa ocasião, o Senador tivera um tempo para articular sua defesa e, esgotado esse período, ele fora submetido a uma sessão de cassação de seu mandato, sessão esta que deveria ser secreta, sem a participação de outros deputados e sem o acesso de cidadãos civis brasileiros.

Segundo Cristóvam Buarque, um então Senador do PDT, uma sessão secreta feriria o direito do “povo brasileiro, de tomar conhecimento das decisões de interesse coletivo”⁴⁴. Para Mello, ministro do STF, a sessão também deveria ser de conhecimento de todos que desejassem assisti-la⁴⁵.

Nessa audiência, Calheiros fora absolvido pelo Conselho de Ética, mesmo não conseguindo provar que o dinheiro empregado para resolução de problemas pessoais provinha de negócios agropecuários gerenciados por ele

⁴⁴ Cf. vídeo de reportagem, gravada pelo *Jornal Nacional* no dia 12 set. 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Política/>.

⁴⁵ *Idem*.

próprio, e não por um terceiro _ o lobista Gontijo, integrante da empreiteira Mendes Júnior.

Tal caso repercutiu amplamente entre muitos parlamentares, segundo os quais o Senado Federal teria sua imagem prejudicada pela absolvição de Calheiros, já que a primeira postura que se espera de um representante da Casa é, sem dúvida, uma postura de ética e compromisso. Como era de se esperar, o caso Renan Calheiros tornou-se amplamente conhecido pelo público, através dos órgãos de imprensa, mesmo antes de o Presidente do Senado vir à sessão de cassação.

Na ampla divulgação do caso Renan, podemos levar em conta uma memória de sentidos sobre o desinteresse ou a pouca indignação de muitos cidadãos em questões coletivas, sobretudo as questões que envolvem figuras políticas sublimes no Senado Brasileiro, como é o caso de Calheiros, dada a sua importância no Senado Federal, e o que ele fez de grave a ponto de ferir os interesses da Democracia Brasileira.

Tomar o “você”, articulado na textualidade da cena (8), é considerar que esse pronome referencia vários domínios de memória, dentre eles, esse que acabamos de indicar. Sem dúvida, esse domínio de memória possibilita recortes de sentido que há muito são requeridos em textos de cunho marcadamente opinativo, como parece ser o caso de artigos de opinião, por exemplo.

Esses sentidos apontam para uma significativa parcela dos cidadãos brasileiros, que é alheia ou desinteressada sobre as atitudes, sobre a procedência e sobre os reais propósitos de nossos representantes na política brasileira, o que se comprova pelo emprego da expressão “Não conheço, não quero conhecer e tenho raiva de quem conhece”, popularmente utilizada para se expressar desinteresse ou raiva por alguma pessoa ou objeto.

Outro domínio de sentido, referenciado pelo “você”, pode ser levantado a partir da relação orgânica que esse pronome assume com as caricaturas de vacas, empregadas na textualidade da cena (8). Podemos entender que esse domínio traz à baila a memória de usos da expressão popular “A vaca vai para o brejo”, que diz respeito aos problemas de alcance coletivo não solucionados ou não esclarecidos, o que leva muitos ao “brejo”, vale dizer, ao prejuízo de várias ordens, sobretudo a econômica. Isso justifica a ilustração de vacas na

charge que, aí personificadas, fazem o papel de cidadãos que, a exemplo das socialites ilustradas na cena (6), “não estão nem aí” ou pouco inteirados sobre problemas de interesse coletivo. Nesse aspecto se aproxima a constituição de referência do “você” de (8) com a constituição de referência do “eu”, empregado na cena (6).

Ainda com relação ao “você” de (8), entendemos que essa ocorrência pronominal aponta sentidos, histórica, judicial e popularmente sustentados, de que o presidente do Senado Federal deveria ser o primeiro a cumprir, durante o seu mandato, as normas determinadas em enunciações sustentadas pelo Conselho de Ética Pública, como exemplifica o trecho a seguir: “É proibida a aceitação de presente dado por pessoa, empresa ou entidade que tenha interesse em decisão da autoridade ou do órgão a que esta pertença.”⁴⁶

Domínios de sentido como esse que acabamos de apontar contrastam-se com a atualidade da cena (8), a partir da qual temos uma referência do “você” a um Calheiros (referente) que, segundo acusações, era o primeiro a descumprir o Código de condutas sobre presentes, e que, inclusive, tentava se eximir do flagrante assim como ratos tentam fugir, o que é interpretável pela relação do “você” com o grito “Olha o rato! Olha o rato!”.

Passemos, agora, à reflexão sobre a genericidade referencial que o “você” adquire na textualidade de (8), ainda que reconheçamos a predominância da multireferencialidade enunciativa no uso desse pronome na textualidade da cena.

A genericidade do “você” de “Você conhece o Renan?” decorre, em primeira instância, do fato de que o pronome é organicamente ligado à expressão “Não conheço, não quero conhecer e tenho raiva de quem conhece!”.

Dito isso, temos de salientar que os locutores que pronunciam essa expressão atualizam um dizer, cuja história de usos remete-se a um amplo perfil de pessoas que são desinteressadas, ou alheias à resolução de problemas de ordem coletiva. Em outras palavras, a vaca “referenciada” pelo “você” em análise, tem sua significação determinada pela relação orgânica dessa caricatura com o “você” da sentença, mas também, e inclusive, tem sua

⁴⁶ Norma número 1 estipulada pelo Conselho de ética pública, disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/cepub, consultado em janeiro de 2008.

significação afetada por uma rede de pessoas que manifestaram descaso ou desinteresse com a falta de postura de Renan Calheiros, como foi sugerido por aquelas enunciações que concernem à atualidade da cena (8).

Esse é um dos motivos que nos levam a acreditar que o “você” de (8) tem seu uso na cena orientado por uma genericidade mais “fechada”, isto é, mais delimitada que a genericidade do “Quem” de expressões como a de número (3), exemplificadas na cena propagandística disponível na seção 1.8 do primeiro capítulo da dissertação.



Tampouco a relativa genericidade da cena (8) tem uma amplitude referencial tão aberta quanto a do “Quem” de enunciações proverbiais como

(exemplo 9) *Quem planta, colhe;*

(exemplo 10) *Quem espera sempre alcança.*

Isso se explica pelo fato de que os provérbios são enunciações que adquirem um “(...) tom de verdade, ou de elevação”, conforme aponta Dias (2007, p.323) e por isso o “Quem / Aquele que” que constitui sua materialidade

lingüística encapsulam⁴⁷ um amplo perfil de pessoas que se identificam com a predicação lá proposta⁴⁸.

Também atribuímos o “fechamento” do “você” de (8) à relação que esse pronome contrai com o gênero chargístico. Nesse caso, a amplitude do “você” é, de fato, mais específica que a amplitude dos exemplos recentemente arrolados, haja visto que o chargista fala de uma região do interdiscurso que o autoriza a promover uma espécie de *fórum* público. O que queremos dizer é que o “você” de (8) se coloca na textualidade dessa cena, como a entrada na enunciação para aqueles leitores, e somente aqueles leitores que se vejam afetados, incomodados com a pouca mobilização social contra atitudes anti-éticas, como foi a do então Presidente do Senado Renan Calheiros, em meados de junho de 2007. Em síntese, esse é um segundo motivo que nos leva a acreditar que o “você” de (8) tem seu uso na cena orientado por uma genericidade mais “fechada”.

Uma terceira consideração se faz pertinente e indispensável aqui para diferenciarmos a amplitude do “você” de (8) com a amplitude do “Quem / Aquele que” proverbiais.

Trata-se da concomitância de modos de enunciação que já havíamos apontado na fundamentação metodológica do presente trabalho. Sem o compromisso de desenvolver uma análise aprofundada sobre isso, assinalamos aqui que o “você” funciona orientado pela genericidade referencial apontada – alcançar um amplo perfil de cidadãos alheios ao caso Renan – mas funciona, também, orientado por uma multiplicidade referencial. Inclusive, não é demais reiterar que a multiplicidade é o modo de enunciação preponderante nesse caso; orienta com predominância a relação do pronome com a textualidade de (8). É, pois, em função da mescla de multiplicidade com genericidade que a amplitude do “você” em análise se diferencia da amplitude dos “Quem / Aquele que” mencionados.

A interseção dos modos de enunciar multireferencial e genérico parece ser o caso de tantas outras cenas chargísticas por meio das quais se pretende

⁴⁷ O termo “Encapsular”, nesse sentido, é usado como sinônimo de uma forma que guarda uma rede de significados, embora não consideremos essa forma enrijecida o bastante para fechar novas possibilidades de integração de significados.

⁴⁸ O Grupo de Estudos da Enunciação da FALE / UFMG tem desenvolvido reflexões que procuram abordar a amplitude referencial do “Quem / Aquele que” no corpo de enunciados, sendo que esses termos são estudados na condição de ocupadores do lugar de sujeito gramatical.

oferecer humor crítico a um amplo perfil de leitores, ainda mais quando nas cenas analisadas houver o uso de pronomes como é o caso do “eu” de “(...) e pensar que eu já tive a língua presa”, presente na cena (9):

Cena (9)



Observemos que o segundo uso do “eu” nessa cena é orientado primeiramente por uma multiplicidade e por uma genericidade, em nível secundário, talvez.

A multiplicidade se explica pelo fato de que o “eu” mantém relação orgânica com a caricatura do presidente Lula, cuja fala apresenta características fonológicas de alguém que, de fato, tem a língua presa.

Ao mesmo tempo em que o “eu” aponta para o “objeto” Lula, o pronome recorta uma memória de sentidos que sustentam um perfil de pessoas, relativamente amplo, que se vêem, de alguma forma, envolvidas com expressões como “Cala a boca”; “boca fechada”, “Quem fala muito dá bom dia a cavalo” e assim por diante, expressões essas utilizadas para debochar ou humorizar o pronunciamento inoportuno de pessoas. Ou seja, há um domínio de memória como esse que acabamos de mencionar constituindo

decisivamente o uso do “eu” de (9), ainda mais porque a atualidade da cena nos conta sobre um momento delicado do mandato de Lula, quando ele teria pronunciado indevidamente algo que afetasse sua imagem enquanto presidente e enquanto suposto candidato à reeleição.

Para entendermos melhor isso, vejamos o que a atualidade da cena temporaliza. O presente dessa cena enunciativa congrega enunciações relativas ao terceiro ano do primeiro mandato de Lula, quando, segundo informações não oficiais, ele pleiteava a conquista de um segundo mandato, a vigorar entre os anos de 2007 e 2011. Nesse sentido, consideramos que a atualidade compreende, ou melhor, está reportada em noticiários que a imprensa jornalística divulgara a respeito da transição presidencial e, mais especificamente, a uma reportagem sobre uma crise na economia brasileira, publicada na mesma edição em que a charge acima fora divulgada. Nessa reportagem, o editor reportava-se, de um lado, a um episódio que comprometia a permanência do então ministro da fazenda Antônio Palocci no Governo Lula. De outro lado, o editor fazia menção à postura do presidente diante de tal episódio, o que comprometeria, também, a sua permanência no cargo.

Esse episódio pode ser compreendido, em boa medida, pela declaração da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que desclassificava ferrenhamente a política de Palocci, por considerá-la pouco flexível. Uma das justificativas dessa crítica era o baixo crescimento do PIB – Produto Interno Bruto – mensurado em 3%, índice muito baixo naquele momento do ano, se comparado aos de outros países emergentes, como China, Rússia, Indonésia, Argentina, dentre outros. Além disso, a taxa de desemprego em outubro daquele ano também comprometia a longevidade de Palocci no Governo: segundo pesquisas do IBGE, quase não houvera abertura de vagas (9,6%) em novembro, mês próximo do Natal, período em que a oferta de empregos normalmente costuma aumentar, principalmente no comércio. Na ocasião, Lula teceu um elogio a Palocci, considerado por Rousseff como ridículo e incoerente: “Mexer no Palocci seria o mesmo que tirar o Ronaldinho do Barcelona. Ele é de uma competência acima da média das pessoas que já passaram pela Fazenda no Brasil” (ARRUDA; CUNHA, 2005, p.26-9). Caso não retificasse em público o que declarou, o presidente poderia ver sua reeleição comprometida, já que o acontecido precedia o primeiro semestre de

2006, quando ele deveria buscar, junto ao eleitorado brasileiro, um favoritismo e uma credibilidade para lograr um segundo mandato.

Talvez se pudesse dizer, principalmente com a citação acima, da fala de Lula, e com o lide da reportagem – “Índices sobre desemprego e renda dão sinais de que a política econômica perde fôlego e o ministro da Fazenda afrouxa a corda para não perder a majestade” – que a revista *Isto é* pretendia colocar mais ainda em relevo as críticas à declaração descuidada do presidente. A publicação da cena (9) é um dos indícios que temos para corroborar essa pretensão da revista, no sentido de que as charges jornalísticas normalmente servem à pretensão de crítica que alcance um amplo grupo de leitores interessados no problema tematizado.

Temos, aí, os primeiros elementos para se pensar no funcionamento do pronome “eu” na cena em análise. De acordo com a perspectiva teórica da enunciação que norteia a nossa discussão, a funcionalidade do pronome “eu” na charge não se estabelece unicamente em virtude da articulação do pronome com outros termos da superfície textual da cena. Além disso, na perspectiva teórica da enunciação, fazer análise do funcionamento do pronome “eu” na cena enunciativa (9) não é analisar como a circunstância política relatada orienta o uso do pronome na interlocução: “Analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente”, (GUIMARÃES, 1999, p.114).

No caso da cena, o Locutor mobiliza referentes e sentidos consolidados em uma memória de enunciações que circularam em, no mínimo, dois campos: o da política e o da sabedoria popular. Noutros termos, o Locutor-chargista mobiliza da memória histórico social, diferentes percepções sobre um “objeto”, sobre uma “entidade governamental”, de modo que estes assumam uma múltipla significação, ancorada na rede de enunciações históricas.

No caso da cena em análise, o pronome “eu” é usado, basicamente, para fazer remissão a um “Lula presidenciável” e, ao mesmo tempo, a um “Lula não-presidenciável”, o que se dá por uma simultaneidade verificada em nível textual e, ao mesmo tempo, em nível interdiscursivo.

Quanto à interdiscursividade, o “eu”-Lula é amparado por domínios de memória sustentadores de enunciações que enalteceram a trajetória de Luiz

Inácio Lula da Silva, de cidadão comum a homem público, às quais provavelmente ele recorreria quando se aproximassem as eleições presidenciais de 2007.

Um desses domínios constituiu-se, por exemplo, de enunciações como o discurso de posse proferido em 1º de janeiro de 2003, pelo qual o locutor-presidente lança o Programa Fome Zero, um dos pontos de apoio do locutor para se fazer passar como a esperança e a solução para problemas crônicos brasileiros, como a fome.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim⁴⁹.

Interessa, para o Locutor-chargista, mobilizar sentidos como esse – de pretensão de resolução dos antigos problemas brasileiros – e aproximá-los com a atualidade da charge, noticiada pela imprensa jornalística, tendo em vista a necessidade de se conscientizar a opinião pública a respeito das discrepâncias que é possível averiguar em problemas brasileiros de ordem política bem como de ordem econômica, cultural, cotidiana, ecológica.

É a partir desse embate, isto é, a partir do confronto da memória com a atualidade que a articulação entre “eu” e “sou candidato” ganha pertinência na materialidade textual da cena, para se sugerir aos leitores que, o “eu” de “eu sou candidato” referencia, simultaneamente, “um Lula presidenciável” e “um Lula não-presidenciável”.

Além disso, é a partir do embate entre memória/atualidade que uma análise de ordem puramente gramatical encontra os seus limites. Com efeito, o emprego do “eu” na cena em pauta não é uma mera atualização da cadeia de pronomes pessoais de que a língua dispõe. Além disso, não é um uso meramente com a função de substituir estruturalmente o referente-substantivo “Lula”, o que tem validade para as outras cenas chargísticas que iremos

⁴⁹ Trecho do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro de 2003, disponível em www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1.cfm. Acesso em outubro de 2007.

analisar no presente capítulo. O “eu” articula-se com outros elementos da tessitura textual da cena (9), a saber, a expressão “Boca Fechada”, que por sua vez, pode ser considerada um recorte de enunciações circunscritas em domínios da memória interdiscursiva.

Como exemplo, cabe-nos lembrar das enunciações emolduradas em épocas de consolidação da Bíblia Sagrada, a qual reúne versos escritos por Salomão, a propósito da sabedoria humana. Como exemplo, vale ressaltar, aqui, o verso “Até o insensato passará por sábio, se ficar quieto” – (Provérbios 17, v.28a)⁵⁰. – para tornar corrente um conselho acerca do momento de um dever falar, suas conveniências e suas inconveniências, quando desrespeitado por alguém que não tenha comedimento ao se pronunciar.

Expressão ressonante disso foi e é continuamente produzida, no âmbito da sabedoria popular. A título de ilustração, o domínio popular brasileiro, em suas mais variadas nuances locais, abriga as seguintes expressões: “Boca fechada não entra mosquito” (MG), “Cala-te boca” (MG), “Abafa o caso” (MG), “Boca que fala, não mastiga” (MS), “Boca calada é remédio” (BA); no domínio popular castelhano, inclusive, dizia-se “No tener pepitas en la lengua”, para fazer menção a partículas presas na língua das galinhas, obstruindo-lhes o cacarejo. Quando não existissem, o cacarejo ficaria livre, solto e, provavelmente, descontrolado, incômodo, talvez pela desafinação dos sons produzidos.

Em resumo, temos um caso de funcionamento pronominal na charge que implica um Locutor-chargista preocupado em sugerir uma “dupla possibilidade de ancoragem” (DIAS, 2005) dos pronomes pessoais, a “objetos” demarcados nas textualidades da charge e dos noticiários e, ainda, a “objetos” cuja natureza está dispersa no interdiscurso.

Mesmo quando não houver o uso de ditados populares, a concomitância da multiplicidade e da genericidade enunciativa parece ser o caso de cenas como a que segue, analisada, desta vez, de forma breve, em virtude do espaço destinado ao desenvolvimento do segundo capítulo.

⁵⁰ A BÍBLIA SAGRADA. Ver Referências Bibliográficas.

Cena (10)



O “você” do enunciado destacado na parte inferior de (10), de acordo com as análises que viemos desenvolvendo até aqui, aponta para a atualidade dessa cena, para as caricaturas aí empregadas e, também, para os domínios de interdiscursividade que aí intervêm constitutivamente. E é no confronto de “objetos referentes” situados em uma atualidade com aqueles arregimentados em regiões do interdiscurso que o funcionamento do “você” de (10) pode começar a ser entendido.

Em linhas gerais, a atualidade dessa cena define-se por um aglomerado de enunciações sobre o uso indevido de cartões corporativos concedidos a funcionários públicos, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 2001. A concessão estava condicionada à prestação de contas dos gastos de funcionários em problemas emergenciais. O agravante foi que o uso do cartão passou a ser cada vez mais indevido no decorrer dos anos de 2001 até o momento atual (1º semestre de 2008), o que ganhou cada vez mais visibilidade na imprensa jornalística, até eclodir bombasticamente no governo Lula.

Nesse sentido, podemos dizer que a multireferencialidade do “você” se estabelece nas múltiplas direções enunciativas que esse pronome adquire na cena: o “você” de (10) aponta para as enunciações que formam a atualidade da cena; apontam para as caricaturas aí ilustradas, que encenam momentos de lazer dos quais nem todos os cidadãos brasileiros podem desfrutar, sobretudo aqueles de baixo poder aquisitivo; o “você” recorta, também, domínios do interdiscurso, que se presentificam na cena sob a forma de espaços de memória. Uma dessas memórias diz respeito àqueles sentidos como os evocados pelo “você” da cena (7); sentidos sustentados numa rede de acontecimentos enunciativos passados, que foram e continuam sendo a base para a produção de dizeres; trata-se de dizeres sobre a posição subalterna, economicamente falando, em que se encontra boa parte da população brasileira em relação à elite econômica do Brasil, sobretudo a parte dessa elite representada por alguns integrantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, aos quais é delegado o Cartão Corporativo, como sugere a caricatura de um político em (10).

Ainda com relação à multiplicidade referencial do “você” de (10), um dos aspectos mais importantes que queremos mostrar é que o pronome aponta para, no mínimo, dois perfis de pagantes da fatura dos Cartões Corporativos: os pagantes que são titulares dos respectivos Cartões Corporativos; os pagantes – indiretos, que acabam assistindo ao desvio de verbas públicas, em prol de falcaturas políticas praticadas por alguns representantes da política.

Visto que quase todos os cidadãos civis, independentemente do poder aquisitivo, são obrigatoriamente contribuintes do Governo, por via dos impostos pagos, a cena chargística tenta envolver esse “quase todos” no tema em pauta. Para isso, o “você”, ainda que orientado pela multireferencialidade que acabamos de analisar, sofre, também, a orientação da genericidade referencial, uma vez que somos muitos os contribuintes que, involuntariamente, nos encontramos na condição de pagantes das mordomias vividas por alguns governantes, sobretudo por aqueles a quem as mídias jornalísticas dispensam maior enfoque:

“Matilde Ribeiro – A ex-ministra da Igualdade Racial, campeã nos gastos com cartão corporativo em 2007, acumulou 171 500 reais em despesas, incluindo uma compra num *free shop* e pagamentos em

bares e restaurantes no período em que estava de férias. Caiu no último dia 1º [de fevereiro]”, Veja, 13 de fevereiro de 2008, p.55.

Mesmo tendo o seu uso afetado também pela genericidade enunciativa, além é claro da predominância da multiplicidade enunciativa, acreditamos essa genericidade é mais pontual que a genericidade que orienta a relação dos pronomes “Quem/ Aquele que” na textualidade dos provérbios. O motivo disso consiste, principalmente, no fato de que são apenas aqueles grupos de reivindicações (enunciações) de pessoas mais incomodados com o referido problema, que servirão de escopo referencial para o “você” de (10).

O efeito de uma análise como a que acabamos de desenvolver para o nosso trabalho consiste em um maior conhecimento, ou seja, consiste em uma caracterização relativamente avançada da multireferencialidade enunciativa. Assim como a relação que traçamos entre essa noção e as noções de polissemia, homonímia e ambigüidade, (seção 2.5, capítulo 2), a relação dos referidos modos de enunciação se constituem em pontos de partida para futuros trabalhos.

3.3.6 Multireferencialidade enunciativa de caráter especificador

Refletiremos sobre a relação entre especificidade e multiplicidade enunciativa a partir da cena (11), em comparação com as cenas (8), (9) e (10). Em seguida, apontaremos o efeito que uma reflexão como essa pode surtir em nossas análises.

Cena 11



Sem dúvida, o “você” de (11) contrai relação com a textualidade dessa cena quando pensado em relação à atualidade que lhe confere uma temporalidade e, também, aos domínios do interdiscurso que aí intervêm decisivamente sob a forma recortes de memória.

Esse “você” delimita escopos de referência nos acontecimentos constituídos, principalmente, no âmbito das mídias jornalísticas e, por essa razão, podemos dizer que o pronome se ancora em “referentes” aí sustentados, sobre um suposto dossiê contendo gastos de despesas relativas ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse caso, o “você” ganha ancoragem em trechos de enunciações como aqueles destacados na passagem a seguir:

Ou mentiram sobre o "banco de dados", que, na verdade, é dossiê (aliás, era arquivado), ou não têm, nem um nem a outra, a menor idéia do que se passa nas salas ao lado das suas (ou acima ou abaixo, sabe-se lá). Caem no ridículo também outros membros do governo que cobraram a revelação das fontes. Fingem ignorar que preservar a fonte é um direito dos jornalistas, como todo mundo sabe. E é também má-fé, porque trata de pôr no mesmo pé quem preparou a mensagem (um "crime", no dizer de nota oficial da própria Casa Civil) e o mensageiro (quem a divulgou). (Folha de São Paulo, 05 de abril de 2008, seção Editoriais). (destaques nossos).

Esse é um exemplo de resposta polêmica que a imprensa devolveu à indignação do presidente e da ministra Dilma Roussef, o que foi encenado na cena (11), principalmente, por meio da figura de um abacaxi. Fica difícil não reconhecer que o “você”, nesse caso, contrai uma relação orgânica com a figura do abacaxi, que, por sua vez, recorta uma memória sustentadora de sentidos de que toda vez que nós, brasileiros, temos uma polêmica a resolver, temos um “abacaxi para descascar”. No cruzamento dessa memória com a atualidade de (11), concluímos que o “você” constitui referência a uma “Dilma-problema” ou “Dilma-polêmica”, ou seja, na ótica da mídia, de um modo geral, Dilma, responsabilizada por muitos pelo vazamento das informações, é assemelhada a um “problema-abacaxi” a ser descascado, ou melhor, entendido por Lula, que, por sua vez, já enfrentava outras “dores de cabeça” durante seus dois mandatos presidenciais.

Sem mais demora na análise da cena (11), entendemos que a multireferencialidade orienta o “você”, de modo que este aponte para a idéia de alguém que pudesse oferecer solução e controle de informações sigilosas do governo federal e, ao mesmo tempo, para a idéia de uma pessoa envolvida em complicações e vazamento dessas informações, vazamento que, na ótica de grande parte da imprensa, é atribuído à ministra Dilma Roussef. Daí a relação do “você” com a figura do abacaxi.

Especificamente à amplitude referencial que esse “você” alcança na textualidade de (11), entendemos que há uma maior delimitação do escopo referencial do pronome, contrariamente ao pronome “você” usado na cena (8) e ao “você” presente em (10), cujas respectivas orientações, dadas principalmente pelo modo de enunciar multireferencial, adquirem o caráter de uma multireferencialidade mais ampla, isto é mais genérica.

Com a relativa especificidade do pronome “você” em (11), o chargista Son Salvador deixa de ser visto na condição de sujeito de intenções próprias e passa a ser visto como aquele que é tomado pelo funcionamento enunciativo do gênero charge, historicamente voltado para o envolvimento e para a formação da opinião pública. Relativamente à cena (11), esse envolvimento se dá em prol de simbolizar a ministra como aquela que representa uma ameaça à ética do governo Lula, ou a uma suposta tentativa de Dilma em

“descortinar” falcatruas de governos passados para conseguir se eleger nas próximas eleições presidenciais.

Para exemplificar um pouco mais a concomitância dos modos multireferencial e especificador em uma cena, tratemos da 1ª ocorrência do pronome “eu” de “Issaí! Eu sou candidato”, presente na cena (9).

Embora tenhamos reconhecido que a 2ª ocorrência de “eu” em (9) é peculiarizada pela multireferencialidade e pela genericidade enunciativas, acreditamos que a 1ª ocorrência do “eu” da cena é afetada pelo modo especificador, haja visto que a imprensa, na ocasião da atualidade daquela cena, queria dar ênfase aos rumores (não-oficiais), de que Lula concorreria de fato a um 2º mandato como presidente. Ou seja, o 1º uso do “eu” possibilita referência a um Lula de um primeiro mandato e, também, a um Lula de um segundo possível mandato, o que se explica pelos recortes de memória que aí intervêm, pela atualidade e pela textualidade da cena.

Assim sendo, estamos diante do 1º uso do “eu” que é regulado por uma multireferencialidade decisivamente mesclada ao modo especificador. Ou seja, a duplicidade de escopos referenciais do 1º eu ocorrem em função de apontar para uma faceta “realista” e uma faceta “ficcional” do presidente. O que importa, pois, é que o “eu” delimita um campo de referência cujos sentidos são relativos ao presidente da República e não a um amplo grupo de pessoas que se encaixem na enunciação desse “eu”.

3.4 A predominância da multireferencialidade enunciativa na constituição da normatividade de cenas chargísticas

Conforme tentamos ilustrar, parece ser comum o uso de pronomes “eu” e “você” na textualidade de cenas chargísticas, orientado pelo que caracterizamos como multiplicidade referencial, ou multireferencialidade enunciativa.

Consideremos a cena a seguir:

Cena 12



Esse procedimento enunciativo, via de regra, costuma orientar a relação dos pronomes com a textualidade de cenas chargísticas de modo que o leitor se veja envolvido pela trama textual e incomodado pelo jogo de linguagem que se estabelece em cenas enunciativas como essa.

Ao ocorrer isso, o leitor acaba tendo seu olhar direcionado para um “objeto-referente”, como é o caso do aluno assentado na carteira de sala de aula, e depois, é convidado a refazer o direcionamento referencial que o “você” sugere, desta vez, à carteira da sala de aula.

Entretanto, ao ser convidado a participar dessa duplicidade de “referentes”, não queremos dizer que tal duplicidade seja proposta na cena (12) para ser resolvida. Pelo contrário, a multiplicidade necessita da simultaneidade de sentidos, sendo que esses sentidos são sustentados no presente da cena em análise, como também, em uma memória sustentadora de sentidos efetivados em outras instâncias e momentos enunciativos. Estamos tratando daqueles sentidos segundo os quais a gestão da educação pública no Brasil prioriza mais os recursos materiais que o elemento humano, o que pode ser

interpretado pela relação orgânica que o “você” contrai com a caricatura do aluno e, ao mesmo tempo, com a figura da carteira de aula personificada, que ganha, na cena, o atributo de alguém que recebe atenção, vale dizer, investimento “nota 10”, por parte dos gestores da educação pública, em detrimento do componente humano – professores e alunado – que, em termos salariais, costumam receber baixo investimento, isto é, investimento “nota E”.

Análises como as que desenvolvemos reiteram a tese de Guimarães, segundo o qual a questão da referência deve ser estudada como “a particularização de algo na e pela enunciação”, (GUIMARÃES, 2005a, p.9). Ou seja, o acontecimento é ponto de partida para se estudar a língua em uso, um uso atrelado à atualidade e à rede histórica de enunciações.

É com base em Rastier (1998, 2000), Rastier; Pincemin (1999) e com base em Foucault (1996), ambos mencionados na seção 1.5 do capítulo 1, que desenvolveremos, de agora em diante, uma breve reflexão sobre a relação entre a multireferencialidade e uma normatividade que subjaz o gênero charge jornalística. Caminharemos, assim, no sentido de um encerramento para o presente capítulo.

Acreditamos que a normatividade do gênero charge jornalística está longe de ser integralmente alcançada. O que aqui oferecemos é uma contribuição para tal propósito. Uma contribuição fundamentada nas análises desenvolvidas, as quais nos permitem afirmar que as “leis do dizer” que viabilizam a publicação diária de cenas chargísticas eficazes no que diz respeito à captação de um público envolvido pelo humor e pela crítica, são “leis do dizer” consolidadas pelos seguintes fatores: a) o agenciamento que uma cena chargística oferece àquele que diz, para que este estabeleça filiação a regiões do interdiscurso e se veja envolvido em recortes dessa dimensão que intervêm em uma cena sob a forma de espaços de memória; b) o modo de enunciação multireferencial, que orienta, predominante e recorrentemente, a relação do “eu” e do “você” nas textualidades chargísticas, modo este que sistematiza os recortes efetivados no âmbito da interdiscursividade; c) o compromisso temático de uma cena com enunciações situadas no âmbito de uma atualidade que lhe é relativa; d) a necessária relação orgânica que os pronomes contraem com as caricaturas e com outras estruturas lingüísticas disponíveis na textualidade das cenas.

Falar de normatividade do gênero em pauta contribui, ainda, para o desenvolvimento da Semântica de normas, também denominada Semântica de Textos, representadas aqui pelos trabalhos de Rastier (1998, 2000) e Rastier; Pincemin (1999). Relativamente a essa questão, trazemos o que Rastier; Pincemin (1999, p.87.) visam a respeito da noção de gênero enquanto princípio organizador de textos que, reunidos de acordo com uma prática social e de acordo, também, com traços lingüísticos comuns, formam um corpus ou subcorpus válido, como o que apresentamos na fundamentação metodológica e que foi submetido a análises no terceiro capítulo. Em nosso caso, o subcorpus analisado bem funcionou como árbitro das regularidades e das variações da multireferencialidade enunciativa que as diferentes formulações chargísticas apresentaram. É o que sugere Rastier na passagem a seguir:

Les genres textuels sont un paramètre importante la construction d'un corpus. (...) Les genres sont déterminés par les pratiques sociales. Ils sont reconnus et décrits par la linguistique, car c'est une réalité intertextuelle, par laquelle peuvent s'expliquer certaines affinités et certaines régularités entre des textes.

Isso corrobora em boa medida o que Bakhtin (1992, p.282) havia nos apontado acerca dos gêneros discursivos:

Se os gêneros do discurso⁵¹ não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.

De fato, é como Bakhtin já nos havia sinalizado: se tivéssemos de inventar sempre um gênero de texto para mobilizar a atenção de um público para finalidades como as apontadas para a charge jornalística, ser-nos-ia impossível uma relação entre aquele que fala e aqueles para quem se fala. É graças às regularidades que vislumbramos, que o chargista tem um parâmetro a seguir e, ao mesmo tempo, regras a deslocar, isto é a variar, o que lhe confere a possibilidade de individualização com relação a outros chargistas.

⁵¹ A gêneros do discurso, Bakhtin (1992, 262) denomina os "tipos relativamente estáveis de enunciados" que cada esfera social (campo de atividades) elege como formas para uma efetiva comunicação.

Graças às regularidades apontadas, o presente trabalho pôde contribuir com a semântica de normas, que se ocupa em traçar uma estereotipia e uma doxa para o léxico relativo a um gênero. A propósito disso, Rastier (2000, p.7) aponta : “(...) l’étude de la stéréotypie permet de lier les occurrences de lexies à des formes textuelles”⁵². Como exemplo disso, o autor cita (...) *le corpus roman 1830-1970 de la banque Frantext* através do qual o autor procede a uma breve reflexão sobre a relação que as expressões “ao pé de” e “aos pés de” adquirem no referido corpus. Composto de mais de 350 ocorrências, Rastier observou que “(...) dans le même corpus, *au pied de* (singulier) est toujours un localisant dans une description, *aux pieds de* (pluriel) appartient toujours à un récit d’imploration ou de vénération (...)”⁵³.

As palavras de tais expressões no corpus mencionado têm seu uso presidido pela doxa que, segundo Rastier (2000, p.8), tem sua concretização mais simples em um léxico: “la doxa commande en effect la constitution des classes lexicales minimales (taxèmes), et par là la définition différentielle des sémèmes et des sèmes em leur sein”⁵⁴.

Na seqüência, Rastier reconhece que o estudo da doxa é solucionador das reflexões que se ocupam da relação entre léxico e texto, uma vez que há sempre a questão da ideologia a se pensar:

l’étude des normes sémantiques, en tant qu’elles manifestent ou instituent des doxa, peut permettre de revenir par un voie nouvelle au problème du rapport entre idéologies et formations discursives, posé non plus au sein d’une philosophie politique, mais des sciences du langage⁵⁵.

Rastier apenas coloca a questão da ideologia como direção de pesquisa em seu trabalho, o que não é o nosso caso, pois tentamos ilustrar com as nossas análises, as regularidades morfossintáticas comuns aos pronomes “eu” e “você” como regularidades apenas, e não regras, além do fato

⁵² Os estudos da estereotipia permitem ligar as ocorrências de lexias às formas textuais. (Tradução nossa).

⁵³ (...) o mesmo corpus, ao pé de (singular) é sempre um localizante em uma descrição, ao pé de (plural) pertence sempre a um ato de imploração ou de veneração (...).(Tradução nossa).

⁵⁴ A doxa comanda de fato a constituição de classes lexicais mínimas (taxemas) e por aí a definição diferencial de sememas e de semas em seu interior. (Tradução nossa).

⁵⁵ O estudo de normas semânticas, na medida em que elas manifestam ou instituem doxa, pode permitir o retorno, por uma nova via, do problema da relação entre ideologia e formações discursivas, colocadas não mais no âmago de uma filosofia política, mas de ciências da linguagem. (Tradução nossa).

de que a morfossintaxe de um pronome, qualquer que seja a cena onde ele for usado, é uma morfossintaxe, incontornavelmente, afetada pela interdiscursividade e, além disso, pelo presente do acontecimento. Pelo menos é o que tentamos ilustrar com a caracterização da multireferencialidade enunciativa que orienta, predominantemente, o uso do “eu” e do “você” nas cenas chargísticas analisadas.

Considerações finais

Retomaremos, de agora em diante, os principais resultados que obtivemos quanto à reflexão sobre a multireferencialidade enunciativa na orientação dos pronomes “eu” e “você”, em textualidades chargísticas. Sinalizaremos, ainda, os possíveis aprofundamentos que as nossas análises podem adquirir no desenvolvimento de futuros estudos no campo da Lingüística, sobretudo aqueles voltados para os estudos sobre gêneros de texto.

Relativamente aos resultados obtidos nas reflexões empreendidas, esperamos ter mostrado, com o presente estudo, que a gramática e textualidade não se inter-relacionam de forma aleatória em um gênero textual. É só pelas peculiaridades de um ou mais de um modo de enunciação (multireferencialidade e/ou especificidade e/ou genericidade enunciativas) que as categorias gramaticais assumem uma orientação peculiar na textualidade de um gênero.

Vimos que, com efeito, a multiplicidade enunciativa é um modo de enunciar predominante e recorrente na relação entre “eu”, “você”, as caricaturas, as falas, a atualidade das charges, bem como a relação de todos esses elementos com os recortes efetivados no âmbito da interdiscursividade. Vimos, ainda, que a multireferencialidade enunciativa não detém exclusividade nos apontamentos levantados, haja visto que a charge é um gênero de texto que pode congrega, em sua materialidade, uma gama de figuras caricaturadas, fotografias, ditados procedentes de outros gêneros de texto. Assim, concluímos na análise de cenas como as de número (8), que o modo de enunciação genérico, característico do gênero proverbial, também pode co-orientar, juntamente com a multireferencialidade enunciativa, a relação entre os pronomes e a textualidade das charges. Concluímos, também, que a especificidade enunciativa pode, juntamente com a multireferencialidade, peculiarizar o uso de pronomes em charges, conforme tentamos ilustrar com a análise da cena (11).

E foi a partir da noção de modo de enunciar que passamos a entender como a charge, de fato, faz referência a objetos, porém, objetos que são definidos, vale dizer, particularizados no acontecimento do dizer, por múltiplas

direções de sentidos que a linguagem chargística simboliza sobre os mesmos, seja através da relação das charges com textos de jornal, seja através da relação das charges com enunciações passadas, às quais sequer temos acesso em sua totalidade. Em outras palavras, uma dinâmica como essa que acabamos de apontar, leva em consideração a atualidade e a textualidade de cada texto chargístico observado, bem como os recortes do interdiscurso que aí intervêm sob a condição de espaços de memória.

Nesse sentido, vimos que o chargista não dispõe de uma absoluta autonomia para publicar uma charge. Há um modo histórico, socialmente legitimado de se publicar uma charge, modo do qual o chargista só consegue participar quando passa da condição de indivíduo para a condição de sujeito predicado pelo lugar social de locutor-chargista. Esperamos ter mostrado que é esse lugar que lhe confere as possibilidades de teatralizar o papel de “autor das coletividades” e indivíduo que tenta se diferenciar na imprensa opinativa ao abordar aspectos inesperados, e de modos inesperados. Esses papéis lhe possibilitam transitar entre o sério e o ríspido, o que acaba por ser uma forma histórica de apreender a atenção do leitor e levá-lo a endossar, refutar, refletir, enfim, sobre a problemática que ali é colocada em pauta.

Efetivamente, isso contribui para a diferença que vai se instalando entre um e outro gênero de texto, bem como para o uso peculiar das categorias gramaticais da língua portuguesa, tendo em vista as especificidades histórico-enunciativas de cada gênero.

Ao falarmos de especificidades histórico-enunciativas da charge, na seção 3.4, esperamos ter contribuído, ainda, com a semântica de normas relativas aos textos, propostas pelos trabalhos de Rastier (1998, 2000, 2005) e Rastier; Pincemin (1999). Ancorados na semântica de normas, esperamos que as nossas análises apontem para a necessidade de se pensar a normatividade de um gênero, tanto do ponto de vista de sua homogeneidade, quanto de sua heterogeneidade, o que se tornou possível pelas premissas da Semântica Histórica da Enunciação, cuja tese principal é a de que a materialidade da língua é interdependente da rede histórica de discursos, que retornam, de alguma forma, a cada novo acontecimento de linguagem. Ainda com relação à proposta de Rastier, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de uma nova perspectiva de análise de gêneros textuais.

Dentre todas essas questões refletidas, a mais intrigante, ao nosso ver, é a questão da referência através dos pronomes que são usados nos textos. Uma constituição da referência que se dê na relação entre a língua e a dispersão de referentes simbolizados num complexo de falas passadas, presentes e, também, falas que ainda estão por se efetivar.

Mesmo sendo envolvente, essa perspectiva histórico-enunciativa de se estudar uma questão tão antiga como a referência, e mesmo sendo pertinente vinculá-la ao estudo de um gênero de texto, ainda não nos damos por satisfeitos e acomodados com a presente dissertação de mestrado.

Se por um lado, a presente dissertação se concentra em uma Lingüística teórico-descritiva, por outro lado, o trabalho pode suscitar discussões no campo da Lingüística aplicada. Embora não tenhamos tido o objetivo de traçar uma relação entre as nossas análises e o cotidiano da leitura e da produção de textos em sala de aula no ensino de língua materna, acreditamos que uma pesquisa como essa que desenvolvemos possa ser uma base legítima para se desenvolver aquilo que Dias (2001, p.78) havia sinalizado:

Procuramos, ao levantar a questão da perspectiva enunciativa, tendo como foco as três classes de palavras [substantivo, adjetivo e pronome], apontar para uma possibilidade de trabalho com categorias gramaticais além do eixo de pensamento platoniano (linguagem como representação do mundo), que fundamenta o ensino de gramática nas nossas escolas. O desafio está em criar novas atitudes no ensino da língua. (...) É preciso que as palavras sejam apresentadas aos alunos como entidades diferentes da realidade que elas possam eventualmente representar. É possível formular um conhecimento sobre substantivo, adjetivo ou pronome apontando para alguns aspectos da enunciação, especificamente, procurando mostrar que essas palavras adquirem um papel importante na construção do sentido do texto.

A nossa contribuição quanto a isso certamente não levou em conta a questão do cotidiano escolar, ou seja, não objetivamos oferecer uma transposição didática para a sala de aula, do que aqui refletimos. Mesmo assim, o trabalho se encerra como uma contribuição que tentou formular conhecimento sobre a relação entre os pronomes e o gênero chargístico, relação esta que considera a tensão entre a materialidade da língua, de um lado, e as condições histórico-enunciativas de todos os elementos constitutivos das charges.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, J.C. (org.) *Letras & Comunicação. Uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 138-150.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BENJAMIM, W. Obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: _____. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BENTES, A.C. Lingüística textual. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A.C. *Introdução à Lingüística – domínios e fronteiras*. v.2. São Paulo: Cortez, 2001, p.245-283.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Trad. de João Ferreira de Almeida. 2 ed. Revista e Atualizada no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. 1988.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COSTA VAL, M.G. A Gramática do texto, no texto. *Revista de estudos lingüísticos*. Belo Horizonte, v.10, n.2, p.107-133, julho a dezembro 2002. p.107-133.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DA SILVA, E.C.F. Jornalismo opinativo, ética e democracia – A Importância da Opinião no Jornalismo para o Aprimoramento Democrático. *Cadernos da Escola de Comunicação UNIBRASIL*, Paraná, n. 1, p.98-106, jul. a dez.2003.

DIAS, L.F. A aula de gramática e a realidade discursiva do vocábulo. In: _____. *Texto. Escrita. Interpretação _ Ensino e Pesquisa*. João Pessoa: Idéia, 2001. p.67-80.

DIAS, L.F. Textualidade e gramática: relações em construção. In: Rösing, T. M. K.; Schons, C. R. (org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 30-41.

DIAS, L. F. Modos de enunciação e gêneros textuais: em busca de um novo olhar sobre gêneros de texto. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; PACHECO, V.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. (orgs.). *Em torno da língua(gem): questões e análises*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 317-329.

DUCROT, O. Referente. In: *Enciclopédia Einaudi – Linguagem-Enunciação*. v. 2. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p.418-438.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 10 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCISCO, D. Jornalismo, episteme e techne. In: *Anais do 11º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO / COMPÓS*. Rio de Janeiro: ECO / UFRJ, 2002.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. p.61-86.

GUIMARÃES, E. Enunciação, língua, memória. *Revista da Anpoll*, n.2, 1996, p.27-33.

GUIMARÃES, E. Textualidade e Enunciação. In: VALENTE, A. (org.) *Aulas de Português – Perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.113-121.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento. _ Um estudo enunciativo da designação*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005a.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido _ um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2005b.

GUIMARÃES, E. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA (orgs). *A Palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p.113-146.

HARROCHE, C. Análise crítica dos fundamentos da forma sujeito (de direito). In: _____. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOLANDA, A.B. de. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, A. et. al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, H. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: Karwoski, Acir et al. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. Cap. 1, p. 17-34.

MELO, J.M. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos do jornalismo brasileiro*. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. *O Jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 2002.

OLIVEIRA, R.P. Significado: Sentido e Referência. In: *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001a, p.93-128.

OLIVEIRA, R.P. Noções básicas para operar um sistema formal. In: *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001b, p.129-174.

ORLANDI, E. P. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: _____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996a, p.36-44.

ORLANDI, E. P. Exterioridade e ideologia. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.30, p.27-33, 1996b.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso _ Princípios e Procedimentos*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005a.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto _ Formulação e Circulação dos Sentidos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (edição originalmente publicada em 1975).

PENA, F. Conceitos e histórias. In: _____. *Teoria do Jornalismo*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.21-124.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido _ a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Lisboa, n. 6, p. 4-20, 2005.

RASTIER, F.; PINCEMIN, B. Des genres à l'intertexte. *Cahiers de praxématique*. n. 33, p.83-111, 1999.

RASTIER, F. Le problème épistémologique du contexte et le statut de l'interprétation dans les sciences du langage. *Langages*, Paris, n. 129, p. 97-111, 1998.

RASTIER, F. L'accès aux banques textuelles – des genres à la doxa. CICLE DE CONFÈRENCIES / SEMINARIS 97-98, IULA, Université Pompeu Fabra, Barcelone, 2000.

RASTIER, F. Pour une sémantique des textes théoriques. *Revue de sémantique et de pragmatique*, Paris, n. 17, p.151-180 (original), 2005.

SANTOS, M. O. *Um Comprimido que Anda de Boca em Boca: os Sujeitos e os Sentidos no Espaço da Enunciação Proverbial*. 1. ed. Campinas-SP: FAPESP; PONTES, 2007. v. 01.

TEIXEIRA, T. G. Muito além da opinião - um breve esboço da relação entre charge e jornalismo no Brasil. In: *Anais XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)*. Recife, 1998.